



stricto
SENSU
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE FÁTIMA DO NASCIMENTO

**ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA:
ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL OU
FORMA OCULTA DE PRECARIZAÇÃO?**

Porto Alegre
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALINE FÁTIMA DO NASCIMENTO

**ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA:
ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL OU FORMA OCULTA DE
PRECARIZAÇÃO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis

Co-orientadora: Prof. Dra. Berenice Rojas Couto

Porto Alegre

2009

ALINE FÁTIMA DO NASCIMENTO

**ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA:
ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL OU FORMA OCULTA DE
PRECARIZAÇÃO?**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Berenice Rojas Couto
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Jane Cruz Prates
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professor Doutor Cássio da Silva Calvete
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

“O jeito é abaxá a cabeça e ir à luta, trabalhá, eu tenho um filho pra criá...”

“... então aqui, nós somos aqueles grupinho das pessoas rejeitadas da sociedade”

“...eu nunca esperava trabalhá aqui dentro, mas sem querê, foi a única porta que eu achei”

Dedico esta dissertação a todos aqueles que fazem de seu trabalho cotidiano uma forma de enfrentamento aos processos excludentes do capitalismo.

AGRADECIMENTOS

A construção desta dissertação representa um trabalho de dois anos na busca do conhecimento, sendo assim, resultante de muito estudo e pesquisa. Neste momento final, não poderia deixar de agradecer as pessoas que estiveram presentes de forma muito especial ao longo desta produção e dos meus dias. Sem elas, certamente, eu não seria a mesma e não estaria concluindo mais este objetivo. Assim, tenho o prazer de agradecer:

Ao conjunto dos trabalhadores que se disponibilizaram a abrir seus espaços de trabalho e a partilhar suas histórias de vida, as quais subsidiaram a pesquisa empírica desta investigação e, mais do que isso, me ensinaram muitas coisas, para além do mundo acadêmico;

Aos meus pais, Teresa e Wilson, pelo incentivo e pelo amor nesse e em cada momento de minha existência. Peço desculpas pelas ausências e agradeço imensamente por tantas vezes terem abdicado de coisas para que meus projetos se tornassem realidade, tudo isso sem cobranças, mas com muita compreensão e estímulo;

À minha irmã Márcia, pela amizade, pela cumplicidade e parceria em todos os sentidos, pelo carinho com o qual sempre me faz sentir bem, pela sua torcida e, até mesmo pelos seus “exageros” em se dizer minha “fã”;

Ao meu irmão Paulo e à minha cunhada Fabiana, pelo apoio que sempre me dão em todos os meus objetivos, por me quererem tão bem, por torcerem e me desejarem tantas coisas boas, as quais eu posso sentir;

Ao meu irmão Cassiano, que sempre fez das minhas suas conquistas, apoiando-me e respeitando minhas escolhas, sendo torcida e estímulo constantes em minha trajetória pessoal e profissional;

Aos sobrinhos Marília, Lucas e Eduarda e as afilhadas Juliane e Larah, pois sinto muito orgulho em fazer parte de suas vidas e poder sentir todo o carinho que têm por mim. Vocês são um presente em minha vida, por serem pessoas tão especiais e únicas;

Ao Carlos Nelson, querido Professor e Orientador, que tive a honra e o privilégio de conhecer como profissional e pessoa. Juntos, construímos uma relação de amizade e carinho, sendo, em minha vida, uma grande referência e estímulo profissional por sua dedicação, seriedade e comprometimento. Obrigada pelos ensinamentos, pela convivência tão afetuosa, repleta de aprendizado, respeito, exigência, e, especialmente, por todo o carinho que dedicas a mim, sabes o quanto é recíproco;

À querida Professora e Co-orientadora Berenice, que esteve presente durante todo o Mestrado, proporcionando um precioso convívio e aprendizado, seja nas suas disciplinas, seja no núcleo e nas conversas. Destaco a honra que tive em realizar o estágio docente em uma de suas turmas, aprendendo imensamente com essa experiência, que levarei para toda a minha trajetória profissional. Além disso, em especial, agradeço as preciosas orientações, as pessoas incríveis que me apresentou, seu estímulo, carinho e presença, tanto na PUC, nos nossos incontáveis almoços, nas viagens de estudos e, inclusive, nas suas férias. Enfim, tudo que eu possa dizer é pouco para agradecer e dizer-lhe o quanto tudo isso foi decisivo para a conclusão e a qualidade desta dissertação, assim como o quanto és importante em minha vida;

Ao amigo Wilson, por estar tão presente (mesmo que distante) em mais esse período de minha vida e por produzir uma poesia especialmente para esta dissertação, que está

presente na epígrafe, e me dar a honra de, nessa oportunidade, divulgar um de seus belos escritos críticos;

À amiga Vanessa, que está comigo desde a graduação, com quem dividi apartamento no primeiro ano do Mestrado e divido muitas coisas em comum, para além da profissão e das buscas profissionais. Também à amiga Elisandra, por tudo que já vivemos e ainda vamos viver juntas;

À amiga Andressa, por essa amizade “desde criança” que construímos ao longo desses últimos dois anos, tornando-nos muito mais do que colegas de Mestrado, mas companheiras de discussões, de pensamentos, de conversas, risadas e que ainda me deu a honra de ser madrinha de sua filha Larah;

Aos colegas de Mestrado, pela partilha das idéias e as trocas realizadas nesse período. Em especial, as colegas Márcia, Ângela, Solange e Marisa que, certamente, foram mais do que colegas, agradeceram-me com sua alegria de viver, seu carinho e, assim, foram (e continuarão sendo) sinceras e verdadeiras amizades;

Aos colegas do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES), pela acolhida, o imenso carinho que construímos nesse período, além dos nossos primorosos encontros, repletos de trocas, apoio e amizade. Cada um de vocês faz toda a diferença nesta dissertação e na minha vida. Faço um agradecimento especial aos amigos e colegas: Tiago, que esteve presente ao longo de todo esse período, que foi incansável em sua disponibilidade, dando-me inúmeros auxílios, críticas e sugestões, além das bobagens que falávamos e que sempre descontraíam a tensão da produção; Edla, que se tornou minha irmã de coração, obrigada pelo seu querer bem, por estar sempre me apoiando, me auxiliando, me dando conselhos, trocando idéias, conversando muito, enfim, minha admiração e carinho por ti são imensos; às antigas colegas de núcleo Leticia e Carla, que foram grandes companheiras, parceiras de conversas, trabalho, pesquisa e que, mesmo com suas inevitáveis saídas, continuam sendo amigas muito especiais;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, que, nesse período, transmitiram muito mais do que conhecimentos, pois foram MESTRES na arte de cativar e conquistar a admiração e o carinho;

Aos secretários do PPGSS, Juliana e Antônio, pela disponibilidade e atenção nos atendimentos;

Aos Professores Jane e Cássio por aceitarem meu convite para participar nas bancas de qualificação e final, pela leitura atenta e importantes considerações;

À Rose, pela imprescindível e primorosa correção do português, além dos agradáveis momentos que passamos juntas revendo a correção gramatical;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa integral de estudos, sem a qual não seria possível a realização do Mestrado e nem me manter financeiramente nesse período.

Por fim, agradeço às demais pessoas que contribuíram para que fosse possível a realização do Mestrado, e que, de alguma forma, me incentivaram e me apoiaram nesse processo.

Poesia Urbana

Há uma lei inversa,
distorcida,
avessa.
Torta
como uma árvore velha,
que não se rega.
Cega
como a faca que não se usa.
Triste
como um ouvido que inflama.

Há crianças embaladas
por modernos aparelhos de tv
...outras abandonadas,
às sarnas
nas lixeiras polidas
em frente à tua casa.

Há crianças que bebem
daquilo que se joga no ralo.
Que comem
daquilo que foi regurgitado,
expelido,
desprezado.

E belos sapatos insistentes
marcham as calçadas
marcham as moradas
onde se cospe,
escarra
e dorme.

A embalagem da nova geladeira
É também um novo colchão.
A queda da bolsa de valores
ou a página das colunas sociais
minimizam o frio que tu não sentes,
confortando o inconfortável.

Há aquilo não se enxerga
por detrás das lentes escuras do teu Prada,
pelos vidros negros do teu carro de luxo,
atrás dos muros que te escondem.

E teus braços continuam cruzados
colados aos ombros caídos
inertes
pseudo-acorrentados.

A realidade é um foda-se
cuspido na cara.
Um grito abafado,
sufocado pelo travesseiro
que ameniza
o estupro eminente
de toda a tua verdade
inconsciente.

A verdade
trazida pelos cães,
seus mendigos
e demais seres
deste outro mundo...

Vilson Rafael Riegel
Jaraguá do Sul – SC
05.05.08

RESUMO

Este estudo investigativo, situado no contexto das transformações ocorridas no trabalho e no Estado, teve por objetivo analisar as possibilidades apresentadas pela Economia Popular Solidária em constituir-se como alternativa de trabalho e geração de renda para os trabalhadores, a partir da análise de dois empreendimentos na área de reciclagem de lixo, no Município de Porto Alegre-Rio Grande do Sul. Constitui-se em pesquisa quanti-qualitativa de referencial dialético crítico, tendo como desdobramento o estudo da crise capitalista a partir dos anos 70, do século XX, e das transformações societárias, políticas e econômicas dela resultantes. Esta pesquisa apresenta o conjunto das alternativas de trabalho criadas por uma parcela da população visando à inserção produtiva, as quais ganham destaque no Brasil, inclusive pela criação de uma política nacional de fomento a esses empreendimentos. Essas propostas são apresentadas, pelos referenciais teóricos específicos, como uma forma diferenciada de gestão do trabalho que se afirma na contramão da exploração capitalista. No entanto, a pesquisa empírica nas experiências identificadas como Economia Popular Solidária, levou a uma compreensão diversa dessa afirmativa, a partir da utilização dos instrumentos de observação sistemática e de entrevista semi-estruturada com os trabalhadores, assim como viabilizou a resposta à indagação se essas experiências propiciam o acesso à renda e à inclusão social. Essa investigação evidenciou que o acesso à renda e à inserção produtiva através desses empreendimentos identifica-se com as formas mais perversas gestadas pelo capitalismo, reproduzindo relações hierarquizadas, precarizadas e pautadas na insegurança, e não possibilita o acesso as instâncias de inclusão social, sendo, portanto, uma forma de inclusão marginal. Contraditoriamente, esse espaço apresenta possibilidades de revisão das práticas existentes, mediante a conscientização política dos trabalhadores, uma vez que a concepção teórica possui potencialidades, por ser pautada em diferenciados processos de gestão, e, assim, pode se constituir em uma forma de enfrentamento das práticas de exploração. Alerta-se que os Assistentes Sociais, ao serem chamados a intervir nesses espaços sócio-ocupacionais, têm a tarefa de decifrá-los, procurando contribuir com esses trabalhadores na tarefa intransferível de romper com a lógica reprodutiva da exploração capitalista.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária; modo de produção capitalista; trabalho: inclusão social.

ABSTRACT

This investigative study, placed in the context of transformations occurred in the work and State, had as objective to analyse the possibilities presented by Solidary Popular Economy to become an alternative way of work and income generation for the workers, based on analysis of two trash recycling area enterprises placed in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. It consists in a quantity-qualitative research of critical-dialectical reference, having as development the study of capitalist crisis since the 70's decade, XX century, and of the economic, political and societal transformations of it. This research presents the set of work alternatives created by a part of the population searching a productive insertion, which starts having importance in Brazil, including by the creation of a National Policy of fomentation to these enterprises. These proposals are presented by specifics and theoretical references, as an unlike way of work management that fixes itself, in opposition of capitalist exploration. However, the empirical research in the experiences identified as Solidary Popular Economy, showed a different comprehension of this affirmative, since the utilization of instruments of systematic observation and semi-structured interviews with the workers, also showed an answer to the question if these experiences improve the worker's income and the social inclusion. This investigation showed that the income access and productive insertion through these enterprises identify itself as the worst ways managed by the capitalism, reproducing the same precarious and hierarchized relations based in the insecurity, and doesn't provide the access to the right jurisdiction of social inclusion, being, therefore, a way of marginal inclusion. Contradictory, this space offers review possibilities of the existent practices, by the political conscience of the workers, once that theoretic creation has many power, to be ruled in different management process, and then, can be a way of facing up all the practices of exploration, It is important to affirm that the social workers, when they are called to step in these social-occupational spaces, they have an assignment to decode them, trying to contribute with that workers in an untransferable task to break the reproductive logic of the capitalist exploration.

Key-words: Solidary Popular Economy; mode of capitalist production; work; social inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ponto de vista teórico da Economia Social e seus desdobramentos.....	59
Quadro 1 – Diferenças nas formas de organização das alternativas de geração de trabalho e renda.....	67
Quadro 2 – Características comuns na estrutura de gestão dos empreendimentos econômicos sob a concepção solidária.....	70
Quadro 3 – Diferenças entre associações e cooperativas.....	71
Gráfico 1 – Distribuição percentual quanto à forma de organização dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil – 2005-07.....	78
Gráfico 2 – Motivos para a criação dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil.....	79
Gráfico 3 – Destino das vendas dos produtos e/ou serviços dos empreendimentos, em percentual, no Brasil – 2005-07.....	80
Gráfico 4 – Distribuição percentual dos EES, por faixas de remuneração dos trabalhadores, em salários mínimos, no Brasil – 2005-07.....	82
Gráfico 5 – Distribuição percentual de benefícios, garantias e direitos dos trabalhadores nos EES do Brasil – 2005-07.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa percentual de desemprego, total e por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998-07.....38

Tabela 2 – Diferenças percentuais quanto à periodicidade da assembléia geral ou das reuniões, nos EES do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre – 2005-07.....86

Tabela 3 – Diferenças percentuais quanto à media das remunerações dos trabalhadores nos EES do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre – 2005-07.....87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- Abscred – Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Microcrédito
- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
- Anteag – Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
- BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- Codefat – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
- EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
- EPS – Economia Popular Solidária
- EUA – Estados Unidos da América
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FSM – Fórum Social Mundial
- ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIS/Pasep – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

POA – Porto Alegre

Proger – Programa de Geração Emprego e Renda

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RBSES – Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária

RS – Rio Grande do Sul

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária

Sine – Sistema Nacional de Emprego

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. A CRISE DO CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS: AS MUDANÇAS NO TRABALHO, NO ESTADO E NAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	19
2.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS NA QUESTÃO SOCIAL.....	21
2.1.1 A CRISE E A NOVA ETAPA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL.....	22
2.1.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL.....	29
2.1.3 DESEMPREGO ESTRUTURAL E QUESTÃO SOCIAL.....	34
2.2 A DESREGULAMENTAÇÃO DO ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	40
2.2.1 A NOVA CONFIGURAÇÃO DO ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	40
2.2.2 POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO BRASIL.....	45
2.2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGENDA DO GOVERNO.....	51
3. AS ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....	55
3.1 ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: O DEBATE SOBRE A CONCEPÇÃO SOLIDÁRIA.....	56
3.1.1 ECONOMIA SOCIAL.....	57
3.1.2 ECONOMIA POPULAR.....	60
3.1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	62
3.1.4 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.....	64
3.2 ESTRUTURA DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....	69
3.3 OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL.....	75
3.3.1 COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL.....	76
3.3.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E PORTO ALEGRE.....	84

4. A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: AS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE PORTO ALEGRE.....	89
4.1 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	90
4.1.1 MÉTODO.....	90
4.1.2 METODOLOGIA.....	95
4.1.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	99
4.2 ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE LIXO E O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: UMA RELAÇÃO CONVENIAL.....	101
4.2.1 HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM E A DEFINIÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA.....	103
4.3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E QUALITATIVAS DA PESQUISA.....	107
4.3.1 BREVE RELATO HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES A PARTIR DAS FALAS DOS SUJEITOS.....	108
4.3.2 A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.....	110
4.3.3 TRABALHO.....	116
4.3.4 OS TRABALHADORES E SUA CONDIÇÃO DE VIDA.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICES.....	147
Apêndice A: Carta de Aceite da Pesquisa – Associações de Reciclagem.....	148
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Individual.....	149
Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Associações de Reciclagem.....	151
Apêndice D: Instrumento de Pesquisa 1 - Formulário de entrevista com os participantes das experiências de economia popular solidária.....	153
Apêndice E: Instrumento de Pesquisa 2 – Observação Sistemática.....	157
Apêndice F: Roteiro de Análise Documental.....	159
Apêndice G: Fotos Associação de Triagem de Resíduos Domiciliares da Lomba do Pinheiro.....	161
Apêndice H: Fotos Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada.....	163

1 INTRODUÇÃO

As transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil, a partir da década de 90, podem ser compreendidas através da terceira onda de transformação produtiva e das redefinições do papel do Estado, que provocaram um conjunto de modificações econômicas e sociais, afetando vários setores da sociedade, principalmente, os setores populares e não incluídos no mercado formal de trabalho. Nesse movimento, além de se agudizarem a condição de trabalho e a sociabilidade de grande parcela da população, criaram-se maiores dificuldades de inserção para aqueles que já se encontravam à margem do trabalho formal.

A partir de transformações no trabalho, com a afirmação de novos processos de produção, gestão e acumulação capitalista, alteraram-se também as relações de trabalho, com o conseqüente aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Essas transformações produziram novas demandas societárias e a multiplicação de estratégias individuais e coletivas de sobrevivência, nas quais parcela da População Economicamente Ativa excluída dos postos formais de trabalho desenvolve novas formas de organização do trabalho e da produção, para a geração de trabalho e renda e de inserção produtiva.

Assim, este estudo é uma investigação sobre a organização dos trabalhadores pertencentes ao segmento das novas alternativas de trabalho e geração de renda. Dentre elas, optou-se pelo estudo das experiências relacionadas à Economia Popular Solidária, ao qual fazem parte as experiências coletivas desenvolvidas pelas classes populares. Tal escolha também foi feita pela observação de que o espaço acadêmico brasileiro carece de estudos críticos a respeito desse movimento econômico e social de significativa amplitude nas últimas décadas, pretendendo-se contribuir para a compreensão e os rumos desses empreendimentos no processo de inclusão social.

É importante sinalizar-se como ponto de partida dessa análise que as experiências de Economia Popular Solidária têm sido difundidas como novas formas de organização que, além de oferecerem a possibilidade de renda, interferem na organização do trabalho, buscando romper com a exploração do capital sobre o trabalho.

Assim, o estudo investigativo, situado na linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais, analisou a realidade de dois empreendimentos de Economia Popular Solidária, pertencentes ao segmento de reciclagem de lixo de Porto Alegre. A investigação teve o propósito de compreender a totalidade dos processos sociais, de trabalho e de gestão neles

desenvolvidos, assim como a particularidade dos trabalhadores da reciclagem, a partir de um contexto contraditório, situado na conjuntura das transformações societárias contemporâneas, das modificações do trabalho, do Estado e das políticas sociais. Para tanto, optou-se pelo método materialista dialético histórico para a compreensão da realidade, a partir de uma abordagem quanti-qualitativa.

Assim, a relevância desta dissertação está em oportunizar a contextualização de transformações sociais e econômicas, ocorridas principalmente a partir da década de 90, que impulsionaram o crescimento de diferentes formas de organização econômica. Objetiva-se analisar as possibilidades dessas experiências em se constituírem em alternativas de geração de trabalho e renda, visando responder ao problema de pesquisa: em que medida os empreendimentos concebidos e implantados sob a concepção solidária, no segmento da reciclagem de lixo seco e orgânico, pode se constituir em alternativa de trabalho e de geração de renda aos excluídos do mercado formal?

Para se compreenderem as transformações no trabalho, e o conjunto de dificuldades causadas à sociedade e aos setores populares não inseridos no mercado formal, procura-se não apenas identificar seus resultantes no campo social, mas também apontar os processos que implicam sua produção e as formas de enfrentamento. Para tanto, a dissertação está organizada em quatro capítulos.

Após esta introdução, no segundo capítulo, analisa-se a crise do capitalismo e as transformações societárias decorrentes das mudanças no trabalho, no Estado e nas políticas sociais. Inicia-se com reestruturação produtiva e seus impactos na questão social, para, posteriormente, abordar-se a desregulamentação do Estado e das políticas sociais. Essa contextualização histórica tem por finalidade situar o contexto de transformações em que se desenvolvem as alternativas de geração de trabalho e renda. Faz-se ainda, nesse capítulo, uma análise geral sobre o desenvolvimento da política governamental federal de geração de trabalho e renda, com ênfase na política de Economia Solidária.

No terceiro capítulo, abre-se espaço para uma análise crítica sobre as diferentes alternativas de geração de trabalho e renda sob a concepção solidária, a partir da compreensão de que, o próprio desenvolvimento de empreendimentos pautados em parâmetros econômicos e solidários possui manifestações e formas de organização das atividades econômicas diferentes. Assim, nesse capítulo além de se realizar uma revisão teórica sobre o tema, apresentam-se as características desses empreendimentos no Brasil, bem como uma análise comparativa dos dados em âmbito nacional, estadual e do Município de Porto Alegre, por ser nele que se encontram as experiências empíricas analisadas.

No quarto capítulo, busca-se uma aproximação com a realidade dos empreendimentos de Economia Popular Solidária e os sujeitos que fazem parte dela, visando compreender as suas propostas, os processos de trabalho desenvolvidos e as características de seus integrantes, bem como, de forma sintética, evidencia-se o entendimento desses sujeitos sobre o trabalho dos Assistentes Sociais e, discorre-se sobre as possíveis contribuições desses profissionais aos trabalhadores e aos empreendimentos.

Nesse capítulo, apresenta-se ainda, o caminho metodológico percorrido, deixando clara a escolha do método, bem como a metodologia empregada e os resultados obtidos. Esse percurso permitiu que o problema da pesquisa fosse respondido com clareza, evidenciando o campo contraditório dessas experiências. Por fim, apresentam-se algumas considerações, as quais demonstram as contradições presentes, gerando inquietações frente à realidade evidenciada, mas que, ao mesmo tempo, indicam perspectivas quanto à organização coletiva e dão visibilidade a algumas contribuições do Serviço Social para esses empreendimentos.

2 A CRISE DO CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS: AS MUDANÇAS NO TRABALHO, NO ESTADO E NAS POLÍTICAS SOCIAIS

O transcorrer do século XX serviu de palco para um importante processo histórico, que logrou à contemporaneidade inúmeras transformações, com impactos políticos, econômicos e sociais.

Dentre essas transformações, destaca-se a crise do capitalismo¹ ocorrida mundialmente a partir do final dos anos 60 e início dos 70, que apontou a necessidade de reestruturação para a recomposição dos padrões de acumulação, impactando em transformações no trabalho, em desregulamentação do Estado e em transformações societárias. A literatura econômica mostra que essa crise manifesta-se por um lado, pelo esgotamento do referencial teórico Keynesiano enquanto fundamentação para a formulação e execução de políticas econômicas e sociais, e, por outro, pela saturação do processo de gestão do trabalho Taylorista-Fordista.

Nessa perspectiva, o Keynesianismo cedeu espaço ao Neoliberalismo, enquanto que o processo de produção adquiriu características flexíveis, gerando profundas transformações produtivas e de gestão. Em paralelo, houve a modificação do papel do Estado, que passou a apresentar novos contornos de ordem política e social e novos padrões de proteção social, que privilegiam as relações de mercado.

Assim, para compreender-se o conjunto de transformações ocorridas, decorrentes da nova etapa de acumulação do capital – “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), ou, “mundialização financeira” (CHESNAIS, 2005) – e do desenvolvimento das forças produtivas, em um primeiro momento, realiza-se a análise do percurso das transformações do mundo do trabalho², partindo-se da reestruturação produtiva e de seus impactos na questão social e também na dinâmica do Estado e no sistema de proteção social.

Nesse contexto, o presente capítulo tem o propósito de, primeiro, analisar a crise do capitalismo e os impactos da reestruturação produtiva nas manifestações da questão social,

¹ Para fins desta dissertação, será considerada a crise de 1970, porém não desconhecendo as crises de 1914 e 1929, que exemplificam os processos de crises cíclicas do modo de produção capitalista. “De tempos em tempos, o sistema, de forma global, enfrenta crises violentas e colapsos que não advêm de fatores exógenos, mas justamente do caráter contraditório do processo capitalista de produção” (FRIGOTTO, 1996, p.65).

² Para fins de análise, utiliza-se, na reflexão, a terceira onda de transformação produtiva, não desconhecendo a importância histórica da totalidade das transformações como determinantes da atual conjuntura do trabalho, mas evidenciando-se a importância da atual fase no redimensionamento do capital, do trabalho e do Estado.

principalmente no que se refere ao desemprego estrutural. Posteriormente, visa analisar a concomitante desregulamentação do Estado e das políticas sociais e suas novas configurações, tendo como foco as políticas de geração de trabalho e renda nesse contexto, especificamente, a introdução da Economia Solidária na agenda de programas do Governo Federal.

2.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS NA QUESTÃO SOCIAL

A conjuntura societária é originária de um conjunto de transformações que produzem impactos nas esferas política, econômica e social, demonstrando a permanente instabilidade e o redimensionamento das relações sociais, atreladas, pois, à nova etapa de acumulação do capital, chamada de flexível, e, ao processo de reestruturação produtiva.

Esse conjunto de transformações repercute na sociedade principalmente através de impactos sociais, com a ampliação e/ou criação de novas manifestações da questão social, especialmente as relacionadas às mudanças no processo de trabalho, produzindo novas demandas e necessidades sociais. Desse modo, a questão social faz-se acompanhar de velhas e novas manifestações e demandas,³ em consequência das alterações na gestão e na organização do trabalho.

A compreensão desses processos históricos, de sua dinâmica contraditória e da totalidade dos seus aspectos determinantes torna-se central para pensar-se o trabalho e a sociedade. Para tanto, nos itens seguintes, parte-se da crise e da nova etapa de acumulação do capital para a posterior compreensão da reestruturação produtiva e das resultantes manifestações da questão social, com especial enfoque, ao desemprego estrutural.

³ A questão social, considerada expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras e sua organização não é um fenômeno recente. Trata-se, ao contrário, de uma 'velha questão social' inscrita na própria natureza das relações capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões em todas as dimensões da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p.161).

2.1.1 A crise e a nova etapa de acumulação do capital

Compreende-se a especificidade do modo de produção capitalista a partir da análise de Marx, que o situa como um modo social de organização estrutural das relações sociais que tem por objetivo central a permanente e maximizada acumulação de capital. Para tanto, esse sistema utiliza-se da relação de exploração⁴ dos capitalistas sobre os trabalhadores na produção de mercadorias, alcançando seu objetivo. Nesse contexto, compreende-se o processo de produção capitalista como:

[...] uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência humana, quanto um processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com isso, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. Pois, a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade, considerada segundo a sua estrutura econômica. Como todos os seus predecessores, o processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais que, no entanto, são, ao mesmo tempo, portadoras de relações sociais determinadas, nas quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são, por um lado, pressupostos e, por outro, resultados e criações do processo de produção capitalista: são por ele produzidas e reproduzidas (MARX, 1985, p.272, v.5).

O modo de produção capitalista é um sistema econômico de produção de bens materiais que se desenvolve sob relações sociais contraditórias, que o levam a crises periódicas e a ciclos de expansão e recessão, que não são externos a ele, mas próprios de sua natureza, pois “[...] em lugar da suposta tendência ao equilíbrio e à igualdade dos agentes econômicos, trata-se de um sistema que, pela concorrência sob forças e poder desiguais, conduz à acumulação, concentração e centralização de capital” (FRIGOTTO, 1996, p. 64).

Em um terreno de competição e concorrência, a busca pela manutenção e pela ampliação do excedente faz com que o modo de produção capitalista incorpore tecnologias e processos de gestão da força de trabalho, em função da sua capacidade de potencializar as forças produtivas no intuito de produzir mercadorias com o menor custo e, assim, garantir o lucro. Ao mesmo tempo em que reproduz força de trabalho, também exclui o trabalho

⁴ A exploração exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores é considerada a raiz da acumulação capitalista, através do qual o trabalhador produz a “mais-valia”, que consiste na produção que excede a necessária para o pagamento do seu salário, realizada pelo trabalhador no decorrer da sua jornada de trabalho.

excedente, em função de sua impossibilidade em romper com as relações sociais de exclusão e socializar os resultados econômicos de sua produção.

Dessa forma, a história do capitalismo é resultante de um processo de longa duração com “ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação”, que refletem as mudanças na produção, na sociedade e nos referenciais teórico-ideológicos que norteiam os períodos⁵ (IANNI, 1999). Estes se traduzem na configuração do Estado e das políticas sociais, pois ele “produz e reproduz” em sua dinâmica as condições materiais para sua existência, assim como nas relações sociais contraditórias.

[...] em perspectiva histórica ampla, o capitalismo é um modo de produção material e espiritual, um processo civilizatório revolucionando continuamente as condições de vida e trabalho, os modos de ser de indivíduos e coletividades, em todos os cantos do mundo (IANNI, 1999, p.59).

As crises de 1929 e dos anos 70 expressam os processos de crises cíclicas, as quais possuem a mesma gênese estrutural, porém materialidades específicas (FRIGOTTO, 1996). Nesse contexto, percebe-se que, diante de uma situação de crise, o capitalismo encontra formas de enfrentá-la de maneira a não afetar seus pilares essenciais, ou seja, encontra maneiras de reorganizar a ordem, objetivando mantê-la, utilizando-se, para isso, de novos e antigos mecanismos.

Nesse sentido, a crise do modo de produção capitalista dos anos 70 possui raízes históricas, compostas por desdobramentos realizados para o enfrentamento da crise precedente, expressando, contraditoriamente, as estratégias utilizadas para a superação da crise de 1929, que pode ser caracterizada como “[...] uma crise de superprodução e, portanto, uma ameaça de asfixiamento do sistema que não consegue realizar as mercadorias produzidas” (FRIGOTTO, 1996, p.70). Essa crise determinou, novas estratégias para o seu enfrentamento, dentre as quais a reorganização dos processos produtivos e de gestão do trabalho e também a intervenção do Estado na economia.

As soluções apontadas para a crise de 1929 lograram ao modo de produção capitalista um dos grandes momentos de ascensão no século XX, impulsionado pelo apoio do Estado, que pode ser caracterizado pelo padrão produtivo⁶ Taylorista e Fordista, através de duas fases principais. Primeiramente, pelo crescimento das grandes fábricas e pelo refinamento do

⁵ As mudanças da sociedade capitalista ao longo dos séculos XIX e XX apoiaram-se em doutrinas de pensamento econômico, as quais se sucederam: inicialmente, o liberalismo clássico, após, o keynesianismo e, por fim e atualmente, o neoliberalismo.

⁶ Esse modelo de organização da produção e gestão refere-se à segunda onda de transformação produtiva, que teve como base organizacional uma nova forma de gestão do trabalho, que protagonizou, no início do século passado, o paradigma taylorista-fordista. Esse modelo tornou o trabalho mais fragmentado, intenso, rotineiro, hierarquizado e, ao mesmo tempo, não qualificado, mas com grande nível de especialização.

sistema de maquinaria e do trabalho na perspectiva Taylorista, com a mão-de-obra especializada, a execução do trabalho submetida ao gerenciamento científico e a separação entre concepção e execução das atividades. Já o segundo momento caracteriza-se pelo desenvolvimento do Fordismo, em que se desenvolveu o sistema de máquinas acopladas, aumentando a produção e o consumo em grande escala, processado através da produção em série de linhas de montagem, onde a rigidez do trabalho era expressa em um forte controle (FRIGOTTO, 1996).

Esse período foi marcado pela expansão da indústria, tendo como estratégia econômica a combinação de produção em grande escala e consumo em massa, o que permitiu a acumulação do capital e a geração do excedente. Esse modelo de gestão do trabalho tornou-se a estratégia para o enfrentamento da crise, apoiado no referencial teórico da tese Keynesiana, favorável à intervenção do Estado na economia.

Nesse contexto, “[...] desenvolve-se a idéia de Estado-Nação (totalitário ou democrático) e, após a Segunda Guerra Mundial, ganha força a idéia de Estado de Bem-Estar Social” ou Welfare State (FRIGOTTO, 1996, p.70). Assim, o sistema incorpora o planejamento estatal, provocando um período de recuperação e estabilidade.

O Estado funcionava como um promotor das condições necessárias para dinamizar a economia, através da manutenção do poder de compra dos trabalhadores e da socialização dos custos de reprodução da força de trabalho, através da destinação de fundo público para a ampliação dos serviços sociais, constituindo-se numa espécie de salário indireto aos trabalhadores, o que favorecia a economia, ao permitir que eles aplicassem suas rendas no consumo. Nesse sentido, o fundo público beneficiava diretamente o capital privado, assim como, indiretamente, ao assumir parte dos custos de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 1996).

Com esse modelo, a economia avançou, resultando em um grande crescimento econômico, assim como produziu modificações na forma de vida e na sociabilidade dos trabalhadores.⁷ Destarte, o fundo público, utilizado para o financiamento direto ao capital privado e indireto na reprodução da força de trabalho, foi um dos fatores que permitiu a revolução na base técnica do processo produtivo e a internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista.

Porém, após três gloriosas décadas de crescimento, os primeiros sinais de esgotamento do modelo de organização do trabalho coincidiram, justamente com o processo de

⁷ A racionalização e a simplificação dos processos de trabalho através da eliminação de tempo e movimentos necessários exigiram transformações na forma de vida e no comportamento da força de trabalho para além da fábrica, ou seja, impactando as relações sociais (IAMAMOTO, 2007).

internacionalização da economia (impulsionado pelo fundo público estatal), pois este retirava parte dos ganhos fiscais, sem, no entanto, deixar de utilizar fundo público para o financiamento da reprodução do capital e da força de trabalho.

A regulação Keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos da produtividade, a elevação do salário real, se circunscreveram aos limites – relativos, por certo – da territorialidade nacional dos processos de interação daqueles componentes da renda e do produto. Deve-se assinalar, desde logo, que aquela circularidade foi possível graças ao padrão de financiamento público do Welfare State, um dos fatores, entre outros, aliás, que levaram à crescente internacionalização. Ultrapassados certos limites, a internacionalização produtiva e financeira dissolveu relativamente a circularidade nacional dos processos de retroalimentação, pois, desterritorializam-se o investimento e a renda, mas o padrão de financiamento público do Welfare State não pôde [...] desterritorializar-se (OLIVEIRA, 1996, p.91).

Assim, a financeirização do Estado começou a se esgotar, pois os investimentos e a renda que o fundo público articulava estavam atrelados aos necessários ganhos fiscais correspondentes, porém, com a internacionalização, parte desses ganhos passaram a ser retirados, ao passo que os fundos públicos continuaram tendo que exercer importante função.

Esse modelo de desenvolvimento começou a apresentar os seus limites no final da década de 60 e início da de 70,⁸ após um longo ciclo de expansão, provocando uma crise que foi caracterizada de diversas formas, em diferentes análises. De forma geral, a crise foi marcada pelo esgotamento de um longo período de acumulação, tendo entre seus traços mais característicos⁹ a saturação do modelo de gestão do trabalho e do Estado de Bem-Estar Social.

Nesse contexto, algumas medidas de estímulo chegaram a ser desenvolvidas entre 1970 e 1973, objetivando aumentar as taxas de acumulação nos países de economia desenvolvida, liderados pelos Estados Unidos. As “medidas de superexpansão” conseguiram aumentar temporariamente a acumulação, a partir de duas medidas, de um lado, a internacionalização do grande capital e, de outro, a aceleração da economia norte-americana, que transferia estímulos às outras economias através de uma abertura crescente, financiando a

⁸ Os anos de 1969 e 1970 foram de recessão econômica, que foi acompanhada de medidas de “superexpansão”, de 1971 a 1973, sob a liderança dos Estados Unidos da América - EUA, que lograram êxito temporário, mas que culminaram na crise de 1974.

⁹ Além do esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista, em responder à retração do consumo, os demais traços mais evidentes da crise estrutural do capitalismo foram: (a) a queda da taxa de lucro – decorrente principalmente do aumento do preço da força de trabalho após – 45 e também da ampliação da luta de classes nos anos 60, reduzindo os níveis de produtividade do capital e acentuando uma tendência decrescente da taxa de lucro; (b) a relativa autonomia da esfera financeira frente aos capitais produtivos, em que o capital financeiro passou a ser um campo prioritário para a especulação, resultando na nova fase do processo de internacionalização; (c) a maior concentração de capitais, resultante das fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; (d) a crise do Estado de Bem-Estar Social e de seus mecanismos de funcionamento, provocando crise fiscal, a necessidade de retração dos gastos públicos e o deslocamento para o capital privado; (e) e a tendência generalizada de desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2007).

expansão dos setores exportadores, principalmente na Europa e no Japão (BELUZZO; COUTINHO, 1982).

Entretanto o sistema monetário internacional – que estava em crise desde 1968, pelo déficit estrutural do balanço de pagamentos norte-americano, causado pelas despesas militares (Vietnã) e pelo movimento de expansão de capitais – passou a sofrer com as pressões inflacionárias, que levaram a uma nova desvalorização do dólar, em decorrência da ampliação dos preços de matérias-primas e alimentos, acarretando pressões de custo sobre a produção (BELUZZO; COUTINHO, 1982).

Assim, a crise energética (petróleo) foi um dos aspectos cruciais da crise estrutural, porém não a sua matriz, pois as suas raízes já estavam presentes, tendo como principal indicador “[...] a queda acentuada da taxa de inversão em todos os países que lideravam a expansão [...]. Nestas condições, a quadruplicação dos preços do petróleo em outubro de 1973 funcionou simplesmente como um detonador da crise e não como sua causa [...]” (BELUZZO; COUTINHO, 1982). Em que pese o fato de o padrão de produção baseado no consumo de massa de bens duráveis impor alta utilização de recursos energéticos e matérias-primas e, assim, aumentar seu preço relativo, isso não explica todos os fatores que foram determinantes para a crise, a elevação da inflação e as taxas de acumulação negativas.

Nessa direção, a crise dos padrões de produção expressa, em parte, um quadro mais complexo, dado pela crise estrutural do capital e pelo esgotamento da ação do Estado. As determinações que explicam o processo de crise, apontados na pela literatura econômica, são a “[...] progressiva saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis, a concorrência intercapitalista e a crise fiscal e inflacionária, que provocou a retração dos investimentos” (FRIGOTTO, 1996, p.73).

Concomitantemente, ocorreu o esgotamento do mecanismo de “regulação” do Estado de Bem-Estar Social pelo referencial Keynesiano, que lhe dava orientações e que vigorou em vários países do capitalismo avançado durante o pós-guerra, principalmente na Europa.

Assim, as políticas estatais (fundo público), que financiaram o padrão de acumulação capitalista por mais de 40 anos, passaram a ser fortemente criticadas, projetando um retorno ao referencial teórico neoliberal, contrário aos processos de planejamento do Estado, provocando a retomada da defesa das “leis naturais do mercado”,¹⁰ favoráveis à redução do

¹⁰ O retorno às leis do mercado retoma a tese de Hayek, para o enfrentamento da crise e a recomposição da acumulação capitalista, que será brevemente explicitada na parte 1.2.1 desta dissertação.

Estado em sua dimensão pública,¹¹ principalmente através de cortes nos “gastos” sociais (FRIGOTTO, 1996).

Assim, na contratendência da crise, iniciou-se um processo de reorganização do modo de produção capitalista, das formas de produção e gestão do trabalho e de seu referencial teórico, ideológico¹² e político de manutenção da ordem e da acumulação, dado pelo referencial teórico neoliberal¹³. Esse conjunto de transformações impactou em modificações no papel do Estado e, em um intenso processo de reestruturação da forma de organização do trabalho e de acumulação do capital.¹⁴

Os sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento fordista, enquanto regime de acumulação e regulação social coincide, paradoxalmente, com um verdadeiro revolucionamento da base técnica do processo produtivo, resultado do financiamento direto ao capital privado e indireto na reprodução da força de trabalho pelo fundo público. A microeletrônica associada à informatização, a microbiologia e engenharia genética que permitem a criação de novos materiais e novas fontes de energia são a base da substituição de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível (FRIGOTTO, 1996, p.77).

A nova fase do modo de produção capitalista começou a tomar forma em nível mundial, em meados dos anos 80 do século XX, assentada em um novo paradigma técnico-produtivo, como parte do desenvolvimento objetivo da economia mundial, impulsionado pela terceira onda produtiva, e como resposta do capital à sua crise de acumulação. Buscava-se, assim, a retomada de um novo ciclo de crescimento capitalista e a recomposição das margens de lucro, tendo sido fundamental para tanto a introdução da flexibilização dos fatores produtivos e o surgimento de novas necessidades de produção e consumo em escala global, em busca de maior e melhor resultado econômico.

¹¹ Esse modelo teve nos governos de Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, suas âncoras básicas (FRIGOTTO, 1996; OLIVEIRA, 1996).

¹² “No plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 2005^B, p.86).

¹³ Para IANNI (1999, p.139): “O neoliberalismo é bem uma expressão de economia política da sociedade global. Forjou-se na luta contra o estatismo, o planejamento, o protecionismo, o socialismo, em defesa da economia de mercado, da liberdade econômica concebida como fundamento da liberdade política, condição de prosperidade coletiva e individual”.

¹⁴ No enfrentamento da crise, o padrão taylorista-fordista cede a liderança à “especialização flexível” (PIORE E SABEL), ou à “acumulação flexível” (HARVEY). A especialização flexível é entendida como uma nova forma produtiva que articula a aplicação do desenvolvimento tecnológico com uma produção que recusa a produção em massa e extingue e produção em série, através da desconcentração da produção em empresas “médias e pequenas” (PIORE E SABEL). A acumulação flexível é entendida como uma forma própria do capitalismo, que mantém três características do modo de produção fordista: é voltada para o crescimento; esse crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo, no universo da produção; e o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional.

A partir do início da década de 1970, como resposta do capital à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização produtiva em escala global, ainda que de modo bastante diferenciado, bem como de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte. A isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com o intuito de dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2005^B, p.85).

Dessa forma, o capitalismo buscou um novo reordenamento mundial, relacionado às transformações no modelo produtivo e também ao referencial teórico que lhe dava sustentação, tentando garantir as condições para a continuidade da acumulação crescente.

Essas modificações aconteceram em um contexto de mundialização ou globalização do capital, em que a financeirização¹⁵ da economia levava as condições necessárias para o capital recompor seus patamares de acumulação, através de um processo de produção flexível, ou, como apontada na literatura econômica, a “acumulação flexível”¹⁶, em que o capital “[...] expande sua face financeira integrando grupos industriais associados às instituições financeiras que passam a comandar o conjunto da acumulação” (IAMAMOTO, 2007, p. 21).

Assim, a atual fase do modo de produção capitalista é caracterizada pelo desenvolvimento intensivo e extensivo em escala mundial, que se refletiu na concentração e na centralização do capital também em escala mundial, processo histórico nomeado como mundialização e/ou globalização (IANNI, 1999, p.54).

A partir desse conjunto de transformações, a busca pelo aumento da riqueza quantitativa, através dos investimentos financeiros, torna a relação social do capital com o trabalho aparentemente invisível.¹⁷ Crescem as desigualdades e o número de indivíduos destituídos de seus direitos civis, políticos e sociais, modificam-se as formas de gestão e organização do trabalho e também se alteram as relações entre Estado e sociedade civil (IAMAMOTO, 2007).

Com relação ao Estado, desestrutura-se o seu papel no enfrentamento das manifestações da questão social, utilizando-se como argumento os “excessos” da intervenção

¹⁵ O processo de mundialização da “sociedade global” foi impulsionado pelos organismos multilaterais e acionado pelos grandes grupos industriais transnacionais ligados ao mundo das finanças, tendo como suporte “instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento), apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas” (IAMAMOTO, 2007, p.107); (IANNI, 1999).

¹⁶ A acumulação flexível é marcada pela oposição à rigidez do fordismo. Para tanto, se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 1992, p.140).

¹⁷ O capital que rende juros, cunhado por Marx de *capital fetiche*, apresenta-se como uma fonte autociadora de valor, obscurecendo, assim, as raízes da origem de sua acumulação, ou seja, a apropriação do trabalho excedente – a mais-valia (IAMAMOTO, 2007).

do Estado no mercado e na sociedade, o que se traduz em carência de recursos para dar conta das desigualdades crescentes (COUTO, 2006). Assim, as recomendações para o enfrentamento da crise vão no sentido de minimizar o papel do Estado, principalmente no que refere às suas funções públicas e sociais, através do entendimento de que “[...] o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos” (LAURELL, 2002, p.161).

Entretanto a compreensão dada à crise pelo conjunto de argumentações do referencial neoliberal – relacionadas à demasiada interferência do Estado, à garantia dos ganhos de produtividade, à estabilidade dos trabalhadores e às despesas sociais – não inclui a dimensão estrutural que a compõe, pois “a crise é um elemento constituinte, estrutural, do movimento cíclico da acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço” (FRIGOTTO, 1996, p.62).

Assim, conforme explicitado, a partir da crise e da reorganização do capital, diversas mudanças afetaram as dimensões econômica e política mundiais, além da dimensão social atrelada a essas transformações. Nesse contexto, na seqüência desta análise, no próximo item evidencia-se a reestruturação produtiva e seus impactos sobre as transformações do trabalho e no trabalhador, especialmente no relacionado às manifestações da questão social, tendo como referência o Brasil.

2.1.2 Reestruturação Produtiva e questão social no Brasil

A dinâmica do processo de crise e de reorganização do capital e da produção refletiu-se em escala global, com especificidades nas diferentes regiões do mundo, assim como, por exemplo, no Brasil, pois, mesmo não fazendo parte dos núcleos centrais da economia capitalista, se incorporou aos novos processos produtivos, numa posição de subordinação e dependência (IANNI, 1999).

Os impactos da reestruturação produtiva não se refletem apenas nos aspectos econômicos, mas também nas manifestações da questão social, pois o conjunto de transformações societárias pós-crise, decorrente do reordenamento mundial do capitalismo, e,

as conseqüentes mudanças no trabalho e no sistema de proteção social¹⁸ fizeram com que as manifestações da questão social fossem ampliadas, principalmente no que refere à exclusão social e, em particular, à pobreza.

A reestruturação produtiva refere-se à introdução de novas técnicas de produção, gestão e inovações tecnológicas em todos os ramos. Nesse contexto, a terceira onda de transformação produtiva passa a ser considerada a característica central desse processo de transformações, em que a gestão da força de trabalho assume a versão flexível. A produção automobilística continua como uma das principais mercadorias, mas ganham destaque na atração dos investimentos do capital os novos segmentos, tais como, a microinformática avançada, a eletrônica, a robótica e a biotecnologia, dentre outros.

Os novos processos produtivos começaram a se desenvolver em diversos países do mundo, como, por exemplo, no Brasil, principalmente a partir da década de 90, evidenciados na expansão de novos processos tecnológicos, de novas técnicas de gerenciamento e de inovações em todos os ramos de produção, intensificando e racionalizando os processos produtivos e reduzindo a demanda por mão-de-obra, principalmente no referente às ocupações formais, exigindo, assim, maior qualificação para o trabalho.

A oferta de emprego formal é pequena, e ainda menor aquele emprego que requer maior qualificação e escolaridade. Paradoxalmente, a escolaridade de nível médio completo [...] tornou-se uma exigência no mercado de trabalho, mas os salários não aumentaram por conta disso (STOTZ, 2005, p.66).

Os processos flexíveis de produção implicam ampliações na capacidade produtiva da força de trabalho, caracterizando a forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na reengenharia e na empresa enxuta, e tendo diversas conseqüências sobre o mundo do trabalho¹⁹, acompanhando a globalização do capitalismo. O trabalho torna-se globalizado, por estar submetido à atual dinâmica do mercado mundial, contexto ampliado pela introdução de novas tecnologias e de novas formas e significados.

Assim, como modificação nos processos de trabalho, observa-se que os indivíduos passam a ser disciplinados pelo novo modelo produtivo, que repercute nas exigências e nas relações de trabalho, tendo que possuir características e habilidades para permanecerem no mercado formal, tais como, ser polivalente e integrado à equipe, em que o ritmo imposto é intenso e estressante (ANTUNES, 2005).

¹⁸ A modificação e, sobretudo, a redução da atuação do Estado tornam-se fundamentais para a compreensão da atual dinâmica societária. “A redução do poder do Estado afeta a natureza dos antigos direitos, sobretudo dos direitos políticos e sociais” (CARVALHO, 2004, p. 13).

¹⁹ Essa discussão está em ANTUNES (2005^B, p.28-31), que sintetiza em nove apontamentos as principais conseqüências das transformações no mundo do trabalho.

O trabalho, em sua forma contemporânea, assume múltiplas e profundas modificações, torna-se mais complexo, heterogêneo e intensificado em seus ritmos e processos. Assim também, a classe trabalhadora complexifica-se e fragmenta-se nesse processo de transformações, tanto a parcela pertencente ao mercado formal de trabalho, como em alternativas informais.

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais “intelectual”. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas *part-time*, emprego temporário, parcial, precarizado, ou mesmo vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2005^B, p.32).

Portanto, uma concepção atualizada, ampliada e abrangente de classe trabalhadora²⁰ que consiga dar conta das novas manifestações de sua totalidade, compreende a parcela dos trabalhadores formais pressionados pelo sobretrabalho e avança, podendo ser definida por:

[...] aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fábriis e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo (ANTUNES, 2005^B, p.52).

Assim, dentre as principais características da reestruturação produtiva, destaca-se a redução do uso do “fator trabalho”, principalmente através da ampliação de exigências e atribuições, manifestas em qualificação constante e polivalência em exercer várias funções ao mesmo tempo, na maioria das vezes, não acompanhadas de ampliação dos salários e de atendimento aos direitos trabalhistas, no que se refere ao mercado formal.

A “flexibilidade” sintetiza a atual fase, refletindo-se nos processos de trabalho e gestão, no mercado, nos direitos historicamente conquistados, nos padrões de produção e consumo (IAMAMOTO, 2000). Ao mesmo tempo, verifica-se a redução das vagas no mercado formal, em decorrência da terceirização e da redução do “trabalho vivo” nos meios de produção, com a elevação da composição técnica e de valor do capital, apoiada na robótica, na microeletrônica e na informática.

²⁰ Discorda-se da compreensão de alguns referenciais que apontam o “fim da centralidade do trabalho” na atualidade, tendo em vista que a classe trabalhadora também se metamorfoseia no contexto de mudanças e adversidades do mundo do trabalho e, que nem mesmo a redução do emprego formal levará a isso, pois a concepção ampliada de trabalho contempla “[...] tanto a dimensão coletiva quanto subjetiva, tanto na esfera do trabalho produtivo quanto improdutivo, tanto material como imaterial, bem como as formas assumidas pela divisão sexual do trabalho, pela nova configuração da classe trabalhadora [...]” (ANTUNES, 2005^B, p.38).

Dessa forma, essas transformações ocorridas em escala mundial e com as suas particularidades, como, por exemplo, no Brasil, estão alterando a economia, a política e a cultura na sociedade, modificando os processos e as relações de trabalho e produzindo novas demandas societárias, principalmente através do aumento generalizado do desemprego estrutural, da ampliação da concentração de renda, da pobreza e da exclusão social²¹ (IAMAMOTO, 2004).

Nesse contexto, compreende-se que a crise e a reestruturação, projetadas em escala mundial, fazem parte da lógica financeira desse regime de acumulação. No entanto, o caráter volátil do crescimento implica maior concentração de renda e aumento da pobreza²², gerando uma espécie de “*apartheid social*” (SALAMA, 1999). Assim, ampliam-se as desigualdades entre países e regiões, bem como entre os rendimentos do trabalho e o capital e, os salários dos qualificados e não qualificados.

Percebe-se, assim, que um significativo ônus decorrente do processo de reestruturação produtiva recai sobre parcelas da classe trabalhadora que permanecem no mercado em condições precárias, ou que têm sofrido um processo crescente de exclusão, principalmente dos postos formais²³ (ANTUNES, 2005^A).

Visualiza-se que o ato de empregar trabalhadores mediante contrato formal, com carteira assinada e proteção social, vem sendo substituído por formas precarizadas de inserção no mercado de trabalho, que ao mesmo tempo, tendem a “mascarar” a contradição entre capital e trabalho, pois se obscurece na inexistência de relação salarial (TAVARES, 2008, p.32).

A percepção de informalidade é apreendida pelo aviltamento ainda maior do trabalho assalariado submetido aos processos de terceirização, e pela ausência dos direitos trabalhistas vigente em relações de trabalho que têm sido metamorfoseadas em relações mercantis, embora o conteúdo das mesmas continue caracterizando a compra e venda de força de trabalho. Não se trata de assalariamento ilegal, mas de formas de trabalho ditas autônomas, consentidas pelo Estado, que são, na verdade, subordinadas ao comando direto do capital e funcional enquanto parte de sua organização (TAVARES, 2004, p.15,16).

²¹ A exclusão pode implicar privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, de cidadania, se por esta se entender a participação plena na sociedade, nos diferentes níveis em que se organiza e se exprime: ambiental, econômico, político e social (AMARO, 2004).

²² Compreende-se por pobreza: “[...] situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas” (NASCIMENTO, 2000, p.58). Complementa-se que, “[...] para além dos indicadores relacionados à renda e ao usufruto de bens, serviços e da riqueza socialmente produzida, a pobreza é um fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças” (YAZBEK, 2001, p. 34).

²³ Considera-se, nesta análise, que as diferenças entre trabalho formal e informal não devam ser reduzidas à carteira de trabalho assinada, ou não, pois não se configura como uma separação entre dois setores distintos e específicos, sendo que o que existe são relações formais e informais. A partir disso, considera-se que a sua distinção pode ser realizada observando-se a relação salarial de trabalho, em que a informalização geralmente significa a ausência de proteção social garantida pelo trabalho assalariado (BOSCHETTI, 2006).

Nesse contexto, a informalização do trabalho é uma tendência cada vez mais em voga na atual fase do modo de produção capitalista, evidenciada, na atual conjuntura societária, na multiplicação de estratégias individuais e coletivas de sobrevivência de uma camada significativa de indivíduos que não está inserida no mercado formal de trabalho, desdobrando-se em diversas formas de trabalho terceirizado, parcial e temporário, dentre outros.

Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente desnecessária às necessidades de aproveitamento pelo capital²⁴. “Cresce, pois, uma superpopulação relativa para esse padrão de desenvolvimento: [...] os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores – a oferta e a procura –, com evidente interferência na regulação dos salários” (IAMAMOTO, 2007, p.157).

No entanto, a teoria de Marx permite compreender e “desocultar” os determinantes da exclusão social, demonstrando que não somente é necessária ao capital, mas que “[...] está incluída na lógica do capital, [...] em que o círculo entre exclusão e inclusão subordinada é condição de possibilidade dos processos de produção e reprodução do capital” (OLIVEIRA, 2004, p.23,24).

Nesse contexto, assim como a exclusão, a questão social também é inerente ao modo de produção capitalista e expressam-se sob diversas formas, tendo, pois, na acumulação do capital a raiz de suas produção e reprodução. O conjunto de transformações renova as antigas manifestações da questão social, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob novas e inéditas expressões,²⁵ aprofundando suas contradições e manifestações na atualidade, próprias das novas condições sócio-históricas.

Em sua dimensão estrutural, as manifestações da questão social atingem a vida dos sujeitos, constituindo-se num processo de conformismo e resistência, expresso no embate cotidiano pelo respeito e pela efetivação dos direitos humanos, civis, sociais e políticos, que repercute na sociedade, produzindo novas demandas e necessidades sociais.

Apesar das diferenças na introdução e no impacto social dessas transformações entre países e regiões, as expressões da questão social²⁶ relacionadas ao mundo do trabalho globalizado apresentam algumas características comuns, principalmente atreladas às desigualdades²⁷, que constituem processos e estruturas determinantes da atual fase do modo

²⁴ Nesse contexto, encontra-se, a parcela de indivíduos excluída dos postos de trabalho formais, que utiliza-se de ocupações eventuais, na maioria das vezes em condições precárias, temporárias e com baixa remuneração.

²⁵ Assim, discorda-se da compreensão de que exista uma “nova questão social”, mas acredita-se que existam novas e ampliadas manifestações, próprias do atual contexto histórico e das transformações societárias correspondentes.

²⁶ Conforme explicitado, a contradição capital-trabalho, nesse contexto, assume uma dimensão nova, que confere especificidade à crise que abala o sistema capitalista (FRIGOTTO, 1996).

²⁷ Compreendem desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Essas desigualdades, mais do que nunca, apresentam-se em escala mundial (IANNI, 1999).

de produção (IANNI, 1996). Nesse contexto, as contradições do sistema de produção globalizam-se²⁸ em seus componentes sociais, econômicos, políticos, culturais e do mundo do trabalho. Podem ser considerados, em síntese, alguns dos aspectos mais evidentes da questão social presente na sociedade global:

[...] desemprego cíclico e estrutural; crescimento de contingentes situados na condição de subclasse; super exploração da força de trabalho; discriminação racial, sexual, de idade, política, religiosa; migrações de indivíduos, famílias, grupos e coletividades em todas as direções, através de países, regiões, contingentes e arquipélagos; ressurgência de movimentos raciais, nacionalistas, religiosos, separatistas, xenófobos, racistas, fundamentalistas; múltiplas manifestações da pauperização absoluta e relativa, muitas vezes verbalizadas em termos de “pobreza”, “miséria” e “fome” (IANNI, 1996, p.27).

A partir disso, uma das principais dimensões enfocadas nesta análise, vem da compreensão de que as atuais manifestações da questão social estão principalmente relacionadas às transformações nos processos produtivos e à diminuição dos postos de trabalho formalizados; entretanto ressalta-se que uma das principais novas manifestações e demandas da questão social refere-se à proliferação do desemprego estrutural, em consequência das alterações na gestão e na organização do trabalho, explicitadas anteriormente.

Na seqüência, busca-se uma aproximação ao debate teórico sobre o desemprego estrutural, pois vários aspectos da questão social convergem para esse fenômeno, que se torna um dos importantes fatores determinantes da proliferação de alternativas individuais e coletivas de sobrevivência e também da criação das políticas de geração de renda, sob a nova configuração do Estado.

2.1.3 Desemprego estrutural e questão social

Conforme explicitado, a reestruturação produtiva incorporou inovações tecnológicas e de gestão ao processo de produção, fazendo com que fosse reduzida a demanda por mão-de-obra, ao mesmo tempo em que exigiu maior qualificação profissional para o atendimento das vagas formais, principalmente as mais bem remuneradas. Como resultado das transformações no mundo do trabalho, grande massa de trabalhadores permaneceu no mercado em atividades

²⁸ Apesar das semelhanças em escala mundial, “sob o capitalismo global, as contradições agravam-se nos países dependentes, periféricos, atrasados, do terceiro mundo” (IANNI, 1999, p.144).

precárias²⁹, mal-remuneradas e tendo seus direitos trabalhistas flexibilizados, ou, ainda, foi excluída do mercado formal de trabalho.

Nesse contexto, a reestruturação produtiva³⁰ e a nova arquitetura do regime de acumulação estão vinculadas, em todos os países, em diferentes proporções, à intensificação de diversas formas de desemprego, em especial ao desemprego estrutural, em decorrência dos processos flexíveis, de automação, robotização e microeletrônica³¹, pois o desemprego é “fundamental ao funcionamento do sistema capitalista” (STOTZ, 2005, p.60).

Com a informatização das máquinas, é possível produzir um maior número de produtos em menor tempo, com maior controle da produção e maior possibilidade de diversificação das mercadorias. Só que isso pode significar a demissão de mais trabalhadores e o aumento do desemprego estrutural, uma forma de desemprego na qual a demissão implica a eliminação da vaga de trabalho que estava ocupada antes da demissão (VALLA, 2005, p.46).

Entretanto o desemprego expressa-se de diferentes formas e intensidades nos diferentes países, fazendo com que, neste momento o foco de atenção e caracterização geral dê espaço a uma análise sobre o desemprego no Brasil, objetivando identificar alguns indicadores dessa realidade, aproximando-se do objeto de investigação desse estudo.

O aumento do desemprego no Brasil, vinculado aos diversos processos de globalização, faz com que um novo contingente de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social se junte às parcelas da população historicamente marginalizadas econômica e socialmente. Assim, percebe-se que vários aspectos da questão social³² convergem para o fenômeno do desemprego, acentuando a gravidade e as contradições que a constituem, assim como ampliando ou criando novas manifestações da questão social³³.

Os impactos do desemprego estrutural³⁴ na dimensão social podem ser visualizados, na sociedade, no modo de vida de grande parcela populacional, em que os indivíduos passam

²⁹ Trabalho precário é aquele que não oferece estabilidade ou segurança; está sujeito a eventualidades; está ligado à causa e à noção de incerteza quanto à sua continuidade e expectativa; implica o exercício de uma atividade inferior à desejada e mal-remunerada (JULIANI, 2004).

³⁰ ANTUNES (2005^B, p.76) destaca: “Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada do tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis, estruturados por meio de empregos formais”.

³¹ No entanto, a vinculação entre modernização tecnológica e desemprego é um tanto limitada, pois se compreende o desemprego como um fenômeno complexo, que não se explica somente pela intensificação da atual fase produtiva, mas tendo nesta uma de suas relações.

³² “Uma das expressões mais dramáticas da questão social na cena contemporânea refere-se à ampliação do subemprego e do desemprego estrutural a partir dos anos 90, em um contexto de menor crescimento econômico e maior competitividade no âmbito de um mercado internacionalizado” (IAMAMOTO, 2000, p.55).

³³ Por estas podem-se compreender as formas de preconceito – de raça, idade, sexo, culturais –; criminalização, violência, dependência química de álcool e/ou drogas, entre outras expressões.

³⁴ Com a demissão do trabalhador a vaga deixada aberta passa a não existir, como é o caso de algumas profissões e ofícios que, com o tempo, deixaram de existir, parcial ou completamente.

a viver em situações vulneráveis, chegando a tal ponto que as condições de vida são degradantes e que eles se tornam excluídos da sociedade. Essa situação é encontrada na vulnerabilidade dos que vivem sem trabalho, ou mesmo quando este se desdobra em formas de ocupação precárias.³⁵

O desemprego estrutural pode implicar a formação da subclasse, uma manifestação particularmente aguda da questão social. Mais uma vez, o fenômeno da subclasse – como expressão do desemprego prolongado, bem como de transformações sociais mais amplas na organização da sociedade – revela vários aspectos da questão social: pauperismo, desorganização familiar, preconceito racial, guetização de coletividades em bairros de grandes cidades, preconceito sexual e de idade, e desenvolvimento de uma espécie de subcultura de coletividades segregadas (IANNI, 1996, p.31.).

Nesse contexto, o impacto do desemprego estrutural nas manifestações da questão social refere-se, principalmente, às condições de vida do trabalhador, pois se reflete na dificuldade em disputar novos empregos no mercado, devido às exigências de qualificação e na de encontrar oportunidades no mesmo setor. Na maioria das vezes, é necessário que o indivíduo demitido busque a requalificação profissional, para, a partir do domínio de novas habilidades, conseguir um novo emprego. De antemão, as pessoas com maior escolarização, ao perderem seus empregos, enfrentam menores dificuldades para retornar ao mercado em outro emprego do que os trabalhadores menos qualificados.

Nesse aspecto, os indivíduos menos qualificados, ao serem demitidos, enfrentam dificuldades relacionadas a tempo e a condições financeiras para as qualificações exigidas,³⁶ em constante renovação, como, por exemplo, as modificações relacionadas à informática. Desse modo, as possibilidades de retorno ao mercado de trabalho formal tornam-se reduzidas, fazendo com que o setor informal passe a ser a principal alternativa, situando a necessidade de aceitação de relações de trabalho instáveis (VALLA, 2005).

Outra tendência crescente, dada a vigência do desemprego estrutural e de complexas transformações produtivas, é a exclusão dos jovens do mercado de trabalho. Ao atingirem a idade de ingresso e não encontrarem perspectivas, ampliam os índices de precarização e desemprego. Nesse mesmo contexto ocorre a exclusão das pessoas com idade acima dos 40 anos, que, uma vez fora, dificilmente conseguem reintegrar-se ao mercado.

Assim, a diminuição dos postos de trabalho, decorrente da necessidade de sustentação e ampliação do modo de produção capitalista, aumentou o número de excluídos do mercado formal em todos os níveis salariais e de qualificação, situação que leva uma parcela da

³⁵ O contexto de desemprego estrutural agrava as formas de exploração do trabalho, através da redução de salários e da precarização dos contratos e das relações de trabalho.

³⁶ As qualidades de inovação e criatividade, exigidas ao trabalhador, relacionam-se ao tempo de escolaridade.

População Economicamente Ativa, a estabelecer relações precárias de trabalho³⁷, tornando-se, na maioria das vezes, mais vulnerável socialmente.

As pessoas submetidas a essas formas de trabalho tornam-se mais vulneráveis socialmente porque seu ritmo de trabalho tende a ser mais intenso, seu descanso, menos regular e qualquer acontecimento que impeça a pessoa de trabalhar implica a suspensão imediata da renda. A sobrecarga de trabalho, numa situação de instabilidade permanente e de impossibilidade de previsibilidade e organização da vida em projetos de médio e longo prazos, torna frágil a saúde do trabalhador e as suas condições morais no controle da própria vida (VALLA, 2005, p.50).

Dessa maneira, a vulnerabilidade social proveniente de relações precárias e instáveis de trabalho possui particularidades no Brasil e nos demais países da América Latina, que passaram a presenciar a expansão do trabalho precarizado, informalizado e temporário, decorrência de sua significativa desindustrialização, após um período de grande expansão do proletariado industrial nas décadas passadas, em função da processualidade das mudanças (ANTUNES, 2005^B). Assim, a partir da década de 90, o movimento de desestruturação do mercado de trabalho no Brasil ganhou uma maior dimensão:

[...] diante da inserção passiva e subordinada do país na economia mundial. Além da ausência de crescimento econômico sustentado, o processo de abertura produtiva, comercial, tecnológica e financeira terminou por destruir as ocupações urbanas e rurais existentes, devido à ampliação das importações, da reforma do Estado e da desnacionalização do parque produtivo nacional (POCHMANN, 2006, p.26).

No Brasil, os indicadores provenientes de estudos e análises sobre emprego e desemprego indicam uma tendência de diminuição das taxas de desemprego total nos últimos quatro anos; no entanto os dados não identificam as qualificações que estão sendo necessárias para seu preenchimento e nem mesmo a qualidade dessas ocupações. Os dados indicam os períodos de grande crescimento do desemprego concomitantes com um dos principais períodos de introdução das medidas de reforma do Estado e de transformações produtivas, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002.³⁸

³⁷ As relações de trabalho chamadas precárias são aquelas que se caracterizam pela falta de garantias regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou de regime próprio do funcionalismo público, nas quais os trabalhadores têm assegurado direitos que afetam suas condições de vida e sociabilidade, como, por exemplo, a jornada fixa de trabalho, descanso semanal remunerado, férias anuais, licença-maternidade e paternidade, aposentadoria, dentre outros. As relações precárias de trabalho geralmente se estabelecem na ocorrência do trabalho formal, do trabalho regulado por contratos parciais, do trabalho autônomo sem capital próprio, nos empreendimentos coletivos de serviços/produção, ou nas formas de trabalho familiar não remunerado.

³⁸ A Presidência de Fernando Henrique Cardoso destacou-se pela reforma do Estado promovida em seus dois mandatos. FHC elaborou um plano diretor da reforma de Estado, entendido como uma ruptura necessária com o Estado interventor na economia, que tinha surgido com Getúlio Vargas e perdurou até os anos 90. Dentre as mudanças no Estado, destacam-se as

Nesse sentido, a fim de identificar a tendência das taxas de desemprego por sexo³⁹, em uma região metropolitana, no período 1998-07, optou-se pela utilização dos dados referentes à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), pois esta não difere da média das outras regiões, assim como compreende o lócus de realização da pesquisa empírica desta dissertação. Assim, na Tabela 1 é possível perceber a evolução das taxas de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre⁴⁰, no período 1998-07.

Tabela 1

Taxa percentual de desemprego, total e por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 1998-07.

ANOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1998	15,9	13,7	18,6
1999	19	16,7	21,9
2000	16,6	14,2	19,6
2001	14,9	12,3	18,2
2002	15,3	13,1	17,9
2003	16,7	13,9	20,2
2004	15,9	13,1	19,1
2005	14,5	11,9	17,6
2006	14,3	12	16,9
2007	12,9	10,2	16

Fonte: PED – RMPA Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Elaboração: DIEESE

Percebe-se que o período que compreende fins de 1990 e início de 2000 aponta as maiores taxas de desemprego total e também no que refere aos indicadores por gênero, acompanhando a tendência nacional. Nesse contexto, o ano de 1999 teve a maior taxa de desemprego total e por sexo, sendo que essa tendência caiu nos primeiros dois anos da atual década, para, posteriormente, apresentar um crescimento entre os anos de 2002 e 2003, de aproximadamente 1% nas taxas de desemprego total e masculino, e de 2,3% no que refere ao contingente feminino.

Já nos últimos quatro anos em análise (2004-07), em geral, houve uma tendência de diminuição das taxas de desemprego total e por sexo; no entanto essa ainda é uma realidade preocupante e pouco pesquisada, especialmente no que refere às formas de ocupação precárias e/ou temporárias da população desempregada.

privatizações em rodovias federais, de bancos e do sistema financeiro. Já com relação às mudanças na gestão produtiva, ocorre forte incorporação da terceirização dos serviços.

³⁹ A distinção entre as tendências das taxas de desemprego poderiam abranger faixa etária, grau de escolaridade, cor da pele, dentre outras, mas para fins desta análise, optou-se pela distinção por gênero.

⁴⁰ A pesquisa de emprego e desemprego no Brasil, elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE identificou as taxas de desemprego nas Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal, no período de 1998 a início de 2008. Disponível em: (<http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercadotrab.xml>).

Os dados indicam as características que compõem a realidade do desemprego no Brasil, como a maior incidência entre as mulheres, seja qual for o ano de análise. Entretanto, apesar de não mostrarem o impacto das taxas de desemprego total sobre as manifestações da questão social, eles permitem relacioná-los à vulnerabilidade das condições de vida que afetam amplas parcelas da sociedade.

Esse conjunto de premissas sinaliza que o conjunto de transformações societárias atrelado aos novos processos de trabalho e ao desemprego é acompanhado da concomitante desestruturação do Estado, alterando as relações entre Estado e sociedade.

Assim, na seqüência, busca-se analisar a relação entre reestruturação produtiva e aumento das manifestações sociais com o processo concomitante, de retração do Estado em suas responsabilidades sociais, de acordo com as recomendações dos organismos internacionais, para ajustar o País às políticas econômicas de orientação neoliberal e à globalização. Para tanto, a análise parte da compreensão da nova configuração do Estado e das políticas sociais, destacando principalmente as políticas de geração de trabalho e renda nesse contexto e, especificamente, a introdução da Economia Solidária na agenda de programas do Governo Federal.

2.2 A DESREGULAMENTAÇÃO DO ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Conforme explicitado anteriormente, a crise do padrão de acumulação capitalista fez ruir os pilares que davam sustentação ao planejamento Keynesiano de regulação,⁴¹ formando as bases que configuram as pressões para uma reconfiguração do papel do Estado, demonstrando a “crescente dificuldade de financiamento das atividades estatais relacionadas aos dividendos de crescimento” (BEHRING, 2003, p. 72).

Assim, o referencial teórico Keynesiano, que dava fundamentação à formulação e à execução de políticas econômicas e sociais, foi considerado insuficiente para dar respostas à crise, enquanto ganhava espaço o referencial teórico neoliberal. A partir da compreensão desse referencial, a presença da intervenção do Estado era um dos principais responsáveis pela condição de baixo desenvolvimento econômico, ao passo que o mercado era considerado mais eficaz, tanto para alcançar o desenvolvimento, como para diminuir as desigualdades sociais, tornando-se necessária a reforma do Estado.

Sob essa concepção, foram indicadas medidas de ajuste para o enfrentamento da crise e da recessão econômica, que geraram modificações no papel do Estado e nas políticas sociais. Essa será a análise central neste próximo momento.

2.2.1 A nova configuração do Estado e as políticas sociais

Com as alterações na base produtiva da ordem capitalista, pode-se perceber que a manutenção de algumas práticas estatais, bem como a emergência de novas atribuições do Estado, foi constituinte da proposta de reestruturação. Tal proposta está fundamentada no desmonte do papel do Estado na regulamentação dos aspectos econômicos e sociais. Cabe ressaltar que a nova configuração do Estado emana das concepções defendidas pelo referencial teórico neoliberal, que mobiliza os países para a retomada do desenvolvimento econômico, superando as orientações keynesianas.

⁴¹ O projeto de Estado de Bem-Estar Social foi visto como responsável pela crise enfrentada pelo capitalismo na década de 70, a qual presenciou duas crises (1973 e 1979). A crítica ao Estado social, partida do referencial teórico neoliberal, pauta-se nos excessos de poder do Estado, em relação tanto ao mercado como à sociedade (COUTO, 2006).

Enquanto solução à crise econômica, a tese neoliberal era conhecida desde meados da década de 40, quando teve início um movimento de ataques políticos e teóricos contra as políticas keynesianas. O idealizador desse movimento foi o Economista Friedrich August Von Hayek, que proferiu de maneira crítica os perigos eminentes da regulação do mercado pelo Estado, na obra *O caminho da Servidão*. Apoiado por outros seguidores, enquanto liberal articulado às questões industriais e especificamente urbanas da Inglaterra, Hayek propõe uma teoria monetarista fundamentada na exaltação do mercado concorrencial e na eliminação da intervenção estatal⁴² no campo econômico, desfazendo-se dos ideais de justiça social e do sistema de proteção social sustentados pelas políticas keynesianas.

Segundo essa percepção, a interferência do Estado nas questões econômicas, acabaria cerceando a liberdade individual⁴³, colocando em risco o desenvolvimento econômico, comprometendo a liberdade econômica⁴⁴ e, automaticamente, a liberdade política (HAYEK, 1977).

Dessa forma, nos países periféricos, principalmente a partir da década de 90, emergiu o referencial teórico neoliberal, que passou a dar sustentação às mudanças no papel do Estado. Contrário às intervenções no mercado por parte do Estado, defende a estabilidade monetária através da disciplina orçamentária, da contenção de gastos, a necessária realização de reformas fiscais, através de restrições à proteção social, impondo cortes nos gastos sociais.

Fundamentalmente, a tese neoliberal postula a retirada do Estado da economia – idéia de Estado mínimo –, a restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego, a volta das leis de mercado sem restrições, o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo, a diminuição dos impostos sobre o capital e a diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais (FRIGOTTO, 1996, p.80,81).

No entanto, a questão fundamental não é a compreensão do tamanho do Estado – máximo ou mínimo – pois, em realidade, essa perspectiva não significa a redução em todas as suas funções, mas principalmente, no que se refere à extinção de sua ação enquanto produtor de bens e serviços e à diminuição de suas funções relacionadas à dimensão social. A

⁴² Para Hayek (1977), quando o “setor público”, ou seja, o Estado controla os meios econômicos, políticos, sociais e culturais, acaba dominando, também, todo o sistema. Assim, mesmo que o Estado apenas controle de forma direta o “[...] uso de uma grande parte dos recursos disponíveis, os efeitos de suas decisões a parte restante do sistema econômico se tornam tão acentuados que, de forma indireta, ele passa a controlar quase tudo” (p. 77).

⁴³ A liberdade, nessa óptica, é compreendida a partir do campo econômico, materializado pela garantia da propriedade privada, fazendo do capitalismo o único sistema capaz de assegurar tal liberdade. Tal concepção equipara todos os indivíduos às mesmas condições sociais, políticas e econômicas, desconsiderando as desigualdades que permeiam a sociedade, utilizadas para estabelecer parâmetros de elevação e premiação de alguns grupos populacionais.

⁴⁴ Para o autor, a “[...] liberdade econômica que constitui o requisito prévio de qualquer outra liberdade, não pode ser aquela que nos libera dos cuidados econômicos, segundo nos prometem os socialistas, e que só se pode obter eximindo o indivíduo, ao mesmo tempo da necessidade e do poder de escolha; deve ser a liberdade de ação econômica, que, junto com o direito de escolher, também acarreta inevitavelmente os riscos e a responsabilidade inerentes a esse direito” (HAYEK, 1977, p.107).

partir disso, a solução para a crise aparece centrada no estabelecimento de condições favoráveis ao funcionamento e ao desenvolvimento do mercado, na competição e na modificação do papel do Estado.

Nesse universo, o Estado é percebido como paternalista em suas políticas de proteção social, que acabavam limitando ainda mais os indivíduos, os quais se contentavam somente com as suas ofertas. Segundo essa compreensão, ao tratar os indivíduos de maneira desigual perante o mercado competitivo, o Estado acabava reduzindo suas capacidades de mobilização para o crescimento individual, desmotivando-os a perseguirem melhores rendimentos e condições sociais independentes de subsistência (HAYEK, 1977).

Assim, as diversas mudanças nas relações entre Estado e sociedade seguiram as orientações do referencial teórico neoliberal e têm sido traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelo Consenso de Washington⁴⁵, que apresentou orientações⁴⁶ quanto às medidas de ajustes que deveriam ser tomadas pelos países periféricos, para reorganizarem a sua economia e alcançarem o desenvolvimento, condicionando o financiamento dos organismos internacionais ao cumprimento do receituário. Os ajustes contidos nesse receituário “[...] estão sedimentadas num projeto ideológico, político e econômico que exalta a liberdade dos mercados” (COUTO, 2006, p.70).

Assim, ao mesmo tempo em que foram aplicadas medidas e diretrizes de política econômica, as políticas sociais passaram também a ser resultantes dos mesmos “receituários” de recorte teórico neoliberal. No entanto, a adoção das políticas de ajuste estrutural fundamentadas no referencial teórico neoliberal não conseguem atingir os objetivos econômicos ao qual se propuseram, ao mesmo tempo em que fazem com que a pobreza atinja altos índices.

A partir da década de 90, passou-se a visualizar, nos países periféricos, a reorganização das políticas sociais, que repercutem nos compromissos sociais realizados pelos Estados nacionais, ampliando as dificuldades econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que as políticas sociais, além de insuficientes, começaram a ser interrompidas (VALLA, 2005). Assim, as políticas sociais se reorientaram principalmente através da privatização e da focalização da população alvo.

⁴⁵ Entende-se por Consenso de Washington, “[...] um consenso construído durante a década de 1980 e que condensava e traduzia as idéias neoliberais, já hegemônicas nos países centrais, na forma de um *pacote terapêutico* para a ‘crise econômica’ da periferia capitalista” (FIORI, 2002). Consenso com aprovação e respaldo do Tesouro dos EUA e de instituições com sede em Washington. Instituições com reconhecimento público quanto ao seu vínculo ao capital hegemônico internacional (Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e Organização Mundial do Comércio (OMC)).

⁴⁶ As orientações aos países da “periferia capitalista” vão desde a vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados, até a necessidade de redução da ação do Estado para o atendimento das necessidades das grandes maiorias, mediante a restrição dos gastos sociais, em nome da chamada crise fiscal do Estado.

No momento em que o Estado reduz a sua participação no padrão de proteção social, este começa a sofrer profundas transformações. Esse modelo, norteado pelo referencial neoliberal, propõe:

[...] a retirada do Estado da organização e do financiamento de políticas sociais voltadas ao conjunto da população e a restrição de sua atuação aos absolutamente desvalidos. Em outras palavras, sugerem o desmonte das políticas universalistas e o retorno do velho assistencialismo como único objeto da ação social do Estado (MARQUES, 1997, p. 46).

No âmbito das políticas sociais brasileiras, estas se tornaram cada vez mais residuais e focalizadas, em um contexto de “privatização, parceria do público com privado, descentralização, renda mínima [...]” (VIEIRA, 2004, p. 11). Assim, as conseqüências da adoção desses “receituários” têm apontado grandes fragilidades, possuindo como resultados sociais o agravamento das desigualdades e das manifestações da questão social, ao mesmo tempo em que não promoveram o desenvolvimento econômico ao qual se propuseram (COUTO, 2006).

Os resultantes dessas transformações demonstram o agravamento da pobreza existente, a ampliação do desemprego e dos grupos vulneráveis e a distribuição de renda cada vez mais desigual. Essa ampliação das demandas por intervenção do Estado veio acompanhada, contraditoriamente, pelo retrocesso nos “gastos sociais”, perspectiva neoliberal adotada por sucessivos governos, como, por exemplo, no Brasil, levando a um gradual esvaziamento da perspectiva de direito social presente na Constituição Federal de 1988⁴⁷.

Essa orientação neoliberal tomou forma, especialmente, com um programa de reformas que levaria à redução do aparato institucional e dos gastos sociais do Estado, bem como o redimensionamento e reorientação da política social. As medidas de privatização e focalização da ação e investimento governamentais teriam, aí, uma função central (ALGEBAILLE, 2005, p.88).

Sob o viés do referencial teórico neoliberal, a concepção das políticas sociais apresenta-se com caráter de subsistência, deixando de ser direito social e passando a ser consideradas, a partir dessa concepção, geradoras de custos excessivos ao Estado. Essa tendência de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social através da focalização da população-alvo articula-se com as idéias de funcionamento restrito do Estado,

⁴⁷ Os avanços contidos na Constituição Federal de 1988, na definição de um novo conjunto de direitos e novos desenhos para as políticas e instituições sociais, são contraditoriamente “atropelados” pela introdução da perspectiva neoliberal por sucessivos governos no período de 1990 a 2000 (Collor de Mello, de 1990 a 1992; Itamar Franco, de 1992 a 1994; Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002), traduzindo-se em pouca efetividade aos preceitos constitucionais na condução das políticas sociais.

de responsabilização do indivíduo pela sua condição, de valorização dos serviços privados e de organizações da sociedade civil.

Esses tempos e processos particulares afetaram a participação do Estado na prestação direta de serviços sociais e no seu financiamento por meio de impostos diretos e indiretos, com distintos graus de progressividade. A política social, submetida aos ditames da política econômica, é redimensionada ante as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados na sua aplicação (IAMAMOTO, 2007, p.147).

Esse deslocamento da atenção à questão social da esfera pública para a dimensão privada está relacionado com a implantação dos ajustes econômicos nos últimos anos, com a precarização do sistema de proteção social e com as transformações do trabalho.

Nesse sentido, a atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais transfere a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias, submetida ao arbítrio do indivíduo isolado e não à responsabilidade pública do Estado (IAMAMOTO, 2004). Assim, através do apelo à solidariedade, ocorre o deslocamento da responsabilidade pelas ações sociais para a sociedade civil. As reformas orientadas para o mercado em detrimento do campo social implicam em:

[...] desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência. Assinala-se, então, que o caráter da organização do trabalho na revolução tecnológica em curso é desagregador da solidariedade de classe e regressivo (BEHRING, 2003, p.37).

Esse processo de reforço às iniciativas individuais e da sociedade civil no enfrentamento das manifestações da questão social está relacionado ao referencial neoliberal, que dá sustentação às transformações iniciadas com a propagação da reestruturação produtiva e da desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas. Nesse contexto, toma impulso também a desestabilização dos sindicatos e das representações de classe, pois se torna necessário “[...] combater o igualitarismo, pois a desigualdade é o motor da iniciativa pessoal e da competição entre os indivíduos no mercado” (LAURELL, 2002, p.162).

[...] os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução social é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo (TAVARES, 2004, p.13).

A concepção de proteção social afirma-se, assim, na premissa de que o simples acesso ao trabalho é o mecanismo central e histórico de garantia de acesso aos meios de produção e de reprodução da vida material e social, desconsiderando as diferenças de oportunidades na sociedade e considerando fracassado aqueles que não conseguem, por seus próprios méritos, o trabalho e a renda, posição articulada à ideologia neoliberal e aos investimentos focalizados em quem “precisa” receber. Essa concepção faz com que se atribua caráter filantrópico às políticas sociais na lógica do direito social contributivo, pela percepção de que somente através do trabalho o indivíduo constrói a sua cidadania.

A partir desse quadro, as políticas sociais reorientaram-se, destacando, especificamente, as relacionadas ao trabalho e à geração de renda, que são criadas em contraponto ao conjunto de transformações produtivas, principalmente as relacionadas à queda do assalariamento, ao desemprego e à ampliação das atividades informais, sejam elas referentes ao crescimento de alternativas coletivas ou individuais de geração de renda. Assim, no próximo item, busca-se analisar as políticas de geração de trabalho e renda nesse contexto e, especificamente, a introdução da Economia Solidária na agenda de programas do Governo Federal.

2.2.2 Políticas de geração de trabalho e renda no Brasil

Frente aos resultados sociais da heterogeneidade do desemprego no País, que combinam desemprego estrutural, aumento da informalidade e de alternativas coletivas de geração de renda, relacionadas às mudanças no trabalho e à diminuição do assalariamento, começam a ser desenvolvidas ações públicas de geração de renda, às quais se convencionou chamar de “políticas ativas”⁴⁸, formadas por atividades que geram renda em situação de inexistência de vínculo empregatício, o que consiste numa modalidade de sistema público de emprego. O contraste dessas ações se faz com as “políticas passivas”⁴⁹, constituídas pelo seguro desemprego e por transferências de renda (BARBOSA, 2006).

No Brasil, a atuação do Estado no mercado de trabalho foi diferente no decorrer das ondas de transformação produtiva. As primeiras iniciativas do poder público no campo das políticas de emprego foram a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Os trabalhadores

⁴⁸ Relacionam-se essas políticas como promotoras da autonomia dos sujeitos, pois são promotoras do “auto-emprego”.

⁴⁹ São consideradas políticas assistencialistas em seu sentido pejorativo, de acordo com o ideário neoliberal, procurando desviar a responsabilidade pública e a garantia dos direitos sociais do Estado para a sociedade.

formais passaram a ter garantidos alguns benefícios, através da Lei Trabalhista, durante o período do projeto de industrialização do País (COUTO, 2006). Esse período de desenvolvimento tinha no trabalho assalariado a sua centralidade,⁵⁰ pois, de modo geral, havia uma típica estabilidade de carreira, que levava o trabalhador a desempenhar uma atividade ao longo da vida, seguida da aposentadoria e do seguro social (BARBOSA, 2007).

No período da ditadura militar, entre as décadas de 60 e 70 do século XX, ocorreu a internacionalização da economia e dos investimentos públicos no setor privado. Existia a expectativa de que o crescimento econômico iria aumentar os postos de trabalho e a qualidade de sua regulação. No entanto, as estratégias para a rentabilidade econômica estavam baseadas em baixos custos de mão-de-obra, acentuando as desigualdades sociais. Nessa época, ainda marcada pela formalidade contratual, através do emprego formal,⁵¹ buscava-se assegurar aos assalariados alguns benefícios, enquanto a população que passava a compor a camada de excluídos não possuía atendimento às suas demandas (POCHMANN, 2001; BARBOSA, 2006; COUTO, 2006).

Ainda nesse período, as primeiras medidas associadas ao tratamento social do desemprego começaram a ser implantadas, como exemplo, pode-se citar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1967, estimulando a rotatividade no interior do mercado, e o Sistema Nacional de Emprego (SINE), em 1975, como intermediação formal do trabalho.

Na década de 80, fase de grande estagnação econômica e de endividamento, o desemprego atingiu altos índices, acompanhado de concomitante aumento da informalidade. Mesmo assim, permaneceu a crença de que seria possível generalizar o emprego formal e redemocratizar o País, havendo o desenvolvimento de poucas medidas emergenciais.

O sistema público de proteção ao emprego foi criado em 1986, objetivando o amparo aos desempregados. Destarte, na Constituição Federal de 1988, passaram a ser assegurados direitos aos trabalhadores – incluindo o seguro-desemprego⁵² –, tendo sido definido um fundo específico para ações que envolviam também intermediações de empregos, qualificação profissional e a redução da jornada de trabalho⁵³. Essas foram as bases do que, nos anos 90, se chamou de Fundo do Amparo do Trabalhador (FAT), voltado a financiar políticas de proteção – baseado em fonte própria de recursos (Programa de Integração Social/ Programa de

⁵⁰ Essa orientação está relacionada ao modelo desenvolvimentista, que ampliou o emprego, embora o assalariamento nunca tenha sido uma realidade generalizável no Brasil.

⁵¹ No período da modernização no Brasil, entre os anos 1950 e 1980, houve alto crescimento do assalariamento urbano, no entanto, concomitantemente, grande índice de informalidade nas relações de trabalho.

⁵² O seguro-desemprego visou assegurar uma garantia de renda aos desempregados do setor formal.

⁵³ A redução da jornada de trabalho limitou oficialmente o tempo de trabalho de 48 para 44 horas semanais, buscando gerar um adicional de vagas e estimular o crescimento.

Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) – para o Programa Seguro Desemprego (DEDECCA, 2003), atendendo assim, somente aos trabalhadores formais.

Esse foi um momento importante de atenção pública ao emprego e de lutas sociais pela garantia dos direitos e da garantia de conquistas aos trabalhadores, obtidos na Constituição Federal de 1988. No entanto, o cenário era de crise, com o baixo investimento produtivo e a dependência financeira internacional. Arelado a esse contexto, a introdução das medidas de ajuste do papel do Estado, baseadas no referencial teórico neoliberal, fez com que o período fosse considerado como de “contra-reforma”, pela contenção e/ou não efetivação de direitos (BEHRING, 2003).

A partir da década de 90, a referência na sociedade salarial⁵⁴ alterou-se, banalizando-se as formas de ocupação informal e acarretando a ampliação das formas de trabalho, que misturam trabalho assalariado e trabalho autônomo, coletivo e informal, realizado por diferentes experiências de trabalho e pressionadas pelo desemprego e pelas relações precárias de trabalho.

As políticas sociais reorientaram-se, evidenciando diferentes formas de trabalho, que se configuram, ao mesmo tempo, como promotoras e resultantes do esvaziamento da política. Concomitantemente, difundiu-se o referencial teórico neoliberal, pelo qual o desenvolvimento econômico e o crescimento do emprego decorrem da livre ação do mercado e do esvaziamento da ação regulatória do Estado, flexibilizando a legislação do trabalho e destruindo seus direitos. Através da concepção de liberdade, há um movimento em direção ao estímulo para as atividades empreendedoras e seu potencial autônomo (BARBOSA, 2007).

Nesse sentido, percebe-se que o ideário de “empreendedorismo”, manifesto distintamente nos espaços sócio-ocupacionais, está presente nas práticas de geração de renda, e, com isso, pode-se compreender os poucos efeitos positivos sobre a realidade social, pois modifica o papel do Estado e amplia a ação do mercado. Ao mesmo tempo, compreende-se a necessidade de o Estado regular o trabalho e garantir direitos em tempo de desemprego estrutural, a fim de enfrentar as demandas da questão social.

No entanto, na década de 90, iniciou-se a *nova geração*⁵⁵ de políticas, as quais continuavam dirigidas principalmente ao setor formal. Essa estratégia de atuação pública

⁵⁴ A quebra do assalariamento é resultante desse contexto de transformações que penaliza o trabalho e os direitos historicamente conquistados. Como exemplos desse contexto, destacam-se: os contratos temporários de trabalho, o desemprego estrutural, a desestabilização dos sindicatos, e, com isso a fragilização da dimensão política, provocando a abertura completa para a ampliação da ação do mercado.

⁵⁵ Conforme denominação dada pelas agências multilaterais, essas políticas fazem parte de largas recomendações dessas agências: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) (BARBOSA, 2006, p.98).

objetivava atenuar as pressões existentes no mercado de trabalho, centrando-se em medidas como, por exemplo, o adiantamento da aposentadoria e a ampliação do seguro-desemprego.

Como forma de inserção focalizada de grupos vulneráveis no mercado, desenvolveram-se programas como Primeiro Emprego para os jovens, requalificação técnica e incentivo aos pequenos negócios (BARBOSA, 2007). Estes implicaram em maior flexibilização das relações de trabalho e visavam transformar os trabalhadores desempregados em empreendedores, para competirem no mercado.

Esses programas de geração de renda ganharam impulso em 1993, por interesse do Conselho Deliberativo do Fundo do Amparo ao Trabalhador (Codefat), através da destinação de recursos do FAT para o financiamento de ações de promoção de renda e ocupação, organizadas nos seguintes programas:

- Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), uma das primeiras ações, em que o microcrédito era concedido via instituições federais⁵⁶, beneficiando pequenos empreendimentos individuais, associativos ou cooperativos do setor formal que gerassem trabalho e renda;
- Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), destinado exclusivamente à geração de trabalho no campo;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), voltado para o financiamento do produtor rural familiar;
- Crédito Produtivo Popular, destinado ao setor informal vulnerabilizado e distinguido em duas frentes – BNDES trabalhador, específico dos governos dos estados e municípios e BNDES solidário, coordenado por organizações não-governamentais (ONGs).

Assim, verifica-se que, entre os anos de 1990 e 2000, a atenção pública ao trabalho teve características da vertente tradicional – ligada ao seguro-desemprego e à qualificação e aos programas de geração de renda, destinados às demandas do desemprego e do setor informal.

O conjunto de políticas sociais, durante a década de 90, acabou não alterando a tradicional fragmentação das políticas públicas de atenção ao desemprego, combinando baixa

⁵⁶ Banco do Brasil, Banco Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Caixa Econômica Federal.

efetividade e eficácia, e poucos recursos destinados ao heterogêneo desemprego (POCHMANN, 2006).

Além disso, os programas direcionados à geração de trabalho e renda tiveram poucos resultados, em função da grande rotatividade e dos ciclos de pouca duração das iniciativas, devido ao baixo crescimento econômico do País – que prejudicou o mercado brasileiro – e às exigências de garantias aos segmentos-alvo, fator que colocava entrave no acesso ao crédito.

Cabe ressaltarem-se os limites da efetividade dessas políticas, relacionando-as às medidas de ajuste neoliberal, pois o corte de investimentos públicos na área do trabalho acompanhou a flexibilização do mercado e a desregulamentação das políticas públicas de trabalho no Brasil, agravando ainda mais o quadro de desemprego.

Foi nesse contexto que diversas formas “alternativas” de geração de renda se proliferaram, tendo no seu entorno um conjunto de entidades e organizações sociais⁵⁷ que, sob o viés do “voluntarismo”, começaram a desenvolver ações junto aos empreendimentos coletivos.

Como exemplo desses empreendimentos, o cooperativismo talvez seja o mais perceptível, em função de sua proliferação. Em sua origem, nasceu como instrumento de luta dos trabalhadores contra o desemprego. Entretanto, em função do conjunto de transformações, vêm-se desenvolvendo muitas “cooperativas falsas”⁵⁸, ampliando ainda mais a precarização das relações de trabalho.

Assim, vindo ao encontro da demanda crescente de empreendimentos sob o viés solidário, desenvolveram-se ações do Estado⁵⁹ nesse campo, com uma nova forma de políticas de trabalho, mas mantendo como principal intencionalidade a atenuação das tensões do mercado e dos conflitos sociais resultantes. Assim, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva não se distingue do anterior em políticas de desenvolvimento econômico e na promoção da ocupação, porém distinguem-se as suas estratégias (BARBOSA, 2006).

O atual governo, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego, organiza as ações de emprego e renda em várias frentes, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

⁵⁷ Principalmente organizações ligadas à Igreja Católica, a sindicatos, a organizações não-governamentais, dentre outras.

⁵⁸ Compreende-se que as cooperativas em seu sentido original, criadas e geridas coletivamente pelos trabalhadores, são um importante instrumento de exercício autônomo do trabalho. No entanto, a forma como parte desses empreendimentos tem-se desenvolvido, vem mais ao encontro de um planejamento empresarial/gerencial, apresentando, até mesmo, sinais de exploração da força de trabalho.

⁵⁹ Convém lembrar que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde sua criação, protegia os direitos dos *assalariados*. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do Ministério. Por isso, o surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passou a incluir essa forma de organização.

e do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Além disso, incorpora a qualificação e a geração de renda em diversas políticas públicas, apresentando, assim, uma ligação destas à política de combate à pobreza⁶⁰, que, de um lado, pode ser percebida como uma importante articulação entre as políticas e a inserção focalizada na população tradicionalmente excluída, mas que, em realidade, vem-se configurando como uma “política pobre para os pobres”, que lhes possibilita poucas possibilidades de renda e trabalho.

O seguro desemprego permanece sendo a modalidade com maior dispêndio de recursos do MTE, reservado aos trabalhadores demitidos do setor formal e, recentemente, ampliado aos trabalhadores domésticos e da pesca. Seu segundo maior montante de investimento é a qualificação do trabalhador, destinado a capacitar e a ampliar a produtividade da força de trabalho.

Como principal diferencial na atual política de governo apresenta-se a inserção de uma modalidade específica, formada pelos empreendimentos econômicos solidários (EES). Assim, percebe-se que essa e muitas práticas de trabalho informal, que demonstram as atuais formas de trabalho na contemporaneidade, necessitam que se redesenhem as relações entre política e mercado, através de ações indutoras do Estado sobre a estruturação das experiências no mercado, auxiliando na gestão e na manutenção dos empreendimentos.

Evidencia-se a constituição desses empreendimentos coletivos como uma das tendências para a geração de renda no País, a qual possui reconhecimento público, que oferece formas de fomento, seja ele financeiro, seja tecnológico, ou seja gerencial às organizações (BARBOSA, 2006).

Sob esse aspecto, no próximo ponto discorre-se sobre a introdução da Economia Solidária na agenda de programas do Governo Federal, ressaltando-se a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Sistema de Informações em Economia Solidária.

⁶⁰ Como, por exemplo, as ações do Projeto de Promoção da Inclusão Produtiva, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destinado à mobilização das capacidades sociais e produtivas das comunidades no enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, focalizado, preferencialmente nos beneficiários dos programas de transferência de renda.

2.2.3 A Economia Solitária na agenda do Governo

A reinserção da população “sobrante” no mercado formal de trabalho impõe-se como um desafio atual, pois a dinâmica socioeconômica faz com que essa possibilidade seja cada vez mais remota. Nesse contexto, destaca-se a criação de organizações econômicas populares, formadas para gerar trabalho e renda, principalmente por trabalhadores excluídos do mercado formal, ou seja, indivíduos que estão fora do assalariamento formal. Essas experiências proliferaram principalmente a partir da década de 90, tendo cinco grandes categorias motivacionais que influenciaram na opção por essa alternativa de trabalho:

- a) a terceirização, quando a motivação inicial para a criação se dá a partir de uma empresa que quer terceirizar uma determinada área da produção, geralmente demitindo empregados da própria empresa e recontratando-os, através de cooperativa;
- b) a organização feita através de associações, ou seja, a partir de empreendimentos sem fins econômicos (como associações de deficientes visuais), o grupo organiza-se também em atividades de geração de renda;
- c) a mobilização inicial feita pela Igreja ou pelo Estado, geralmente ligados a projetos sociais e comunitários. Esses empreendimentos surgem a partir da iniciativa dessas instituições, que geralmente oferecem uma estrutura física, verbas e assistência técnica. Muitas vezes, eles ajudam a construir a própria identidade do grupo, e, não raro, tornam-se uma referência para ele;
- d) os processos de mobilização social e lutas populares, nas quais contingentes de trabalhadores ou desempregados lutam para ter acesso ao trabalho e aos meios de produção e conseguem o direito de iniciar ou continuar suas atividades;
- e) a organização espontânea de grupos, uma opção pelo sistema autogestionário como o mais adequado para a criação do empreendimento. As cooperativas de trabalho que se formam sem a influência específica da terceirização de uma outra empresa são um bom exemplo (CARVALHO; PIRES, 2004).

Essas motivações indicam mecanismos importantes de mediação, que são funcionais para a realização das práticas, como o papel indutor de entidades civis e órgãos públicos. A manutenção dessas alternativas de trabalho e seu fortalecimento deram-se, normalmente, a partir da relação de apoio e/ou dependência com sindicatos, igrejas, governos municipais e

regionais e organizações sociais, que passaram a desenvolver ações através de auxílio financeiro, qualificação e incentivo, como, por exemplo, em feiras e espaços de comercialização.

Nesse contexto, a emergência e a visibilidade social de diversas atividades fez com que a Economia Solidária fosse reconhecida, na atual conjuntura governamental, como alternativa de geração de renda, por meio da Lei nº. 10.683/2003 e do Decreto 4.764/2003, tornando-a integrante dos programas do governo Federal.⁶¹

A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada no Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003. Integrando as ações dessa secretaria está o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento⁶², que tem como objetivo estimular as atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão, através da promoção do fortalecimento e da divulgação da Economia Solidária, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento dessas experiências.

Assim, a Senaes busca difundir e fomentar a Economia Solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse fórum inclui as principais agências de fomento da Economia Solidária, a sua rede de gestores municipais e estaduais, a Associação Brasileira de Gestores de Entidades de Microcrédito (Abscred) e as principais associações e redes de empreendimentos solidários de todo o País.⁶³

Entre as atividades em desenvolvimento, foi criado o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que tem por objetivo mapear o conjunto heterogêneo de experiências, que envolve cooperativas, associações e grupos de: reciclagem, artesãos, trabalhadores de confecção de roupas, oficinas, padarias, segmentos diversos de alimentação, agricultura familiar (pequenas produções, leiteira, pecuária e empresas autogestionadas), para o posterior desenvolvimento das atividades propostas no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

⁶¹ Ministério do Trabalho e Emprego: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/ PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/programa/Conteudo/apresentacao.pdf> acesso em: 30/10/2007.

⁶² O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento compreende 10 pontos principais: (a) contribuir para organizações de autogestão na geração de trabalho e renda; (b) facilitar o intercâmbio entre os empreendimentos; (c) qualificar as pessoas envolvidas com a criação e execução de políticas públicas feitas especialmente para ES; (d) promover o consumo ético e o comércio justo; (e) dimensionar e dar visibilidade aos empreendimentos; (f) promover estudos e pesquisas sobre o tema; (g) criar leis claras e específicas para a economia solidária; (h) desenvolver o conhecimento e formação em economia solidária; (i) mapear e sistematizar informações da economia solidária; (j) promover comunicação e divulgação da economia solidária (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO / SENAES / Plano de Ação).

⁶³ Maiores informações: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf> ou, diretamente no *site* do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: <<http://www.fbes.org.br/>>

A origem desse programa, conforme explicitado, está atrelada a diversas experiências que ganharam visibilidade, através de governos municipais e estaduais, sindicatos e entidades religiosas. Nesse contexto, destaca-se a experiência desenvolvida pelo Estado do Rio Grande do Sul - RS, que o antecedeu e trouxe algumas das bases ao programa nacional.

No Rio Grande do Sul, a Economia Popular Solidária (EPS) foi instituída através do Decreto nº. 41.062, de 21 de setembro de 2001⁶⁴, durante o governo de Olívio Dutra. Esse programa tinha entre seus objetivos principais instituir políticas públicas para a criação, a manutenção e/ou a ampliação de oportunidades de trabalho e de geração de renda, através de empreendimentos formados coletivamente. Esse programa estadual buscava fomentar o desenvolvimento de novas atividades econômicas através de estímulo, assessoria e fomento ao desenvolvimento de empreendimentos que gerassem acesso à renda. Também faziam parte dele a formação e a educação em autogestão, a capacitação sobre o processo produtivo, o financiamento, a comercialização e as incubadoras de empreendimentos.

Em nível nacional, essas políticas de emprego e renda desenvolveram-se a partir da identificação de possibilidades de inserção social dessas experiências. Como diferencial nas estratégias de governo está a ligação intrínseca destas à política de combate à pobreza, sendo que a maioria dessas experiências se desenvolve pela população em situação de vulnerabilidade social.

Percebe-se que as ações de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária podem configurar-se tanto como tentativa de resposta à miserabilidade da população e mecanismo de distributividade não tutelada, quanto como elemento que compõe a reprodução ampliada de uma força de trabalho informalizada e desqualificada para as novas exigências do mercado (SILVA, 2002, p.129).

Nesse contexto, percebe-se que esse programa tem sido desenvolvido mais no campo da política de Assistência Social⁶⁵ do que no de trabalho, como deveria ser, agravado pelo fato de que, embora a Assistência Social seja uma política pública no campo do direito social, essas atividades normalmente estão sendo estruturadas especialmente como ações assistenciais e filantrópicas, destituídas do caráter de direito. Dessa forma, as ações desenvolvidas até o momento dão visibilidade à Economia Solidária no País, no entanto, têm poucas chances de desenvolvimento e afirmação, assim como de efetiva inclusão social dos indivíduos.

⁶⁴ “O Marco Jurídico da Autogestão e Economia Solidária”, no *site*: <http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/Observatorio/Economia/conteudo/MarcoJuridico.pdf> (Anexo 3, pg. 80), Acesso em: 17/10/2007.

⁶⁵ A Assistência Social, destinada a população que dela necessitar, possui como demandantes principalmente a população mais vulnerabilizada, constituindo-se em direito do cidadão e dever do Estado (LOAS, 1993).

Entretanto, essa intervenção estatal, ainda que seja de caráter compensatório e incapaz de oferecer reais alternativas ocupacionais frente à crise do trabalho, representa, primeiro, uma conquista por parte do movimento da Economia Solidária e, segundo, tem servido para fomentar ou promover novas experiências econômicas no espaço público (POCHMANN, 2004; SINGER, 2000).

O desenho que esse programa e as demais atividades previstas irão tomar no encontro com os empreendimentos existentes sob a concepção de solidariedade e suas necessidades de manutenção no mercado ainda é indefinido,⁶⁶ como também, os limites e as possibilidades reais dessas atividades econômicas.

No entanto, compreende-se a necessidade de o Estado regular o trabalho e garantir direitos, retirando a responsabilidade privada dos indivíduos pelas suas condições e auxiliando na sustentabilidade dos empreendimentos, de modo a enfrentar as demandas sociais relacionadas à ampliação de direitos e conquistas.

Mediante o fomento de políticas governamentais, existe a expectativa de que esses empreendimentos encontrem meios de melhorar as condições de vida de seus integrantes e que possam superar suas dificuldades de gestão, através de apoio, assessoria e financiamento públicos para a construção da sustentabilidade e do desenvolvimento dos mesmos (SINGER, 2000).

Assim, encerra-se o presente capítulo, que teve como foco central a análise do contexto de transformações no modo de produção capitalista pós-crise de 1970, que, conforme explicitado, produziram modificações na gestão e na organização do trabalho, acentuando as manifestações da questão social e, dentre elas, de todas as formas de desemprego, em especial do desemprego estrutural.

Para além das transformações produtivas, redefiniu-se o papel do Estado, principalmente no que se refere ao atendimento das demandas sociais através das políticas sociais, que se tornaram mais focalizadas e retrocederam da condição de direito à benefício, perspectiva dada pelo referencial teórico neoliberal que norteia a atuação do Estado nos campos econômico e social. A partir disso, ocorreu o crescimento significativo de iniciativas individuais e coletivas de geração de renda, que se desdobram em diferentes formas de organização econômica, o que será o conteúdo do capítulo seguinte.

⁶⁶ Por mais que fiquem à margem do mercado, essas organizações ao fazerem parte do contexto da economia também são envolvidas pelas ações da política econômica em geral e, nessa condição, não têm como não sofrer seus impactos no que se refere tanto aos aspectos macroeconômicos quanto aos microeconômicos (REIS; NASCIMENTO, 2007).

3 AS ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O conjunto de transformações societárias e seus impactos, principalmente os relacionados ao desemprego estrutural, têm motivado diversos atores a proporem formas de enfrentamento. Dentre as práticas realizadas pela população “sobrante”,⁶⁷ destacam-se as efetuadas no âmbito da concepção solidária para a geração de trabalho e renda através da formação de grupos.

As atividades conjuntas de geração de trabalho e renda compreendem práticas de relações econômicas, sociais e culturais que vêm sendo construídas no Brasil e no mundo, como alternativa de sobrevivência e de melhoria das condições de vida dos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho. Elas se apresentam sob diferentes conceituações, mas, em comum, colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez de visar exclusivamente à acumulação do capital. Tais atividades constituem organizações fundadas na concepção da solidariedade, na valorização do trabalho humano e na busca da promoção das necessidades básicas.

Essas alternativas de geração de trabalho e renda desenvolvidas nos setores populares para assegurar a manutenção e a reprodução do sujeito social, receberam diferentes configurações e significados ao longo da história da humanidade, pois variam tanto as formas encontradas pelos setores populares para garantir a subsistência e, assim, a reprodução da sua existência, como também o sentido que essa forma de economia assume nas diferentes sociedades (TIRIBA, 2001).

As abordagens teóricas a respeito dessas experiências tendem a concentrar as análises nos aspectos valorativos da temática, através da idealização e da caracterização das práticas, apresentando as virtudes das organizações econômicas, que englobam a concepção de solidariedade nas relações sociais e no trabalho coletivo.

Nessa perspectiva, o presente capítulo tem o propósito de, primeiro, sistematizar as diferentes formas de organização econômica e suas definições, observando as implicações e as composições de seus desdobramentos ao longo do tempo. Depois, visa apresentar os aspectos gerais presentes na estrutura de gestão das organizações, e por fim, alguns dados de realidade sobre os empreendimentos no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, município onde foi a realização da pesquisa empírica.

⁶⁷ As atividades desenvolvidas por essa parcela da população para a garantia da sobrevivência contemplam desde o trabalho informal, atividades ligadas ao crime e ao comércio de drogas, terceirização, empreendimentos solidários, dentre outras.

3.1 ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: O DEBATE SOBRE A CONCEPÇÃO SOLIDÁRIA

Os desdobramentos do pensamento econômico, ao longo da história, geraram diferentes concepções a respeito das alternativas de enfrentamento aos problemas socioeconômicos, de sua evolução e de seu desdobramento, através das definições das diferentes formas produtivas. Em relação a esse fenômeno, economistas e sociólogos, bem como outras áreas do conhecimento, têm criado diferentes nomenclaturas para designar as experiências existentes, tais como: Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular, Economia Popular Solidária, dentre outros.

Essas diferentes classificações referem-se a situações específicas, pois estabelecem “cortes” na realidade que identificam; no entanto, englobam um universo de empreendimentos que, segundo as abordagens teóricas, incorporam a concepção de solidariedade⁶⁸ aos comportamentos econômicos, os quais passaram a ser objeto de estudos de diversos pesquisadores.

Com relação ao contexto histórico⁶⁹, a primeira a surgir foi a Economia Social. Com o passar do tempo e com o agravamento da conjuntura sócio-econômica dos setores populares e das exigências do mercado de trabalho, outra forma de organização econômica se configurou: a Economia Popular, com ações voltadas para a sobrevivência e a subsistência. Proveniente dessa última forma de organização, uma parcela constituiu as condições necessárias para a formação da Economia Popular Solidária, através da junção das formas Solidária e Popular, apresentando inovações nas relações de trabalho e produção.

Assim, a partir do próximo item, faz-se um breve debate teórico acerca de algumas das diversas nomenclaturas existentes para designar as formas de organização do trabalho e da produção desenvolvidas para gerar trabalho e renda, pois, apesar de estarem assentadas teoricamente em valores comuns, elas possuem diferenças que precisam ser explicitadas para melhor identificação dos seus elementos constitutivos essenciais, observando-se suas diferenças, composição e desdobramento ao longo das últimas décadas.

⁶⁸ A palavra solidariedade possui um sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação ou da própria humanidade. Ela indica uma relação de responsabilidade entre as pessoas unidas por interesses comuns, de maneira tal que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar os demais (MANCE, 1999, p.17). Para aprofundar-se sobre as diferentes matizes e origens da idéia de solidariedade, ver WESTPHAL (2008, p. 43-52).

⁶⁹ Para uma compreensão das origens e da evolução histórica das organizações econômicas populares ver AGUIAR (2002).

3.1.1 Economia Social

As primeiras formulações teóricas para designar organizações econômicas, realizadas para minimizar os problemas sociais advindos do sistema de relações comerciais da economia de mercado, estão vinculadas à expressão Economia Social, criada a partir do momento em que estudiosos começaram a aplicar seus conhecimentos teóricos na busca da identificação dos problemas sociais e da influência do comportamento econômico sobre as condições sociais, ocasionando, dessa forma, um processo de ruptura com as visões individualistas difundidas pela Economia Clássica⁷⁰ (AGUIAR, 2002).

Através da criação de atividades alternativas em termos de organização, à forma dominante de trabalho assalariado, desenvolvem-se ações a fim de amenizar as dificuldades econômico-sociais e de inserção no mercado, organizando-se estruturas para o desenvolvimento econômico, tendo o capital como meio. Nessa união de características, a Economia Social fundamenta-se, sobretudo, em valores como o humanismo⁷¹ e a solidariedade, agregados à participação, à responsabilidade e à eficácia empresarial (IRION, 1997).

Assim, constata-se que a Economia Social é uma forma de economia associativa que possui idéias próprias, mas que utiliza algumas características da forma tradicional para sua manutenção, dentre elas, a livre iniciativa de organização, a competição no mercado e a propriedade privada (de uma coletividade) dos meios de produção (NASCIMENTO; REIS, 2008).

As empresas organizadas dentro dos princípios da Economia Social diferem nos estatutos e na organização estrutural, mas em comum possuem em seu ideário a autogestão e a solidariedade entre os integrantes e a comunidade em que se inserem, através de sua finalidade social e da busca de resultados tanto para o quadro individual como para o coletivo e a sociedade (AGUIAR, 2002). Assim, pode ser compreendido como Economia Social:

[...] aquela que se fundamenta na organização dos trabalhadores em empresas que tenham por base a pessoa e não o capital, a democracia, a autogestão, o livre acesso e a solidariedade entre os atuais participantes e a solidariedade para os que virão no futuro depois dos primeiros associados. Empreendimentos deste tipo se caracterizam por individualizar o capital de cada sócio e por gerarem fundos indivisíveis entre os sócios, como solidariedade futura (IRION, 1997, p. 39).

⁷⁰ Ciência econômica surgida na Inglaterra, com Adam Smith, em 1776, que expressa um conjunto de preceitos teóricos e doutrinários na busca de estabelecer leis naturais explicativas dos fenômenos econômicos fundamentados na liberdade econômica. Ver HUGON (1980) e CARNOY (2000).

⁷¹ Humanismo é entendido como o ato de dar primazia às pessoas e ao trabalho sobre o capital (IRION, 1997).

Essas organizações econômicas assumiram importância no mundo inteiro através de diferentes formas, resultantes da organização de trabalhadores que nelas investem suas economias, com participação na produção e nos resultados da atividade econômica.

Essa forma de economia empresarial de natureza associativa tem no cooperativismo⁷² o seu maior expoente, criando atividades autônomas, com objetivos baseados na solidariedade e na democracia, que são organizadas para facilitar o acesso ao mercado, compreendendo a produção, a distribuição e/ou o consumo de bens e serviços (NASCIMENTO; REIS, 2008). A Economia Social apresenta, assim, em sua proposta de organização, diretrizes mais amplas, incorporando diversificadas atividades e expressivo número de integrantes.

Desse modo, refere-se ao conjunto de organizações e empresas cujas atividades produtivas respondem a princípios prioritários: adesão livre, democracia interna, lucratividade, respeito pela dimensão humana da atividade e solidariedade (WAUTIER, 2003).

Entretanto as constantes transformações societárias e na estrutura do mercado de trabalho provocaram dificuldades econômico-sociais que atingiram todos os segmentos da sociedade, principalmente os setores populares, marginalizados dos sistemas convencionais de geração e distribuição de renda e não inseridos no mercado de trabalho formal.

Nessa perspectiva, a Economia Social desdobrou-se em outras formas econômicas diferenciadas em alguns aspectos fundamentais e que incluem os setores populares, através da Economia Popular e da Economia Solidária. Estas últimas, após um processo de amadurecimento, vieram a constituir a Economia Popular Solidária (AGUIAR, 2002). Nessa perspectiva, as diferentes formas produtivas, no conjunto de suas atividades, apresentam-se desdobradas na Figura 1, que permite observar esse desdobramento.

⁷² O cooperativismo é uma doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos em comum. Sua realização prática prevê a criação de cooperativas de produção, consumo e crédito. No Brasil, o cooperativismo iniciou no final do século XIX, principalmente no meio rural. Atualmente, é regulamentado por leis especiais e subordinado ao Conselho Nacional de Cooperativismo, órgão do Ministério da Agricultura. Conta, ainda, com uma instituição financeira especial, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (SANDRONI, 2003, p. 132).

Figura 1

Ponto de vista teórico da Economia Social e seus desdobramentos



Fonte: NASCIMENTO, Aline Fátima do; REIS, Carlos Nelson dos. *Formas Alternativas de la economía solidária: algunas evidencias de las restricciones impuestas por la concurrencia del mercado*. In: *IX Congreso Internacional de la asociación española de historia económica*. Murcia, 2008.

Desse modo, no entorno do sistema capitalista, como forma de superação das desigualdades sociais, essas alternativas foram sendo gestadas. Essas formas econômicas apresentam determinadas características que as tornam semelhantes, e outras que as diferenciam, formando um conjunto de características que fundamenta suas ações. Na seqüência, apresentam-se as características particulares de cada uma dessas organizações.

3.1.2 Economia Popular

Percebe-se que, na busca de alternativas de sobrevivência e subsistência, a população passou a depender, cada vez mais, de atividades assentadas no trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa, resultando em inúmeros empreendimentos de caráter semifamiliar ou grupal sob a forma de microempresas, pequenas oficinas e sociedades informais, funcionando de maneira permanente, temporária ou mesmo ocasional.

Os elementos constitutivos dessas atividades estão relacionados ao que se convencionou chamar de Economia Popular ou economia de setores populares (KRAYCHETE, 2000). O conceito de Economia Popular, em várias abordagens, recebe a conotação de Economia Solidária, entretanto, apesar de se apoiarem em princípios comuns, possuem algumas diferenças. Nesse sentido, nem toda a “economia de solidariedade” é economia popular, da mesma forma que nem toda economia popular é economia de solidariedade, pois nem sempre na primeira está presente o “fator C”⁷³ (ICAZA; TIRIBA, 2003).

A proliferação dos empreendimentos de Economia Popular está relacionada às transformações econômico-sociais em curso, experiências de geração de renda que têm sido compreendidas pela bibliografia econômica e por outras áreas do conhecimento também com expressões como “economia informal”, “estratégias de sobrevivência”, “economia de subsistência”, dentre outras. Essas expressões, no entanto, identificam parcialmente as características presentes, às quais o conceito de Economia Popular se refere (RAZETO, 1993).

Assim, a Economia Popular diz respeito ao conjunto de atividades econômicas e às práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas (ICAZA; TIRIBA, 2003). Nesse sentido, a Economia Popular é:

[...] o resultado das diferentes atividades, iniciativas e experiências que os setores populares, marginalizados crescentemente dos dois grandes sistemas formais de destinação e distribuição de recursos (o mercado e o Estado), vêm tendo que enfrentar, com o objetivo de assegurar sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 35 - 36).

⁷³ A expressão “Fator C” refere-se à letra C, que, em muitos idiomas, é a inicial de palavras como cooperação, comunidade, coletividade, colaboração, dentre outras.

A Economia Popular, dessa forma, desenvolve-se principalmente através de atividades realizadas no contexto doméstico e em pequenos grupos de uma mesma comunidade, sendo, economicamente dirigidas com pouco recurso financeiro, por indivíduos, grupos ou famílias, não objetivando a maximização dos lucros (ICAZA; TIRIBA, 2003; LISBOA, 1998). Suas ações caracterizam-se essencialmente pelo emprego da força de trabalho dos integrantes como principal fator de produção, assim como estão vinculadas à criação de meios para a melhoria das condições de vida⁷⁴.

A racionalidade dessas estratégias está ancorada na geração de renda destinada a prover e a repor os meios de vida tanto em nível de sobrevivência como em nível de subsistência e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho. Em nível de sobrevivência e de subsistência, essas estratégias permitem assegurar a satisfação das necessidades básicas⁷⁵, manifestando certa estabilidade e duração no tempo, embora dificilmente sejam assumidas como opção permanente (NASCIMENTO, REIS, 2008).

A Economia Popular abrange uma heterogeneidade de atividades, que podem ser compreendidas em quatro diferentes manifestações⁷⁶: microempresas, pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios; iniciativas individuais não estabelecidas e informais; atividades ilegais e com pequenos delitos, ou seja, toda a atividade realizada à margem da lei e das normas culturais socialmente aceitas; soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada (RAZETO, 1993).

Nesse contexto, seguir por uma das quatro manifestações para o enfrentamento das necessidades concretas não necessariamente significa uma opção dos indivíduos, mas necessidades e condicionantes externos, atrelados a características culturais e a experiências prévias.

Assim, com o agravamento e a abrangência da questão social, a Economia Popular constituiu-se, principalmente nas últimas décadas, como alternativa de geração de renda, mas

⁷⁴ A lógica da “reprodução ampliada da vida” é o principal elemento que diferencia a Economia Popular de outros setores econômicos. Diferentemente de outros setores cuja lógica é a da acumulação e a da legitimação do poder, o setor da Economia Popular inclui todas as unidades domésticas que “[...] não vivem da exploração do trabalho alheio, nem podem viver da riqueza acumulada (incluindo os fundos de investimentos, etc.), mas que seus membros devem continuar trabalhando para realizar expectativas médias qualidade de vida” (CORAGGIO apud ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 105 e 106).

⁷⁵ Compreende-se que os indivíduos precisam possuir a garantia de suas necessidades básicas para conseguirem se desenvolver e construir relações sociais. Nessa perspectiva, “[...] entende-se por Necessidades Humanas Básicas, [...] aquelas necessidades que devem ser supridas para que os seres humanos possam manter suas vidas. São objetivas e universais. Seus dois grandes componentes são a autonomia e a saúde física, estes são fundamentais para a vida do sujeito” (PEREIRA, 2002).

⁷⁶ Para ver quais atividades compõem cada um dos quatro componentes principais, ver RAZETO (1993).

que, na prática, apresenta poucas possibilidades de se tornar mais do que estratégia de sobrevivência⁷⁷ e de subsistência⁷⁸.

Entretanto, apesar de suas limitações, apresentam-se alguns sinais de possibilidades de mudanças a partir de sua derivação em outra forma de organização, através das organizações econômicas coletivas formadas pela união de indivíduos e comunidades em grupos, para buscar, em conjunto e solidariamente, meios de encarar os problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos. Esse tipo de atitude se relaciona com a Economia Solidária, que passará a ser objeto de análise no próximo item.

3.1.3 Economia Solidária

A Economia Solidária⁷⁹ constitui-se como pensamento econômico, dado pela formulação teórica de nível científico, elaborado a partir de e para dar conta de significativas experiências econômicas, no campo da produção, do comércio, do financiamento, de serviços, dentre outros, que compartilham em suas concepções traços constitutivos de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, definindo um pensamento diferente de outras racionalidades econômicas, através da conjugação de características de autogestão e socialização dos meios de produção e distribuição (RAZETO, 1993).

O conceito de Economia Solidária passou a ser amplamente utilizado em todo o mundo, abrangendo concepções diferenciadas, mas que ressaltam a presença da idéia de solidariedade entre seus membros, mediante a prática da autogestão, entendida como a completa igualdade de direitos entre todos os integrantes, que pode ser compreendida como: “[...] a propriedade do capital deve ser repartida entre todos os sócios por igual, que, em consequência, terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores administrativos da mesma” (SINGER, 2003^b, p.116).

⁷⁷ São consideradas estratégias de sobrevivência, quando a atividade é considerada de emergência, transitória e permite apenas a satisfação das necessidades básicas em termos de simples sobrevivência fisiológica (portanto, em condições de subnutrição, insalubridade, moradias precárias e de emergência, etc.) (RAZETO, 1993, p.37).

⁷⁸ São consideradas estratégias de subsistência, quando a atividade permite a satisfação das necessidades básicas, mas não torna possível nenhuma forma de acumulação e crescimento (RAZETO, 1993, p.38).

⁷⁹ Na década de 80, surgiam na América Latina os primeiros escritos sobre a Economia Solidária, embora até fins do século XX, fossem poucos os que faziam menção a esse conceito para dar conta das experiências econômicas alternativas. Desde então, a apreensão e a utilização desse conceito tem crescido proporcionalmente ao crescimento dessas experiências coletivas (GUERRA, 2004).

Assim, a Economia Solidária pode ser conceituada como o conjunto de atividades econômicas – de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e com a participação democrática, nas decisões, dos membros da entidade (SINGER, 2003^a).

A Economia Solidária é uma visão teórica de um processo em andamento, na perspectiva da construção de empreendimentos econômicos e solidários que se diferenciam na sua forma organizacional, através da adesão a princípios de cooperação combinados com autogestão. Esta última busca resultados econômicos, com o gerenciamento e a administração dos empreendimentos executados pelos próprios trabalhadores, com igualdade de direitos na tomada de decisões. Esse é o ideário perseguido, que serve como meta a ser alcançada. Logo, esses princípios são considerados uma ferramenta analítica para a identificação dessa corrente (GAIGER, 2000).

Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens e serviços produzidos, e nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação (RAZETO, 1993, p.40).

Assim, essas atividades conduziram os olhares dos estudiosos para valores de sociabilidade praticados por grupos que, apoiados na solidariedade, enfrentam as dificuldades de inserção no mercado e geram renda. Entretanto, na perspectiva do ideal preconizado em confronto com a prática existente, o distanciamento é perceptível, mas é na busca da concretização de uma sociedade mais justa e igualitária que a solidariedade deve ser promovida e incorporada como agente de transformação.

A Economia Solidária, enquanto expressão de uma realidade microeconômica, é assumida como alternativa, na medida em que tem potencialidades de expansão, a ponto de chegar a constituir, globalmente, um setor da economia que opera junto a outros setores da economia privada individual e da economia pública e estatal, mas sem constituir um modelo macroeconômico de reorganização da economia global⁸⁰ (NASCIMENTO, REIS, 2008).

A ascensão da Economia Solidária aconteceu principalmente a partir do aumento dos níveis de desemprego estrutural nas últimas décadas do século XX, que teve como uma de suas principais conseqüências o incremento do trabalho informal como geração de renda, de

⁸⁰ Esse debate possui diferentes compreensões e aprofunda-se em importantes autores da temática, que consideram a Economia Solidária alternativa e crítica ao capitalismo, como Paul Singer. No entanto, parte-se da compreensão de que, não se constituem como alternativa ao modo de produção capitalista, pelo fato de que não se contrapõe a ele, realizam sua produção e venda no mercado e ainda, em grande parte, utilizam-se de suas práticas e atributos, sendo desse modo, forma oculta e por isso ainda mais perversa de precarização.

sobrevivência material e de manutenção de espaços de trabalho, mesmo em condições precárias. Nesse contexto, ela se apresenta teoricamente como uma estratégia alternativa ao desemprego, através da organização de grupos de produção e de prestação de serviços, associações e cooperativas de produção, de comercialização, de consumo e de crédito.

O crescimento dessa forma de organização, principalmente após a década de 90, fez-se com o apoio de diversas instituições governamentais e da sociedade civil, além de órgãos ligados à Igreja e aos movimentos sociais e sindicatos. Dentre essas entidades, pode-se ressaltar a influência das ações de fomento pelos órgãos ligados à Igreja, como a Cáritas; pelos movimentos pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); por agências formadas pelo movimento sindical urbano, como a Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag) e pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), formada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), além das universidades, principalmente através das incubadoras de Economia Solidária e dos estudos e pesquisas que permitem as elaborações teóricas e a visibilidade dessas organizações (SINGER, 2003^b).

Dessa forma de organização econômica parte uma parcela significativa de iniciativas de organização popular que, apoiadas na concepção de solidariedade para o enfrentamento das dificuldades econômico-sociais, construíram um processo que culminou na idealização de uma outra forma de economia, que agrupasse tanto os elementos presentes na economia popular como os valores esboçados na economia solidária, ou seja, a ***Economia Popular Solidária***, através da participação de grande contingente de integrantes nas experiências, provenientes das classes populares, que também integram a concepção de solidariedade aos aspectos produtivos, objeto de análise do próximo item.

3.1.4 Economia Popular Solidária

O termo Economia Popular Solidária é um adjetivo dado para indicar a forma das experiências que abrangem aspectos tanto da Economia Solidária como da Economia Popular. O conjunto de atividades que desenvolvem abarca, no seu conjunto, uma grande variedade de experiências cooperativas, associativas e comunitárias existentes tanto no meio rural e na zona urbana, principalmente nas cidades de grande porte populacional. Esses empreendimentos se desenvolvem como Economia Popular Solidária (EPS), entendida como:

Conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na inserção entre economia popular e economia solidária. Em outras palavras, a economia popular de solidariedade é aquela economia popular que manifesta alguns traços especiais que permitem identifica-la também como economia de solidariedade, ou, pelo contrário, é aquela parte da economia de solidariedade que se manifesta no contexto da que identificamos como economia popular (RAZETO, 1993, p.45-46).

A Economia Popular Solidária integra as atividades e organizações que atuam concomitantemente em ambas as formas. Para tal, a Economia Popular deve assumir as características da Economia Solidária e vice-versa. Tem-se, aí, uma interseção de dois conjuntos com limites bem claros, formando um cenário que comporta características específicas, principalmente devido à sua heterogeneidade. Assim,

Nem toda economia solidária é parte da economia popular, pois há expressões solidárias também em outros níveis sociais e em organização e atividades econômicas não populares, como são as funções sociais e solidárias, as formas cooperativas e autogestionárias existentes em outros contextos sociais, as instituições não-governamentais constituídas por profissionais, cientistas, técnicos, etc. (RAZETO, 1993, p.45).

Refere-se à forma de experiências que, fazendo parte da Economia Popular, se caracterizam, necessariamente, pelo modo coletivo de funcionamento e que possuem a concepção de solidariedade como norteadora das suas ações, ou seja, uma perspectiva de trabalho solidário, protagonizada pelas classes populares, quando grupos se formam para propor alternativas coletivas para a sobrevivência, objetivando a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida dos participantes. São atividades econômicas que podem ser classificadas como tendo origem popular e também solidária:

A EPS surge a partir de iniciativas de base comunitária em geral, construídas por organizações vinculadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no Mercado quanto constituem redes de comercialização próprias (o mercado solidário). O campo da EPS, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico, autônomo, nas cooperativas e empresas autogestionárias, aos poucos supera o desafio do Mercado e viabiliza (e se viabiliza) sua competitividade no mesmo, constituindo-se como uma alternativa desde o interior das relações mercantis. Trata-se de um outro circuito econômico, diferenciado do mercantil-capitalista e do estatal, no quais os pobres constroem suas próprias alternativas comunitárias de provisão material da sua existência através de relações de solidariedade (LISBOA, 1998, p.11).

A abordagem dos empreendimentos associativos, bem como de outras organizações integrantes da EPS, identifica-se com a compreensão de que se constituem como um

fenômeno com características específicas, que compreende atividades que expressam princípios de socialização e gestão coletiva, extraídas de experiências dos setores populares.

A base de sustentação desses empreendimentos é apontada como a cooperação, através da qual procuram garantir a viabilidade financeira, apoiados em estratégias de fomento às relações sociais, evitando o isolamento dos indivíduos e dos empreendimentos. Essas ações viabilizam-se através de redes horizontais para a troca de informações e da busca de soluções conjuntas, através das quais tendem a se estabelecer relações de cooperação com outros grupos. Além disso, a necessidade de colaboração e de apoio os leva a manter relações com instituições governamentais e não-governamentais, que auxiliam na viabilidade financeira e realizam atividades de promoção e assessoria (RAZETO, 1993).

Os empreendimentos de Economia Popular Solidária são formados por um conjunto de experiências diferenciadas internamente em vários aspectos. No entanto, é possível enumerar algumas características gerais presentes nessas experiências, apontadas pela literatura. As atividades desenvolvem-se em setores populares⁸¹, bem como há sempre um caráter associativo, pois as atividades não são realizadas individualmente, envolvendo grupos e famílias. As iniciativas nela presentes supõem a gestão coletiva pela participação democrática, autônoma e autogestionária das organizações, tendo como um de seus objetivos o enfrentamento das necessidades e carências concretas, através de ações que se fundamentam em valores solidários e cooperativos (RAZETO, 1993).

Os empreendimentos de Economia Popular Solidária têm-se constituído, no contexto atual, como alternativa de geração de trabalho e renda para a população, que, na sua maioria, se encontra em situação de vulnerabilidade social e excluída do mercado formal de trabalho e, muitas vezes, da sociedade.

Esses empreendimentos passaram por um processo de amadurecimento, demonstrado na sua expansão ao longo da última década, quando muitas iniciativas e experiências foram criadas concomitantemente com a evolução conceitual das organizações, a partir da compreensão teórica de que estas seriam responsáveis pela criação de novas formas de gestão, a partir da participação de todos nos resultados econômicos e na tomada das decisões.

Com relação à dimensão histórico-evolutiva das formas de organização, elas foram se adequando às realidades nas quais estavam inseridas, em decorrência de um contexto de transformações produtivas e seus impactos nas dimensões social e econômica. Nesse contexto histórico, a literatura aponta que, primeiramente, surgiu a Economia Social, com o propósito

⁸¹ Por setores populares se pode compreender: os pobres do campo e da cidade; as classes subordinadas; os grupos de menor fonte de renda (RAZETO, 1993).

de emancipar o operário. Com o passar do tempo e com o agravamento da conjuntura sócio-econômica dos setores populares e das exigências do mercado de trabalho, outra forma de organização econômica se configurou, ou seja, a Economia Popular, com atividades voltadas para a sobrevivência e a subsistência. Proveniente dessa forma de organização, uma parcela da Economia Popular deu origem à Economia Popular Solidária, através do desenvolvimento de práticas realizadas pelos setores populares, fundamentadas na concepção de solidariedade.

Essas formas de organização, debatidas no decorrer desse item, podem ser visualizadas no Quadro 1.

Quadro 1

Diferenças nas formas de organização das alternativas de geração de trabalho e renda

NOMENCLATURA	CARACTERÍSTICAS
Economia Social	<ul style="list-style-type: none"> • Humanismo • Responsabilidade social • Eficácia empresarial • Livre iniciativa de organização • Competição no mercado • Lucratividade • Forma empresarial de natureza associativa • Compreende cooperativas, associações e empresas autogestionárias
Economia Popular	<ul style="list-style-type: none"> • Força de trabalho dos integrantes • Contexto individual ou semifamiliar • Originária de bairros ou comunidades populares • Baixos recursos financeiros • Satisfação das necessidades de sobrevivência e subsistência • Forma individual ou familiar • Compreende atividades informais, ilegais, desenvolvidas nos contextos doméstico, comunitário e programas assistenciais
Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento • Democracia • Administração • Propriedade coletiva dos meios de produção • Participação democrática nas decisões • Forma coletiva de organização • Compreende grupos de produção e de prestação de serviços, associações e cooperativas de produção, comercialização e crédito
Economia Popular Solidária (1)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvida necessariamente por grupos • Originários de bairros ou comunidades populares • Objetivo de permanência no mercado • Geração de renda para a subsistência e a sobrevivência • Forma coletiva de organização • Compreende experiências cooperativas, associativas e comunitárias

(1) Características presentes tanto na Economia Popular como na Economia Solidária.

Para além das características explicitadas, que apontam diferenças no seu modo de organização, indica-se que, do ponto de vista teórico, as atividades econômicas e seus diferentes desdobramentos possuem aproximações, ou seja, são gestadas dentro do sistema capitalista de produção como formas de enfrentamento das dificuldades, apoiando-se na concepção de solidariedade entre os indivíduos.

Esses pontos de conexão entre os conceitos mostram os aspectos valorativos, políticos, ideológicos e éticos presentes na concepção teórica dos empreendimentos econômicos formados sob a concepção de solidariedade, como por exemplo, a valorização do ser humano; a construção de laços sociais entre os trabalhadores das camadas populares; as atividades produtivas e de prestação de serviços; a centralidade do trabalho e as relações cooperativas e solidárias na organização e na realização do mesmo. Assim, na seqüência, considera-se fundamental a busca por uma sistematização da estrutura de gestão comum às organizações econômicas sob a concepção solidária.

3.2 ESTRUTURA DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Conforme explicitado, as diversas nomenclaturas existentes para designar as formas de organização do trabalho e da produção possuem diferenças, em seus elementos essenciais e característicos. No entanto, os seus conceitos teóricos possuem uma semelhança que os aproxima, referente à incorporação da concepção solidária aos comportamentos econômicos. Essa semelhança faz com que, para fins desta análise, seja possível denominá-las como empreendimentos econômicos solidários.

Nessa concepção, são considerados empreendimentos econômicos sob a concepção solidária todos aqueles que a incorporam, e, assim, possuem características similares nas suas estruturas de gestão, que abrangem processos democráticos para a tomada das decisões e a igualdade entre os integrantes⁸².

Diante disso, podem englobar um universo heterogêneo de empreendimentos que, em comum, possuem semelhanças nas estruturas de gestão, mesmo que a forma jurídica de organização seja diferente, como, por exemplo, as associações, as cooperativas e as empresas autogestionárias. Assim, as informações constantes no Quadro 2, sistematizam algumas características gerais, utilizadas pela literatura para classificar um empreendimento econômico sob a concepção solidária.

⁸² Os atores são grupos de trabalhadores, que possuíam ocupação e estão desempregados ou mesmo os que nunca tiveram acesso ao trabalho formal. Assim, criam ou se inserem nos empreendimentos, para criar postos de trabalho e gerar renda.

Quadro 2

Características comuns na estrutura de gestão dos empreendimentos econômicos sob a concepção solidária

CARACTERÍSTICA →	DESDOBRAMENTO →	→ RESULTADO
Concepção solidária	Solidariedade e cooperação nas relações sociais e no trabalho, para o benefício econômico do coletivo.	Modelo de organização coletivo, através da posse e/ou controle coletivo dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito.
Democracia	Gestão participativa nos empreendimentos, através de reunião, assembléia e votação.	Estabelece a democracia nas relações de gestão e trabalho.
Planejamento das ações e Resultados econômicos	Distribuição igualitária das decisões e dos resultados econômicos dos empreendimentos.	Adequado aos interesses dos trabalhadores.

Essas características gerais formam, teoricamente, a estrutura de gestão desses empreendimentos compostos por características que deveriam ser operacionalizadas no plano prático, devido à concepção solidária que as diferencia de outros empreendimentos econômicos tradicionais. São elas: a concepção solidária, a democracia nos processos decisórios, no estabelecimento das relações de gestão e trabalho coletivo e o planejamento igualitário das decisões e dos resultados econômicos.

Além destas, também se destaca a importância fundamental da participação⁸³, do igualitarismo, da cooperação no trabalho e da posse e/ou controle coletivo dos meios de produção e rendimentos, a fim de que essas atividades coletivas possibilitem a superação da alienação, através da construção da autonomia, da emancipação, da liberdade e da democracia.

No entanto, apesar das semelhanças de gestão e estrutura, o diferencial desses empreendimentos está na forma (natureza) e no conteúdo distintos que assumem, o que compõe as diferenças estruturais, de formação e de legalização de cada empreendimento.

⁸³ A participação constitui-se como categoria central para a efetivação da democracia e dos processos de resistência; no entanto, é preciso identificar-se que, por vezes, essas práticas trazem inseridas formas de dominação e manutenção da ordem, o que não é objetivo de análise neste momento, sendo que se optou, inicialmente, pela discussão dos componentes teóricos que caracterizam essas experiências.

Nesse sentido, essas diferenças compreendem, principalmente, as cooperativas e as associações,⁸⁴ e estão presentes no Quadro 3, principalmente no que se refere à superestrutura para normatizar as organizações econômicas, através dos marcos jurídicos e das características fundamentais para a formação dos empreendimentos.

Quadro 3

Diferenças entre associações e cooperativas

ASSOCIAÇÕES	COOPERATIVAS
Definição técnica normativa	
Sociedade civil sem fins lucrativos, cuja finalidade é representar e defender os interesses dos associados.	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos, cuja finalidade é desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito, comercialização, de acordo com os interesses dos participantes.
Condições legais	
Sua ação está garantida pela Constituição (artigo 5º, incisos XVII e XXI, artigo 174, § 2º) e no Código Civil.	Sua atuação está garantida pela Constituição (artigo 5º, incisos XVII a XXI, e artigo 174, § 2º), pelo Código Civil e pela Lei 5.764/71 (Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto - Lei 5452/43).
Formação / Patrimônio	
Pode formar-se tendo, no mínimo, duas pessoas. Seu patrimônio será composto por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas.	Só poderá formar-se tendo, no mínimo, 20 pessoas. Seu patrimônio será composto por quotas partes ou pode ser constituído por: doações, empréstimos e/ou outros processos de capitalização.
Representação	
Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. Politicamente são representados por federações e confederações	Pode representar os cooperados em ações coletivas de seu interesse. Politicamente, são representados, em nível nacional, pela organização das cooperativas brasileiras e, em nível estadual, pela organização das cooperativas estaduais.
Tributação	
Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de Imposto de Renda.	Não paga imposto sobre as operações com os associados, mas deve recolher imposto de renda na fonte sobre as operações realizadas com terceiros. Assim como, pagar taxas e impostos decorrentes das ações comerciais.

Fonte dos dados brutos: ALBUQUERQUE, Paulo P. Autogestão. In: CATTANI, Antônio (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 20-26

Nesse contexto, quando os empreendimentos estão organizados na forma de associações, possuem algumas facilidades, como por exemplo, as razões jurídicas para a

⁸⁴ Cabe destacar que, segundo o Sistema de Informações em Economia Solidária, aproximadamente 36% dos EES do Brasil são os grupos informais, não havendo nestas, portanto, a organização jurídica.

formação da cooperativa, que, mesmo sendo uma prática tradicional no País, possui algumas exigências para a organização. Isso faz com que as associações tenham maior liberdade e facilidade para a organização, o que, no entanto, pode abrir margem para ações ilegais. Mesmo assim, os empreendimentos organizados na forma de associações são em maior número no País⁸⁵.

Com relação às diferenças nas concepções teóricas, compreende-se por associativismo o processo pelo qual pessoas ou grupos decidem unir-se para resolver demandas comuns, sendo composto por um conjunto de práticas e atividades diversas. Nesse contexto, as associações de trabalho são aquelas que “[...] incluem as associações de trabalhadores organizados para a realização de atividades produtivas; a prestação de serviços ou de trabalho de produção e comercialização de mercadorias” (ALBUQUERQUE, 2003, p.17).

Já as cooperativas são “[...] associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer as aspirações econômicas, sociais e culturais” (SCHMIDT; PERIUS, 2003, p.63). São formadas pela união autônoma dos integrantes, que são os donos do empreendimento, que possuem direitos e deveres, e são os responsáveis pela tomada de decisões.

No entanto, em que pesem as diferenças apresentadas, os elementos gerais estão presentes tanto em cooperativas como em associações, pelo fato de que ambas podem ser classificadas como empreendimentos econômicos sob a concepção solidária⁸⁶.

Assim, dentre as características, destaca-se a forma de gestão, o planejamento das ações, a distribuição dos resultados, que devem ser igualitários, através de instrumentos apropriados que permitam estabelecer processos democráticos⁸⁷ e éticos na unidade econômica. Nessa direção, dentre as principais formas encontradas para a formação dos empreendimentos econômicos sob a concepção solidária, destacam-se:⁸⁸

- a) a criação de postos de trabalho e renda através da associação de trabalhadores, a partir da auto-organização para geração de trabalho e renda, exemplificada pela constituição de cooperativas e associações de produção;
- b) a recriação de postos de trabalho e renda através de arrendamento judicial de parque produtivo de empresa falida pelos respectivos trabalhadores, agora organizados em

⁸⁵ Conforme será explicitado no próximo item.

⁸⁶ Os empreendimentos econômicos solidários apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão, baseadas em princípios de autogestão, cooperação e viabilidade (GAIGER, 2003).

⁸⁷ A gestão democrática compreende os fóruns coletivos de tomada de decisões, como as assembléias, reuniões, votação, eleição de diretoria, dentre outros.

⁸⁸ TAUILLE; RODRIGUES (2005).

nova estrutura – empresa de autogestão –, o que ocorre quando os mesmos, a partir de despacho judicial, assumem o ativo produtivo da massa falida, a linha de produção das empresas, em virtude da falência da empresa que os empregava.

c) os trabalhadores organizados arrendam um empreendimento econômico em estado pré-falimentar, no qual trabalham, para gerir a produção a partir de uma outra estrutura – empresa de autogestão –, geralmente quando a empresa possui dificuldades de gestão, administração, produção e/ou econômicas.

d) a compra de empresa por trabalhadores organizados em empreendimento coletivo, a partir de estudo de viabilidade econômica e condições de sustentabilidade da mesma, contraindo crédito e comprometimento financeiro.

e) a reconversão para autogestão de cooperativas e/ou associação de produtores, passando a integrar o universo da Economia Popular Solidária, praticando seus princípios e/ou assumindo o processo de funcionamento em redes de cooperação.

Desse modo, mesmo com diferenças na forma e na natureza dos empreendimentos, em geral, a estrutura de gestão dos empreendimentos refere-se a um conjunto de elementos de administração e gerenciamento, baseados na democracia e na igualdade de direitos e responsabilidades. Assim, são organizações caracterizadas como de natureza coletiva, cujos sócios trabalham no empreendimento e exercem a gestão coletiva das atividades.

Nesse sentido, por autogestão⁸⁹ dos empreendimentos, compreende-se “[...] o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática da tomada de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas e/ou grupos [...]” (ALBUQUERQUE, 2003, p.20). Além disso, as organizações autogovernadas compreendem:

[...] uma filiação voluntária, livremente associada com o objetivo da organização, e limitada pela solidariedade entre companheiros. Organizações como essas têm de tratar com um ambiente imprevisível e são caracterizadas por estruturas muito flexíveis, a fim de constantemente se ajustarem à sua imprevisibilidade. Têm centros múltiplos de contato, mutuamente se influenciando o tempo todo. São organizações nas quais o aprendizado e a autoridade, a participação e o controle são a mesma coisa. São organizações regidas pelo princípio de que as pessoas que pertencem a uma organização têm o direito de decidir sobre os assuntos principais relacionados com a organização. A fim de compartilhar a tomada de decisão,

⁸⁹ “O termo autogestão significa literalmente administrar, gerir a si mesmo, do grego *autus* (si mesmo) e do latim *gest-o* (gerir), mas é utilizado para designar grupos que se organizam sem uma chefia. O princípio de autogestão parte então do pressuposto filosófico e político de que os homens são capazes de se organizarem sem diretrizes” (LECHAT; BARCELOS, 2008, p.97).

devem participar da posse dos recursos materiais do grupo, não em sentido individual, mas como membros da organização (CARVALHO, 1983, p. 23).

Dessa forma, de forma breve, é possível considerar que essa prática social se fundamenta na repartição do poder, na divisão eqüitativa dos rendimentos econômicos, na união de esforços para a administração dos empreendimentos em benefício dos que dele dependem, através da cooperação, valorizando a importância de todos os integrantes.

De outro lado, o termo cooperação remete ao “ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar” (JESUS; TIRIBA, 2003, p.49). Nos empreendimentos, enquanto ação coletiva, adquire o sentido de compromisso, colaboração e união entre os integrantes, a partir da compreensão de que os resultados dependem da ação de cada um.

Assim, encerra-se o presente item que objetivou mostrar que, os empreendimentos econômicos solidários, mesmo possuindo um universo heterogêneo de atividades e formas de organização distintas – associações, cooperativas, grupos informais, empresas autogestionadas –, apresentam estruturas de gestão comuns, apontadas pela literatura.

Nesse sentido, sinalizaram-se algumas diferenças fundamentais entre as associações e as cooperativas, mas que, no entanto, não as diferencia significativamente quanto às características conceituais que devem (ou deveriam) estar presentes nas suas estruturas de gestão, que lhe são comuns.

Essa reflexão foi realizada para que, na seqüência, seja possível ir além da compreensão conceitual das características estruturais dos empreendimentos, destacando-se alguns dados do universo dessas experiências no País, presentes no Sistema de Informações em Economia Solidária, com o objetivo de identificar o perfil dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil.

3.3 OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL

Até aqui, ficaram evidenciadas as diferenças na concepção das organizações, que acompanharam as transformações econômicas, passando de Economia Social para Economia Popular, Economia Solidária e, por fim, Economia Popular Solidária. Evidenciou-se também o fato de que essas alternativas de geração de trabalho e renda são fundamentadas na concepção de solidariedade às práticas econômicas no mercado e possuem estruturas de gestão com características comuns.

Ao longo da última década, os empreendimentos econômicos solidários vêm apresentando um panorama de crescimento e expansão no País, acompanhados pela ampliação dos processos de articulação, sistematização e ampliação das discussões (em âmbito governamental e na sociedade civil), produções teóricas e pesquisas sobre a temática, culminando na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.⁹⁰

Cabe registrar-se que a criação da Senaes desdobrou-se no resultado de uma série de mobilizações e reivindicações suscitadas a partir da composição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), constituído em Porto Alegre no ano de 2001, com a finalidade de articular e mediar grupos nacionais e internacionais de economia solidária durante o primeiro Fórum Social Mundial (FSM).

Tal iniciativa foi precursora de debates e discussões acerca dos princípios, das plataformas de atuação e de políticas de apoio aos empreendimentos, culminando na constituição, a partir da III Plenária Brasileira de Economia Solidária, ocorrida em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).⁹¹

Todavia, até 2003, não havia um banco de dados que pudesse fornecer maiores informações de natureza quantitativa sobre a amplitude das experiências brasileiras. Foi

⁹⁰ Tem-se a compreensão que esse foi um processo longo de avanços, até ser criado a Senaes. Destaca-se a criação da rede de incubadoras de Economia Solidária da Unitrabalho; da rede de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP); a composição, da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), dentre outros movimentos importantes para a divulgação e a mobilização da Economia Solidária no País, mas que não são objeto de análise desta dissertação.

⁹¹ Cabe destacar-se que o FBES desponta atualmente como uma das principais instâncias de articulação no Brasil. Ele é constituído por representantes de empreendimentos, bem como de entidades de assessoria e gestores públicos que trabalham diretamente no campo da Economia Solidária. Suas atividades estão voltadas, por um lado, para a constituição de canais de interlocução com os governos (municipais, estaduais e Federal) e, por outro, para a promoção de espaços de sistematização, integração e mobilização entre as experiências de base ligadas à Economia Solidária em todo País. As ações do Fórum têm como pontos de sustentação uma “carta de princípios da economia solidária” e uma “plataforma de economia solidária”, continuamente debatidas e reformuladas ao longo das diversas conferências, encontros e seminários de âmbito local e nacional – nesse sentido, ressalta-se a formação de fóruns estaduais e/ou comissões pré-fóruns de Economia Solidária em todos os estados brasileiros.

justamente nesse período que a Senaes e o FBES decidiram dar início a um detalhado processo de mapeamento das experiências solidárias em todo o País.

Assim, dentre o conjunto de atividades da Senaes em desenvolvimento, foi criado o Sistema de Informações em Economia Solidária, tendo por objetivo mapear o conjunto heterogêneo de experiências,⁹² compondo o Atlas da Economia Solidária no Brasil.

O Atlas da Economia Solidária (2005-2007)⁹³ traz dados de 21.859 empreendimentos econômicos solidários no País, distribuídos por municípios, estados, regiões, microrregiões, mesorregiões e territórios de cidadania. Esse banco de dados forma a base de informações do SIES,⁹⁴ que busca dar conta do universo de experiências presentes tanto no meio rural como no urbano.

Assim, no próximo item, tem-se o propósito de apresentar alguns dados presentes no SIES,⁹⁵ objetivando identificar o perfil dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil.⁹⁶ Para tanto, pretende-se primeiramente destacar como se compõem no País, as principais formas de organização, as motivações para a busca dessas atividades, dentre outras características. Posteriormente, realiza-se uma análise comparativa entre Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre, visando verificar a existência de diferenças nessas características.

3.3.1 Composição e características dos empreendimentos econômicos solidários do Brasil.

O Atlas da Economia Solidária no Brasil mapeou, até 2007, a existência de aproximadamente 22.000 empreendimentos econômicos solidários no País, os quais inseriam

⁹² As atividades econômicas são reunidas em seis grandes áreas, assim organizadas: (a) agricultura, agropecuária, agroindústria; (b) produção (indústria, artesanato, confecções, etc.); (c) prestação de serviços (alimentação, consultoria, limpeza, serviços gerais, etc.); (d) extrativismo (pesca, silvicultura, exportação florestal, mineração, etc.); (e) comercialização e troca; (f) crédito/fundo rotativo (Senaes, 2004).

⁹³ O primeiro Atlas da Economia Solidária no Brasil possui dados coletados no ano de 2005 e está disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>>. O novo Atlas da Economia Solidária, que se tornou disponível no mês de julho de 2008, traz informações atualizadas sobre os empreendimentos mapeados até 2007. Os dados estão disponíveis no endereço: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/>>.

⁹⁴ A gestão do SIES é realizada por meio de um mutirão nacional que executa o mapeamento dos empreendimentos. Em âmbito nacional, o Grupo de Trabalho do Mapeamento da Economia Solidária é formado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Em âmbito estadual, os fóruns de Economia Solidária, as delegacias regionais do trabalho, universidades e outras entidades que com ela atuam e também participam do processo. As atribuições desses grupos são as seguintes: elaboração do plano de trabalho, mobilização e sensibilização, coordenação da coleta de informações e Manutenção do Sistema Estadual. O mapeamento é feito em duas fases. Na Fase I, são realizadas a identificação e a listagem; na Fase II, é feita a caracterização dos empreendimentos cadastrados.

⁹⁵ Devido aos limites e dificuldades encontradas, sabe-se que o SIES ainda não inclui todos os empreendimentos existentes, bem como sua abrangência territorial.

⁹⁶ No âmbito do SIES, são compreendidos como: “[...] o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SIES, 2005).

1.687.496 pessoas. Ao observar-se desde o ano de criação dos empreendimentos, vê-se que houve um aumento desses números principalmente a partir da década de 90,⁹⁷ confirmando que a busca por essa alternativa está relacionada ao contexto de transformações produtivas e, por consequência, à ampliação do desemprego e às manifestações da questão social dele decorrentes.

Com relação à área de atuação dos empreendimentos, 10.513 encontram-se na área rural, 7.539 em áreas urbanas, e 3.711 empreendimentos atuam em ambas. A predominância da atividade rural torna-se mais perceptível, quando se destaca o principal setor econômico de atividade dos empreendimentos no País, formado por agricultura, pecuária, pesca e extrativismo.

No que tange à distribuição territorial, constata-se que a maior incidência dessas experiências está na região mais pobre do País, a Nordeste. Já o Estado do Rio Grande do Sul destaca-se como o de maior número de empreendimentos (2.085), possivelmente em razão do pioneirismo nacional no estímulo governamental às experiências, no período do Governo Olívio Dutra (1999-2002). Os demais estados com mais de 1.000 empreendimentos são: Ceará (1.854), Bahia (1.611), Pernambuco (1.526) Piauí (1.472), Rio de Janeiro (1.343) e Minas Gerais (1.236).

Quanto à forma de organização, conforme já explicitado anteriormente, esses empreendimentos econômicos geralmente estão distribuídos em: cooperativas, associações e grupos informais. No Brasil, dos quase 22.000 empreendimentos mapeados, a maior parte está organizada sob a forma de associação, conforme o Gráfico 1.

⁹⁷ Os dados do SIES mostram a quantidade de empreendimentos criados no Brasil em cada uma das épocas: 1900 a 1950, 65 empreendimentos; 1951 a 1970, 139 empreendimentos; 1971 a 1980, 264 empreendimentos; 1981 a 1990, 1.903 empreendimentos. Já de 1991 a 2000, foram 8.554 empreendimentos, enquanto de 2001 a 2007, foram criados 10.657 empreendimentos.

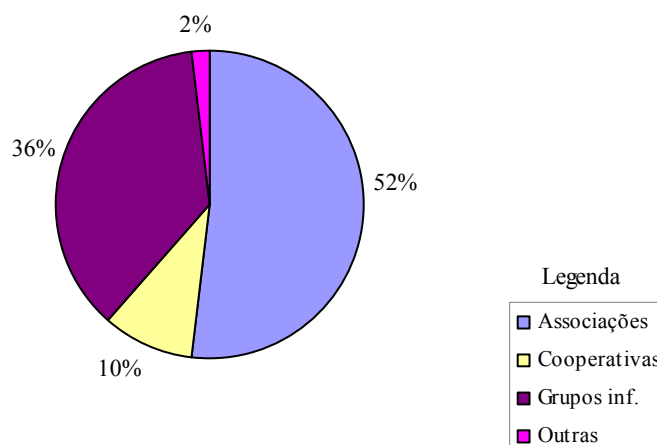


Gráfico 1. Distribuição percentual quanto à forma de organização dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil – 2005-07.

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Percebe-se que o predomínio na formação de associações relaciona-se com as possibilidades e as facilidades oferecidas por esse tipo de organização, tanto para a sua criação quanto na liberdade de operacionalização das suas ações. Os grupos informais e as cooperativas estão em menor escala, pois, para a formação de cooperativas, são impostas algumas exigências à organização, inclusive relacionadas ao número de integrantes.

Entre os principais motivos que levaram as diferentes comunidades a buscarem esse tipo de empreendimentos no Brasil, nos seus respectivos tempos históricos, está a falta de oportunidades em ocupações formais. As informações contidas no Gráfico 2, mostram esse e outros motivos que levaram à implementação dessa forma de organização.

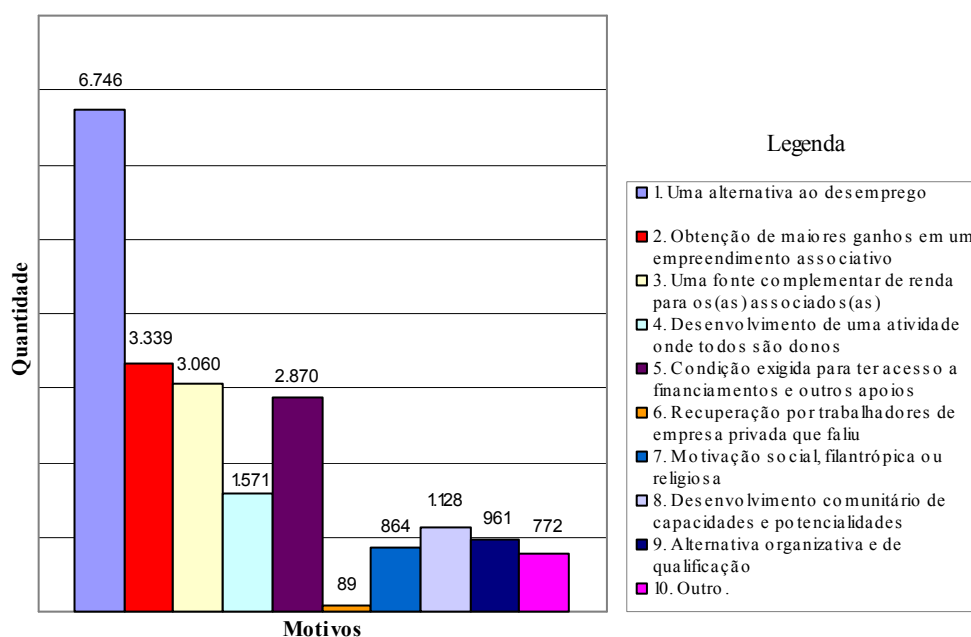


Gráfico 2. Motivos para a criação dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil.
Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Esses empreendimentos se destacam como alternativas de sobrevivência e de geração de renda para a população que os integra, formada predominantemente por indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho, razão que motivou a criação de 63% dos empreendimentos pesquisados no Brasil. Destes, a maior concentração (33%) apontou o desemprego como a motivação principal para sua fundação, mas as possibilidades de maiores ganhos (16%) e de fonte complementar de renda com a atividade (14%) também estão entre as principais questões citadas.

A possibilidade de autonomia de gestão e de garantia de trabalho e renda, assim como a de melhores condições de financiamento e apoio, foram indicadas por outra parcela desses empreendimentos. Nesse contexto, a busca por trabalho e por geração de renda faz com que indivíduos optem por essas formas de organização coletiva, ainda que a produção seja, por vezes, individual, sendo que as atividades realizadas de forma coletiva⁹⁸ estão relacionadas à comercialização, ao uso de equipamentos ou de infra-estrutura, à aquisição de matéria-prima, assim como de crédito.

Com relação ao destino dos produtos e/ou serviços, a maioria aponta que os mesmos são vendidos, enquanto alguns empreendimentos destinam parte para venda e parte ao consumo dos integrantes. Assim, a principal forma de comercialização dos produtos e/ou

⁹⁸ No Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, dentre as atividades realizadas de forma coletiva, a de comercialização sobrepõe-se às de produção, indicando que, por vezes, a produção é feita individualmente.

serviços é a venda direta ao consumidor (67%), seguida de venda a revendedores e/ou a atacadistas (26%).

Nesse contexto, a venda dos produtos e/ou serviços destina-se principalmente ao comércio local ou comunitário, conforme as informações que podem ser visualizadas no Gráfico 3.

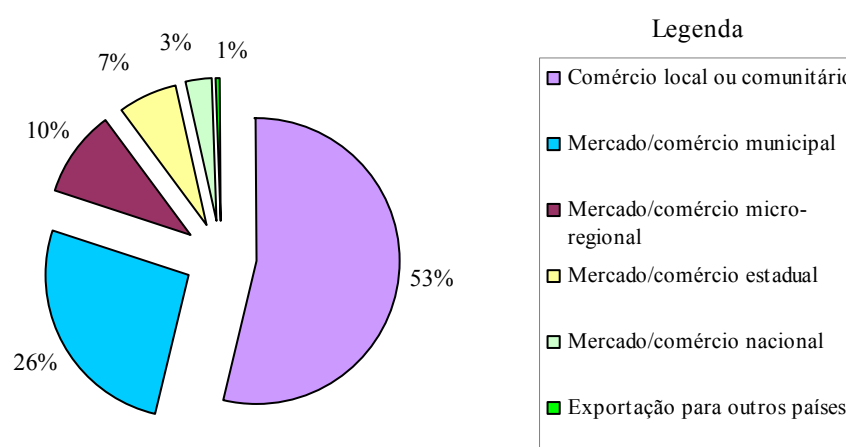


Gráfico 3. Destino das vendas dos produtos e/ou serviços dos empreendimentos, em percentual, no Brasil – 2005-07.

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Os dados mostram que há predomínio de comercialização de produtos e serviços nos mercados local e municipal, com 79% das vendas ocorrendo no primeiro. Apenas 4% dos empreendimentos declararam que o destino de seus produtos é o território nacional e que realizam transações com outros países.

Desse modo, a realidade de inserção desses empreendimentos no mercado demonstra que eles estão voltados principalmente aos seus próprios territórios, ou, ainda, considerar que se estabelecem nas “franjas do mercado”, onde a população demandante dos seus produtos, via de regra, faz parte do mesmo grupo social, portanto, dos mesmos níveis de rendimentos.

Esses dados são ainda reforçados com a constatação de que 68% dos empreendimentos afirmam encontrar dificuldades para a comercialização. Dentre estas, são apontados requisitos básicos para qualquer empreendimento conseguir manutenção e

crescimento, como a falta de capital de giro para vendas a prazo (18%), a dificuldade em encontrar quantidade suficiente de clientes (12%) e a dificuldade em manter a regularidade do fornecimento (9%).

Dentre as demais dificuldades apontadas, cabe destacarem-se a falta de estrutura adequada para a comercialização (7%), a falta de registro legal para a comercialização (7%) e as dificuldades relacionadas à concorrência (5%). Dessa realidade prática, partem em busca por condições de permanência no mercado, mas com suas condições de autonomia e desenvolvimento limitadas.

As condições de manutenção no mercado, de vendas e de produção, dos empreendimentos nacionais dependem fundamentalmente de interferência externa, através de apoio, assessoria, assistência técnica ou capacitação, fornecidos principalmente pelos órgãos governamentais, ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários.

No que se refere às formas de participação dos integrantes nas decisões dos empreendimentos, foram apontadas as decisões cotidianas, a prestação de contas, a eleição da diretoria e o destino das sobras e dos fundos, o que acontece via assembléia geral e reunião do coletivo de sócios.

Com relação ao rendimento dos seus trabalhadores, percebe-se que a maior parte dos empreendimentos oferece condições precárias de subsistência, o que será novamente evidenciado no capítulo que trata dos achados da pesquisa e que, neste momento, pode ser visualizado nas informações⁹⁹ contidas no Gráfico 4.

⁹⁹ Em realidade, foram 49,74% dos EES do País que informaram remuneração dos trabalhadores. Destes, 18,83% recebem até meio salário mínimo; 12,16% recebem de meio a um salário; 12,86% recebem de um a dois salários; 4,77% recebem de dois a cinco salários e, 1,11% mais do que cinco salários. Para uma melhor visualização, no Gráfico 4, os percentuais referem-se a 100% dos EES.

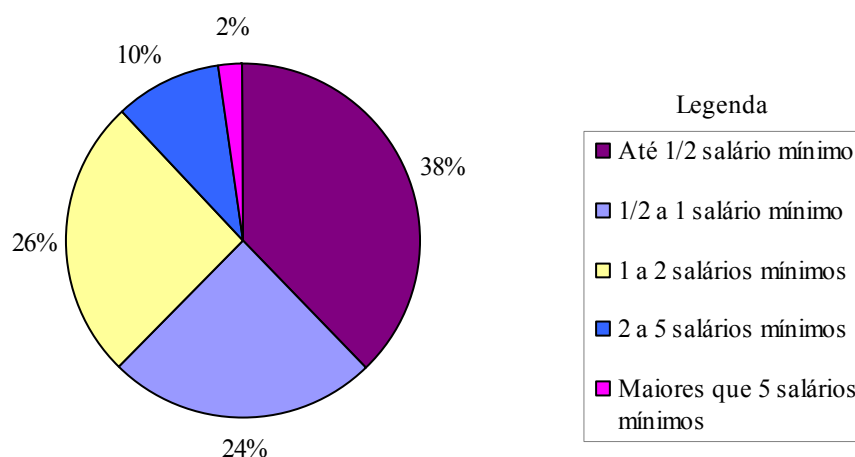


Gráfico 4. Distribuição percentual dos EES por faixas de remuneração dos trabalhadores em salários mínimos, no Brasil – 2005-07.

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

A partir dos dados do Gráfico 4, pode-se concluir que a população integrante desses empreendimentos compreende parcela da população tradicionalmente atendida pelo Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais, tendo em conta que a remuneração média dos integrantes não ultrapassa um salário mínimo mensal, situação presente na realidade de 62% desses trabalhadores. Essa remuneração certamente oferece poucas possibilidades de satisfação e de manutenção das necessidades básicas.

A remuneração dos integrantes é realizada a partir do produto ou produtividade (58%) de cada integrante, sendo, portanto, baixa e incerta na maioria dos empreendimentos, com exceção de apenas 7% deles onde há remuneração fixa. Os demais remuneram por horas de trabalho, ou não têm conseguido remunerar.

Esses dados devem ser compreendidos à luz das motivações que originaram os EES, pois, para muitos empreendimentos, a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados; no entanto, esta possibilita precárias condições de sobrevivência na maioria dos casos, não colocando, portanto, esses indivíduos numa condição de cidadania. Além disso, a falta ou a inexistência de benefícios, garantias e direitos aos integrantes faz-se presente, conforme pode ser visualizado no Gráfico 5.

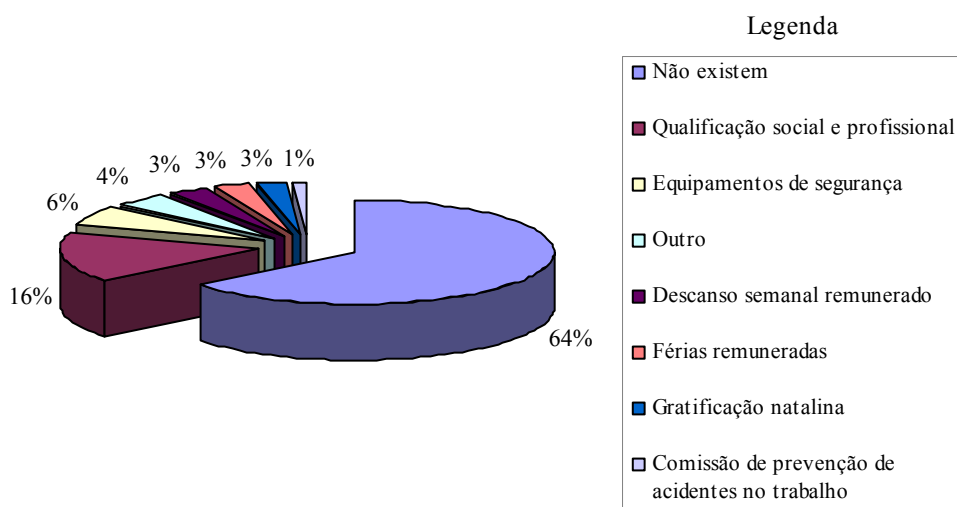


Gráfico 5. Distribuição percentual de benefícios, garantias e direitos dos trabalhadores nos EES do Brasil – 2005-07.

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

A maior parte dos trabalhadores dos EES no País não possui quaisquer benefícios, garantias ou direitos. Poucos têm acesso à qualificação profissional e aos equipamentos de segurança (22%), bem como aos direitos constitucionais (Constituição Federal/88), como descanso semanal remunerado e férias remuneradas. Esses dados permitem considerar que, em caso de faltas por doença, acidentes, maternidade e demais circunstâncias que impeçam o indivíduo de ir ao trabalho, lhe será retirado o direito à participação nos resultados econômicos, naquele período, visto que estará impossibilitado de produzir.

A intenção dessa reflexão acerca dos dados presentes no SIES não é concluir contrariamente à existência desses empreendimentos ou afirmar que elas não servem para nada. É exatamente o contrário. Tem-se convicção da importância social, teórica e ideológica dessas organizações e, portanto, dos seus resultados práticos, seja na geração de renda, seja na inserção produtiva, seja na conscientização dos integrantes.

No entanto, a partir da análise da realidade brasileira, pode-se compreender que essas organizações não podem ser vistas como grande solução para a obtenção de renda e de melhores condições de vida aos indivíduos e tampouco como solução para os excluídos do mercado formal de trabalho, pois esse mesmo espaço se caracteriza por ser inclusivo em alguns aspectos e excludente em outros.

Assim, o presente item teve o objetivo de apresentar alguns do SIES, objetivando identificar o perfil dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, destacando-se a

composição e as principais formas de organização no País, as motivações para a busca dessas atividades, o rendimento médio mensal dos trabalhadores, dentre outras características. Na seqüência, realiza-se uma análise comparativa entre os dados do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, visando verificar a existência de diferenças nas suas características.

3.3.2 Análise comparativa entre Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre.

No Brasil, os empreendimentos econômicos solidários contemplam um conjunto heterogêneo de atividades, conforme explicitado anteriormente, presentes no meio rural e urbano, que, mapeados, formam uma base de dados sobre as atividades no País. No entanto, além das diferenças destacadas quanto às formas de organização e gestão, algumas características nacionais divergem dos dados referentes aos empreendimentos no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Porto Alegre, fazendo com que seja possível uma comparação entre eles.

O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de empreendimentos no País, correspondendo a 9% do total, com 2.085 empreendimentos mapeados, que envolvem 364.748 habitantes nas atividades. Em Porto Alegre, foram mapeados 116 empreendimentos, que inserem 1.974 pessoas.

Com relação à área de atuação dos empreendimentos, contrariando a predominância da atividade rural no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, a área de atuação é predominantemente urbana.¹⁰⁰

Quanto à forma de organização, a maior parte dos empreendimentos no Brasil está organizada sob a forma de associação. No entanto, no Rio Grande do Sul¹⁰¹ e em Porto Alegre¹⁰², as experiências não estão constituídas juridicamente e assim, encontram-se principalmente grupos informais. Esse dado se confirma quando se analisa o percentual de empreendimentos que declararam possuir registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que correspondem, no RS, a 36% e, em Porto Alegre, a 18%, enquanto, no Brasil, são 50% dos empreendimentos.

¹⁰⁰ No Rio Grande do Sul, 42% exercem atividades urbanas; 38% rurais; 20% rurais e urbanas. Enquanto, em Porto Alegre, a área de atuação dos empreendimentos é 87% urbana; 1% rural e 12% rural e urbana.

¹⁰¹ No Rio Grande do Sul, as formas de organização predominantes são 49% grupos informais, 29% associações e 18% cooperativas.

¹⁰² Em Porto Alegre, as formas de organização predominantes são: 78% grupos informais, 13% associações e 4% cooperativas.

Esses dados ainda evidenciam uma questão referente ao financiamento e/ou crédito dos EES no Brasil, em comparação aos do Rio Grande do Sul e aos de Porto Alegre, pois, nos dois últimos, a principal dificuldade que os empreendimentos enfrentam ou enfrentaram para a obtenção do crédito refere-se à não-existência da documentação exigida pelo agente financeiro, quanto o CNPJ se torna necessário. Opção diversa é destacada nos dados da totalidade dos empreendimentos brasileiros, já que a metade deles possui o CNPJ.

Nesse sentido, no Brasil, a grande maioria (76%) dos EES informou necessidade atual de financiamento e/ou crédito,¹⁰³ assim como 53% do total responderam não encontrar dificuldades para a obtenção de crédito. No entanto, esse dado se inverte nos EES do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, que informaram enfrentar dificuldades relativas à obtenção de crédito, com percentuais de 60% e 66% respectivamente.

As principais dificuldades que os EES do Brasil citaram para a obtenção do crédito foi, em primeiro lugar, a falta de apoio para a elaboração do projeto (18%), mesmo com as atuais configurações dessas experiências no País, o que faz com que grande parte nem chegue a essa etapa, de busca de crédito através da elaboração de projeto; em segundo lugar, a inexistência da documentação exigida pelo agente financeiro (16%); em terceiro, a falta de aval ou garantia (16%); e, em quarto, taxas de juro elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento (16%).¹⁰⁴

Entretanto, no Rio Grande do Sul e, em Porto Alegre, as opções escolhidas revelam diferenças nas principais dificuldades relacionadas à obtenção do crédito. Para 31% dos empreendimentos do RS, a principal é a inexistência da documentação exigida. Já para os empreendimentos de POA, essa opção é destacada por 49% dos EES.

As demais dificuldades que os empreendimentos enfrentam ou enfrentaram no RS e em POA são, respectivamente, taxas de juro elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento – 23% e 11% –; falta de aval ou garantia – 14% e 11% –; e, falta de apoio para elaborar projetos – com 9% para ambos –, ao contrário do Brasil em que esta é a principal dificuldade apontada, em que, por esse motivo, nem se tem a possibilidade de buscar o crédito.

¹⁰³ Para estes, as finalidades são: investimento para 51%, custeio e investimento para 26% e custeio ou capital de giro para 23%.

¹⁰⁴ As demais alternativas existentes, que receberam menores percentuais de opção quanto às dificuldades para o crédito são: prazos de carência inadequados, burocracia dos agentes financeiros e falta de linha de crédito.

Com relação à situação da sede dos empreendimentos, também existem diferenças, pois, no Brasil, a maioria dos EES possui sede própria, ao passo que, no RS, a maioria das instalações são cedidas ou emprestadas, e principalmente em POA.¹⁰⁵

A gestão dos empreendimentos, assim como as decisões coletivas, é um fator importante na concepção de autogestão, devendo ser realizada coletivamente. Para tanto, a periodicidade da assembléia geral ou das reuniões é uma das formas de verificar se são efetivadas, conforme dados presentes na Tabela 2.

Tabela 2

Diferenças percentuais quanto à periodicidade da assembléia geral ou das reuniões, nos EES do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre – 2005-07.

LOCAL	PERIODICIDADE					
	Semanal	Mensal	Bimestral ou Trimestral	Anual ou Mais de 1 Ano	Outra	Não se realiza
Brasil	14%	49%	11%	11%	8%	2%
Rio Grande do Sul	13%	30%	13%	24%	7%	5%
Porto Alegre	37%	29%	9%	3%	16%	3%

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

No Brasil, 49% dos empreendimentos realizam reuniões e/ou assembléias coletivas mensalmente, ou quando necessário (opção outra), assim como, no Rio Grande do Sul, com 30%, essa é a prática mais utilizada para a tomada das decisões coletivas. Em Porto Alegre, a maior parte dos EES realiza reuniões semanais, o que pode indicar um diferencial em termos de gestão coletiva. Importante assinalar que os dados quantitativos não indicam que a gestão seja democrática, uma vez que na experiência empírica, analisada particularmente no quarto capítulo, os empreendimentos pesquisados não indicaram realizar assembléias, e também não tem prática de envolvimento dos trabalhadores nas decisões.

Os dados da Tabela 2 também indicam que as reuniões e assembléias são realizadas com intervalo anual ou de mais anos, assim como inexistem em parte dos empreendimentos, o que pode ser analisado como não cumprimento das prerrogativas ou, até mesmo, que a gestão seja desenvolvida unicamente pelos dirigentes, fator que desqualifica o processo democrático e coletivo de tomada de decisões.

¹⁰⁵ No Brasil em 9.124 empreendimentos (42%), as sedes são próprias, 8.654 (40%) são cedidas ou emprestadas, e 1.801 (8%) são alugadas. No RS, 962 (47%) são cedidas ou emprestadas, 735 (35%) são próprias e 222 (11%) são alugadas. Já em Porto Alegre, 64 (54%) são cedidas ou emprestadas, 24 (21%) são próprias e 14 (12%) são alugadas.

A principal forma de remuneração dos trabalhadores, no Estado e no Município acompanha a média nacional, ou seja, a remuneração por produto ou produtividade. No entanto, no Rio Grande do Sul, o percentual de empreendimentos com remuneração fixa é mais do que o dobro da média nacional (7%), abrangendo 15% dos EES. Nessa direção, a média da remuneração dos trabalhadores também apresenta diferenças, que podem ser visualizadas na Tabela 3.

Tabela 3

Diferenças percentuais quanto à média das remunerações dos trabalhadores nos EES do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre – 2005-07.

MÉDIA SALARIAL	BR	RS	POA
Até 1/2 salário	18,83%	11,65%	17,24%
1/2 a 1 salário	12,16%	10,50%	18,10%
1 a 2 salários	12,86%	17,41%	12,93%
2 a 5 salários	4,77%	8,15%	7,76%
Mais que 5 salários	1,11%	1,53%	0

Fonte dos Dados Brutos: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007.

Nota: Não compreende todos os empreendimentos mapeados pelo SIES, pois não foram todos os empreendimentos que informaram a remuneração. Os dados referem-se a (49,73%) dos EES do Brasil, (49,24%) dos EES do Rio Grande do Sul e, (56,03%) dos EES de Porto Alegre.

No Brasil, dos 49,73% dos empreendimentos que informaram a remuneração de seus integrantes, o maior percentual de média salarial foi de até meio salário mínimo, enquanto, em Porto Alegre, foi de meio a um 1 salário e, no Rio Grande do Sul, de um a dois salários. Esses dados revelam que os trabalhadores, no Estado, têm, em média, um salário superior ao dos outros trabalhadores do País. Da mesma forma, o RS, se destaca entre os demais, por possuir significativo percentual de EES que possibilitam remuneração salarial entre um a cinco salários (25,56%).

Entretanto Porto Alegre possui, em média, a mesma remuneração que o restante do País, situando-se, principalmente, na faixa de até um salário mínimo. Em que pese a necessidade de maiores estudos e análises para a identificação do motivo desse diferencial entre POA e o restante do Estado, investigação a que não se propõe esta pesquisa, cabe dizer que o Rio Grande do Sul, pela sua tradição cooperativista, possui algumas experiências que ultrapassam a renda salarial média da maior parte dos empreendimentos do Brasil e também de Porto Alegre.

Nesse sentido, é possível avaliar que a média salarial dessas atividades possibilita precárias condições de satisfação das necessidades básicas, mesmo sendo a obtenção de renda um dos principais motivos que levam a maioria dos trabalhadores a buscar esse tipo de

iniciativa. No entanto, cabe destacar-se que a análise da renda possui limitações e tampouco compreende a totalidade dos aspectos presentes nas experiências.

O presente item teve por objetivo apresentar os dados acerca da realidade dos empreendimentos estaduais e locais, bem como verificar a existência de diferenças entre Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Os dados similares à média nacional não foram explicitados, pois já haviam sido analisados.

A busca pela compreensão teórica e conceitual, as características presentes na estrutura de gestão e os dados das realidades nacional, estadual e municipal dos empreendimentos econômicos sob a concepção solidária vêm no sentido de revelar as características principais com que essas experiências têm se configurado, porém não perdendo de vista o que os empreendimentos representam para a vida dos trabalhadores, enquanto alternativa de trabalho, renda e inserção social.

Assim, para se verificarem os sentidos e as representações da atividade para os trabalhadores, as possibilidades e limites das experiências e para responder os objetivos e o problema que nortearam essa pesquisa, torna-se necessária a aproximação à realidade prática dessa forma de organização, objetivando identificar como se materializam. Este será o foco do próximo capítulo, que contempla a pesquisa empírica em uma das formas que compõe a Economia Popular Solidária, nas associações de reciclagem de lixo seco e orgânico de Porto Alegre.

Nesse sentido, no próximo capítulo, apresentar-se-á, a construção metodológica da pesquisa, as características das associações pesquisadas e as evidências empíricas e qualitativas da pesquisa, apontando para as possíveis contribuições do Serviço Social.

4 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: AS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE PORTO ALEGRE

As diferentes concepções teóricas utilizadas para designar as alternativas coletivas de trabalho e geração de renda foram explicitadas no capítulo anterior, apontando-se suas divergências, especialmente no que se refere às características estruturais. Também realizou-se a sistematização das semelhanças na estrutura de gestão das atividades econômicas. Além disso, buscou-se uma aproximação às realidades nacional, estadual e municipal dos empreendimentos com a organização dos dados presentes no SIES, os quais permitiram identificar o perfil do universo das experiências mapeadas.

No entanto, para analisar as possibilidades dessas experiências, compreender as suas propostas, os processos de trabalho desenvolvidos, as características dos seus integrantes e o o significado para a vida dos trabalhadores, tornou-se fundamental uma pesquisa empírica.

Para tanto, optou-se pela realização do estudo de caso de dois empreendimentos identificados como EPS no segmento da reciclagem de lixo, do Município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em que pese o fato de os empreendimentos de Economia Popular Solidária¹⁰⁶ serem compostos por um heterogêneo universo de experiências e atividades.

O presente capítulo contempla a construção metodológica da pesquisa, as características das duas associações de reciclagem de lixo pesquisadas e as evidências empíricas e qualitativas da pesquisa. Nesta direção, aborda-se a realidade dos empreendimentos de Economia Popular Solidária e dos sujeitos que fazem parte dela, através do estudo das suas propostas, dos processos de trabalho desenvolvidos e das características dos indivíduos que ali trabalham, a fim de dar visibilidade às possíveis contribuições do Serviço Social a esses empreendimentos, com vistas ao fortalecimento dos sujeitos e de iniciativas dessa ordem.

¹⁰⁶ Optou-se pelo estudo dos empreendimentos classificados como pertencentes à Economia Popular Solidária, pela compreensão de que esta possui, entre os seus integrantes, a população tradicionalmente demandante do trabalho dos Assistentes Sociais.

4.1 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Atribui-se importância fundamental à pesquisa tanto para conhecer a realidade, suas relações, contradições, desigualdades e resistências, como pela compreensão de que ela é um importante instrumento de intervenção profissional, sendo, para tal, imprescindível a realização do diagnóstico e o tratamento com os dados, para se ter uma apreensão crítica da realidade, o que vem ao encontro do posicionamento ético-político¹⁰⁷ dos assistentes sociais.

Para uma aproximação com a realidade dos empreendimentos de Economia Popular Solidária¹⁰⁸ e os sujeitos que neles trabalham, realizou-se uma pesquisa empírica, visando compreender as suas propostas, os processos de trabalho desenvolvidos e as características dos indivíduos que neles estão inseridos.

O estudo investigativo, situado na linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais, baseou-se metodologicamente em uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, em referencial dialético, cujas categorias centrais se explicitaram na construção da dissertação. Neste capítulo ficam evidenciadas também, as técnicas utilizadas para a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

4.1.1 Método

A escolha do método¹⁰⁹ segue a opção realizada pela hegemonia da categoria profissional, reconhecendo, no materialismo dialético, os elementos conceituais para a leitura da realidade, bem como para o direcionamento da profissão. O próprio documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS) – 1996, que orienta a formação profissional aponta a pertinência do “método materialista, histórico, dialético,

¹⁰⁷ O projeto ético-político profissional expressa a perspectiva hegemônica do serviço social brasileiro. A operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento das condições sócio-históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades (IAMAMATO, 2001). Os princípios que o direcionam, presentes no Código de Ética de 1993, são: defesa dos direitos humanos; reconhecimento das liberdades e diferenças; ampliação e consolidação da cidadania; empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos; posicionamento em favor da equidade e justiça social; qualidade dos serviços; dignidade do ser humano; acesso aos direitos sociais e exercício da cidadania; sociabilidade humana, com vistas a uma transformação social.

¹⁰⁸ A pesquisa tem como atividade básica a indagação da realidade. Por isso, a identificação do objeto de pesquisa está diretamente ligada à visão de homem e de mundo e de como a realidade se constrói. A atitude de pesquisar está intrinsecamente relacionada com o aporte teórico, que, através de sucessivas aproximações com a realidade, busca uma combinação particular entre teoria e os dados coletados (MINAYO, 1994).

¹⁰⁹ Método é o conjunto de valores, teorias e paradigma epistemológico que orienta as investigações (PRATES, 2003).

fundamentado na obra marxiana” (PRATES, 2005, p.133), para a realização da leitura crítica da realidade, com vistas à intervenção no real.

O direcionamento da categoria a partir do método dialético crítico contempla em seu processo de investigação a articulação entre os dados quantitativos e qualitativos para o conhecimento da realidade, as condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório dos fenômenos sociais contextualizados e a sua dimensão histórica, interconectada à luz da totalidade (PRATES, 2003). Dessa forma, a realização de uma pesquisa consistente e pautada na realidade concreta, com vistas à sua transformação, é a preocupação desse método, atendendo à concepção interventiva¹¹⁰ que caracteriza a identidade do Serviço Social.

A atividade de pesquisar constitui-se, assim, em um relevante instrumento para a intervenção social, na medida em que possibilita a obtenção de dados reais, fundamentais à elaboração de diagnósticos e é condição necessária a uma intervenção consistente, além de dar visibilidade às contradições existentes na sociedade. Nesse sentido, não são apenas as desigualdades, mas também as potencialidades sociais e as expressões de resistência, que são visualizadas, pois ambas constituem a questão social, cujas refrações são objeto de trabalho dessa profissão. Assim, o materialismo dialético histórico fornece ao Serviço Social uma leitura da realidade social, a partir da totalidade que a compõe, possibilitando a compreensão do momento histórico e das transformações.

Por essa razão, foram reconstituídos parte da história do capitalismo e os processos de reestruturação produtiva, a fim de se compreenderem o contexto onde as práticas de Economia Popular Solidária se engendram e as transformações que essas experiências sofreram no decorrer desse contexto sócio-histórico.

Nessa mesma perspectiva, a pesquisa buscou articular as categorias do método dialético com as categorias explicativas da realidade.¹¹¹ Considera-se que elas são elementos básicos para problematizar a realidade dos empreendimentos de Economia Popular Solidária do segmento de reciclagem, como também para explicar o fenômeno e suas relações.

A pesquisa racional (dialética) considera cada fenômeno no *conjunto* de suas relações com os demais fenômenos e, por conseguinte, também no conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é o “fenômeno”, aparência ou aparecimento *mais ou menos essencial* (LEFEBVRE, 1991, p.238).

¹¹⁰ É a partir da possibilidade de transformação social que se recorre à pesquisa como um instrumento de trabalho do Assistente Social, a fim de subsidiar a apreensão dos fenômenos sociais, para a construção da ciência. Assim, “[...] não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar aos seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a cansaça de galgá-los por veredas abruptas” (MARX; ENGELS, 1989, p.19). A partir dos movimentos de reflexão e da capacidade de diálogo entre as conexões teóricas e metodológicas é que se pode decifrar a realidade através da pesquisa.

¹¹¹ Nas pesquisas orientadas pelo paradigma dialético, materialista, histórico, as categorias teóricas analíticas do método apresentam-se em interconexão e articuladas com as categorias teóricas explicativas da realidade, auxiliando na explicação do fenômeno e orientando os processos interventivos. Esse método reconhece o caráter político da pesquisa social como elemento constituinte do próprio processo (PRATES, 2005).

A busca pelo conhecimento¹¹² perpassou toda pesquisa, através da tentativa de compreender a realidade destas experiências e a aproximação constante com o conjunto das categorias e fenômenos que fazem parte daquela realidade. Dentre as categorias centrais do método, considera-se que contribuíram para a análise desta pesquisa as categorias contradição, historicidade, totalidade, mediação e trabalho, como elemento constitutivo do problema de pesquisa.

A categoria *totalidade*¹¹³ significa mais do que a união, mas a articulação entre todos os fenômenos, teóricos e/ou empíricos, para a compreensão e a interpretação do objeto de pesquisa, na medida em que “[...] a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. [...] é um movimento permanente e que implica na historização dos fenômenos que a compõem. [...] É importante se ter claro que os elementos de uma totalidade se influenciam mutuamente” (PRATES, 2005, p.134).

Para a análise da pesquisa, a problematização deve apresentar a inter-relação¹¹⁴ dos fenômenos com os demais aspectos da realidade, onde se pode visualizar a influência mútua de uns sobre os outros, possibilitando a superação do aparente, ou seja a compreensão e a interpretação dos fenômenos (PRATES, 2005).

A realização da análise na óptica da totalidade supõe decifrar as relações sociais que se realizam em contextos determinados – as condições de trabalho, as estratégias acionadas e os resultados obtidos – o que passa pela mediação do trabalho e pela correlação de forças econômicas, políticas e culturais, em nível societário. Tal análise articula, pois, um conjunto de determinantes a serem considerados: as particulares expressões da questão social na vida dos sujeitos, suas formas de organização e luta; e os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis para a realização do trabalho (IAMAMOTO, 2004^a). Assim, para a compreensão dos empreendimentos de Economia Popular Solidária do segmento da reciclagem, torna-se necessário inter-relacionar os aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais, históricos, bem como as contradições que os englobam e que neles se manifestam.

¹¹² “O conhecimento, portanto, provém da experiência [...] Mas, nem por isso, ele deixa de se constituir, em seu resumo lógico, uma razão; isso ocorre, porém, ao preço de um esforço imenso, secular, de dominação prática da natureza, de abstração, de reflexão, de tomada de consciência. Mediante esse esforço, o pensamento se constituiu, se estabeleceu em determinado plano; em torno dele e nele mesmo, o pensamento descobre o racional unido ao real: o universal (concreto)” (LEFEBVRE, 1991, p.188). Esse mesmo autor complementa dizendo que, “O conhecimento é um ‘reflexo’, ou seja, uma ‘reflexão’ da natureza pelo homem. Não é um reflexo imediato e total, mas um processo de conhecimento por abstrações, conceitos, leis, isto é, por graus sucessivamente conquistados de objetividade, a partir de um começo (prático, histórico, social e lógico)” (LEFEBVRE, 1991, p. 226).

¹¹³ “A compreensão dialética de totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação entre as partes” (KOSIK apud PRATES, 2005, p.134).

¹¹⁴ “Deve-se aprender cada coisa, cada ser, cada situação não apenas em suas conexões e em suas contradições internas, mas no movimento total que delas resulta” (LEFEBVRE, 1991, p. 209).

Já a categoria *historicidade* compreende, “[...]o movimento que realizam os sujeitos ou instituições, é o reconhecimento da processualidade que há na sua história constitutiva” (PRATES, 2005, p.142). Significa o reconhecimento de que os fenômenos sociais estão em constante movimento e desenvolvimento e que só podem ser apreendidos no momento histórico em que se os analisa, pois esse movimento transforma o homem, a realidade e os fenômenos. Nesse sentido, a pesquisa buscou a compreensão da processualidade histórica¹¹⁵ dos empreendimentos de Economia Popular Solidária desde a sua criação, ampliação e desenvolvimento, relacionando seu engendramento com a totalidade da realidade social.

A *contradição* dialética “[...] tem sua raiz profunda no conteúdo, no ser concreto: nas lutas, nos conflitos, nas forças em relação e em conflito na natureza, na vida, na sociedade, no espírito humano” (LEFEBVRE, 1991, p.192). O sentido da contradição, no método dialético crítico, expressa-se na realidade, pois todas as coisas exigem seu contrário, como negação inclusiva e determinação do outro.

Os fenômenos são permeados por contradições, razão pela qual diz Lefebvre (1991, p.192), “para determinar o concreto, o mais ou menos concreto, descubra as contradições”. Ou seja, desvendar as contradições significa mostrar os opostos em movimento, reconhecer as contradições existentes no homem e na sociedade, mas, além de compreendê-las, é preciso reconhecer seu fundamento e o necessário movimento para sua superação (PRATES, 2005).

Reconhecer a existência da contradição na sociedade e nas experiências de Economia Popular Solidária, seja na relações entre seus integrantes, seja na com a sociedade, por exemplo, ou a partir das evidências empíricas e qualitativas da pesquisa, são pontos necessários para compreendê-la enquanto um fenômeno complexo que, como tal, carrega manifestações concomitantes de conformismo e resistência.

A categoria *mediação* representa a busca pela compreensão do fenômeno e a articulação deste com os demais fenômenos e com o coletivo das expressões da realidade da qual faz parte.¹¹⁶ Ela proporciona um estudo com maior visibilidade das dimensões parciais que envolvem as experiências de Economia Popular Solidária, para proporcionar a compreensão do fenômeno decorrente desse movimento.

¹¹⁵ “Não se deve esquecer que o limite (o fim) de uma coisa, no tempo e no espaço, não se apresenta como um corte brusco, mas como uma zona de transição – como é o caso de um sentimento que não se resigna em morrer; de um crepúsculo que se prolonga; de uma velhice que não termina; ou de um regime social que dura por muito tempo; não obstante, cedo ou tarde, tudo isso será outra coisa: a noite, a morte, a renovação” (LEFEBVRE, 1991, p.209).

¹¹⁶ “A mediação, em face da totalidade, é fundamental pela articulação dinâmica, processual entre as partes na sua ação recíproca e o todo, considerando que cada parte se constitui em uma totalidade parcial, também complexa. Daí a justificativa da afirmação de que a mediação é que faz com que o verdadeiro seja resultado, o que significa, ser fruto de um processo, de múltiplas passagens, de moventes articulações, multilaterais e complexa” (PONTES, 2002, p.14).

Assim, pode-se considerar que a importância da mediação está na articulação que viabiliza entre a prática e a teoria. Dessa forma, considera-se que a categoria oferece a operacionalização necessária, através da dimensão reflexiva, dos instrumentos, técnicas e estratégias para desvendar os fenômenos.

A categoria *trabalho* é fundamental para o embasamento desse estudo, pois é central no processo investigativo.

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando, assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX; ENGELS, 1989, p.202)

A categoria trabalho significa, assim, um processo determinado, que produz valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais de uma dada espécie. Já os elementos que compõe o processo de trabalho são: “[...] 1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX; ENGELS, 1989, p.202). No processo de trabalho, a atividade humana opera:

[...] uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre o qual atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado as necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria esta trabalhada. O que se manifestava em movimento, ao lado do trabalhador, se revela agora, qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu um produto e o produto é um tecido (MARX; ENGELS, 1989, p.205).

Assim, o trabalho é a produção e a expressão do homem que se realiza mediante planejamento, onde ele cria e constrói, fazendo com que a produção seja uma expressão essencialmente humana. Através do trabalho, o homem materializa-se, objetiva seu ser, constrói e se autoconstrói nesse processo histórico e contraditório (PRATES, 2000).

Dessa forma, a opção pelo referencial do materialismo histórico dialético resulta do entendimento de que este contribui satisfatoriamente para a compreensão dos elementos da realidade social. A partir dele, elegeram-se as categorias explicativas da realidade, que foram: Economia Popular Solidária, geração de renda, trabalho, condições de vida, projetos de vida, Estado, trabalho do Assistente Social e inclusão social. Dessa forma, considera-se que a apropriação das categorias teóricas do método e explicativas da realidade, que surgiram a

partir da pesquisa empírica, em sua interconexão, viabilizam o processo de produção e sistematização desta dissertação e a recortam de modo transversal.

4.1.2 Metodologia

Considerando o método e as suas categorias, classifica-se o tipo de pesquisa como *quanti-qualitativa*, uma vez que, no método dialético, não existe nenhuma supervalorização de um tipo de dado sobre outro, o que permite essa complementação, sendo ambos de extrema importância para a ampliação do conhecimento, já que os dados quantitativos e qualitativos “[...] se complementam, pois a realidade abrangida por eles interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia [...]” (MINAYO, 1994, p.22).

Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa busca as significações e as interpretações dos sujeitos e de suas histórias, permitindo conhecerem-se as características dos pesquisados, suas opiniões, desejos, modo de organização dos empreendimentos, condições de vida e trabalho, ou seja, “a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação” (MARTINELLI, 1999, p. 27).

A eleição da metodologia visou criar subsídios para a investigação desta pesquisa, que tem como objetivo geral analisar as possibilidades dessas experiências em se constituírem como alternativas de geração de trabalho e renda, tendo como ponto inicial o problema de pesquisa: em que medida os empreendimentos concebidos e implantados sob a concepção solidária, no segmento da reciclagem de lixo seco e orgânico, podem se constituir em alternativa de trabalho e de geração de renda aos excluídos do mercado formal?

Já os objetivos específicos foram: (1) compreender as propostas da Economia Popular Solidária, a fim de identificar suas potencialidades para o estímulo do desenvolvimento autônomo dos sujeitos sociais; (2) conhecer os processos de trabalho desenvolvidos, nesses empreendimentos, pelos sujeitos que dele participam, a fim de identificar a forma de organização do trabalho e da produção; (3) identificar as características dos indivíduos que se encontram inseridos nas associações de reciclagem, bem como identificar o que pensam frente à geração de trabalho e renda com o lixo; (4) dar visibilidade às possíveis contribuições que o Serviço Social pode dar a esses empreendimentos, com vistas ao fortalecimento dos sujeitos e de iniciativas dessa ordem.

Para tanto, a pesquisa teve as seguintes questões norteadoras: (1) como se materializam as experiências de Economia Popular Solidária no segmento de reciclagem de lixo em Porto Alegre?; (2) quais os processos de trabalho desenvolvidos nesses empreendimentos de Economia Popular Solidária?; (3) quem são os sujeitos que participam desses empreendimentos e o que pensam sobre o trabalho em empreendimentos de Economia Popular Solidária com o lixo?; (4) como a sobrevivência e a geração de trabalho e renda por meio do lixo e da participação nas associações de reciclagem passam a fazer parte da trajetória de vida dos segmentos sociais como elemento alternativo à exclusão do mercado formal?; (5) em que medida essas experiências se constituem como alternativa de inclusão social?; (6) quais as possíveis contribuições do Serviço Social para o fortalecimento dos sujeitos nesses espaços sócio-ocupacionais?

Dessa forma, partiu-se da constatação de que, no Município de Porto Alegre, atualmente, existe um total de 15 unidades de triagem de resíduos recicláveis, constituídas principalmente por associações de trabalho¹¹⁷. Nesse contexto, a amostra teve a preocupação de ser suficientemente representativa dos Empreendimentos de Economia Popular Solidária do segmento de reciclagem em relação ao total do universo¹¹⁸ (MARCONI; LAKATOS, 2002).

Considerando-se esse universo, a amostra é não probabilística, por tipicidade,¹¹⁹ composta de duas associações de reciclagem de Porto Alegre, sendo uma de reciclagem de lixo seco e outra de lixo orgânico, pois se considera que esses dois tipos representam o universo das experiências.

Nessa direção, o processo de coleta de dados para o conhecimento do fenômeno partiu da coleta indireta, oriunda de *dados secundários*, do banco de dados do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, que possui o cadastramento e disponibilizou o mapeamento das associações de reciclagem, o que se constituiu a base para a investigação e o universo sobre o qual foi realizada a pesquisa.

¹¹⁷ As associações são: Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros; Associação de Recicladores de Resíduos da Zona Norte; Associação Comunitária do Campo da Tuca; Associação dos Recicladores do Loteamento Cavalhada; Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre – Ilha Grande dos Marinheiros; Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Movimento dos Moradores de Rua – Padre Cacique; Profetas da Ecologia I; Associação Devolução Nossa Senhora Aparecida – Aparecida das Águas; Associação dos Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica – Restinga; Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – Santíssima Trindade; Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do HPSP – São Pedro; Associação de Reciclagem Rubem Berta – Wenceslau Fontoura; Centro de Triagem – Vila Pinto; Associação Anjos da Ecologia – B. Floresta; Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares – Unidade de Triagem e Compostagem – Lomba do Pinheiro. (Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre)

¹¹⁸ Os empreendimentos que participam da pesquisa são credenciados pelo Departamento de Limpeza Urbana (DMLU) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, uma vez que é ele que possui o mapeamento e desenvolve o acompanhamento desses empreendimentos.

¹¹⁹ A opção pela amostragem não probabilística por tipicidade deveu-se à procura do pesquisador por subgrupos típicos (amostragem composta por uma associação de reciclagem de lixo seco e uma associação de reciclagem de lixo orgânico) dentro do grande grupo, pelo entendimento de que podem representar os demais.

A partir da primeira aproximação com a realidade, realizou-se a opção pelo desenvolvimento do *estudo de caso*¹²⁰ em dois empreendimentos de Economia Popular Solidária, do segmento de reciclagem. O estudo em questão caracterizou-se, dessa forma, pela realização de uma análise profunda, em uma perspectiva sócio-histórica.

Ao pesquisar profundamente esses dois empreendimentos, pretendeu-se realizar a análise a partir de uma visão crítica, observando-se sua evolução histórica e suas relações estruturais fundamentais, orientada no suporte teórico do materialismo histórico - crítico.

Para a realização da pesquisa, foi feito um contato inicial com as associações de reciclagem selecionadas, para esclarecimentos a respeito dos objetivos, procedimentos e da relevância social do estudo. Também foi solicitada a aceitação da associação, através da *carta de aceite*¹²¹ e do *termo de consentimento livre e esclarecido*,¹²² pois se a considera fundamental e éticamente indispensável.

Como instrumentos de pesquisa para conhecer as características dos indivíduos inseridos nas associações de reciclagem,¹²³ bem como para identificar o que pensam frente à geração de trabalho e renda com o lixo, foi utilizada a técnica de *entrevista*¹²⁴ do tipo *estruturada*, através de um *formulário*¹²⁵ com questões abertas e fechadas,¹²⁶ o que permitiu que as respostas fossem comparadas, possibilitando o apontamento das semelhanças e das diferenças entre os entrevistados¹²⁷. A entrevista estruturada:

¹²⁰ O estudo de caso “[...] é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma *unidade* que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS, 1987, p. 134).

¹²¹ Conforme **Apêndice A** – Carta de Consentimento da instituição

¹²² Conforme **Apêndices B e C** – Termos de consentimento individual e da associação.

¹²³ Foi utilizada a técnica de amostragem qualitativa denominada amostragem por saturação (TURATO, 2003). Nesse caso, o pesquisador fecha o grupo quando, após as informações coletadas, com certo número de sujeitos, novas entrevistas passam a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo. No entanto, utilizou-se critérios para a inclusão na amostra, buscando contemplar cortes por gênero, faixa etária e tempo de participação no empreendimento.

¹²⁴ “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. [...] Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metodológica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.92).

¹²⁵ O formulário funciona como uma espécie de “tópico guia”, que auxilia o pesquisador no processo de coleta e análise dos dados. BAUER e GASKELL (2004, p. 67) reconhecem que “[...] um bom tópico guia irá criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos temas em foco. À medida que o tópico-guia é desenvolvido, ele se torna um lembrete para o pesquisador de que questões sobre temas sociais científicos devem ser apresentadas em linguagem simples, empregando termos familiares adaptados ao entrevistado. Finalmente, ele funciona como um esquema preliminar para a análise das transcrições”. A construção e a aplicação do formulário foram realizadas pela própria pesquisadora.

¹²⁶ Conforme **Apêndice D** – Instrumento de Pesquisa 1 - Formulário de entrevista com os participantes das experiências de economia popular solidária.

¹²⁷ As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos, a fim de se poder descrever em detalhes as falas dos entrevistados, reconhecer as semelhanças e as diferenças entre as respostas e avaliar se existem diferenças entre os indivíduos que trabalham com os resíduos recicláveis secos e os que trabalham com os resíduos orgânicos, assim como pelos recortes de gênero, faixa etária e tempo de participação no empreendimento. Além disso, o registro detalhado das entrevistas é importante, pois outras categorias explicativas da realidade podem emergir do estudo.

É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado [...]. O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.93-94).

Optou-se também, pela realização de *observação*¹²⁸ sistemática, que foi efetivada de modo concomitante com as entrevistas individuais e/ou em visitas às associações, quando foram feitas anotações a partir de um roteiro norteador¹²⁹. A observação sistemática, “[...] realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. [...] Na observação sistemática, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.90).

Além disso, por tratar-se de um estudo aprofundado sobre duas associações de reciclagem, a *análise documental*¹³⁰ estava prevista como mais uma técnica a ser realizada, o que, no entanto, não foi possível, devido à inexistência das fontes documentais previstas: atas e documentos produzidos em reuniões, assembléias, votações e demais documentos que possam demonstrar os processos de tomada de decisões e de organização da associação.

A análise documental objetivava evidenciar aspectos relacionados à estrutura de gestão dos empreendimentos, ou seja, aqueles referentes à operacionalização das associações. Para a coleta de dados documentais, foi elaborado como instrumento um roteiro de análise,¹³¹ que facilitaria a busca pelos dados nos documentos, a partir de um olhar direcionado, para encontrar as respostas às problemáticas levantadas pelas questões norteadoras. Essa técnica não foi utilizada, pois os dois empreendimentos não registram as decisões coletivas e/ou as votações¹³² realizadas nas reuniões e/ou assembléias, o que não deixa de ser um dado, e, por isso, foi mantida essa constatação.

¹²⁸ A observação é uma técnica usada para a coleta de dados, objetivando conseguir informações através da utilização dos sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. “Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 88).

¹²⁹ Conforme **Apêndice F**: Instrumento de Pesquisa 3 – Observação Sistemática.

¹³⁰ A análise documental é considerada uma fonte de “papel”. As fontes de papel “[...] muitas vezes, são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos [...], sem contar que, em muitos casos, só se torna possível a investigação social através desses documentos” (GIL, 1999, p. 160).

¹³¹ Conforme **Apêndice G**: Roteiro de Análise Documental

¹³² Era possível ter acesso ao documento (Ata) de fundação das associações e, em uma delas, ao da última eleição realizada, porém, não respondia ao que era proposto, pois a intenção dessa técnica era verificar os processos democráticos cotidianos e a periodicidades das reuniões e/ou assembléias coletivas.

4.1.3 Análise e interpretação de dados

Após o processo de coleta dos dados, eles foram organizados e sistematizados para possibilitar o processo de análise e de interpretação, o que foi realizado através da técnica de *análise de conteúdo*, com base nos objetivos propostos pelo estudo. Esse processo é definido como:

Conjunto de técnicas de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

A análise de conteúdo é desenvolvida a partir de *três etapas* essenciais: *pré-análise* – que é a fase da organização do material; *exploração do material* – onde o material organizado é submetido a um estudo aprofundado com base nos referenciais teóricos da pesquisa; e *tratamento dos dados* – em que os elementos da pesquisa são relacionados com as suas variáveis mais complexas e com as da totalidade social em que estão inseridos (BARDIN, 1977).

A *pré-análise*¹³³ consiste em uma leitura flutuante do material, visando estabelecer contato com os documentos e conhecer o texto, permitindo ao pesquisador “invadir” por impressões e orientações surgidas. Esse processo tem como objetivo a escolha dos documentos que formarão o *corpus*¹³⁴ para a análise, segundo as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Após a elaboração do *corpus*, realizou-se a descrição das informações, e, em seguida, os dados foram organizados em quadros e tabelas, onde os conteúdos foram classificados a partir das categorias explicativas da realidade previamente eleitas e também daquelas que emergiam dos dados coletados na pesquisa – as categorias empíricas, dando prosseguimento ao processo de *exploração do material* para a interpretação e a análise do conteúdo.

Depois, foram realizados “recortes”, selecionando-se e agrupando-se os elementos – categorias explicativas da realidade que emergem de sua análise, por meio das unidades de análise ou de classificação – as categorias dialéticas. Desse modo, compreendendo os

¹³³ “[...] fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuição, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano analítico” (BARDIN, 1977, p. 95).

¹³⁴ *Corpus*: conjunto de documentos selecionados para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 1977).

fenômenos desta pesquisa a partir da totalidade, da contradição, da historicidade, do trabalho e da mediação.

Posteriormente, foi realizado o *tratamento dos dados* por meio da descrição analítica, que aprofunda o estudo orientado pelos referenciais teóricos e pelas questões norteadoras do projeto. Seguiu-se, a interpretação inferencial dos dados já categorizados, desenvolvendo-se uma síntese conclusiva que mediou o conjunto dos dados teóricos com o material coletado por meio da análise dos significados (BARDIN, 1977). A interpretação referencial é “[...] realizada a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que orienta o pesquisador para a realização de inferências” (PRATES, 2003, p.16).

Para o tratamento dos dados qualitativos, realizou-se, primeiramente, a organização do material. Nessa fase, os registros dos formulários das entrevistas e das anotações feitas no roteiro de observação, foram transformados em mapas qualitativos, onde as respostas foram ordenadas de modo sequencial, com base nos tópicos que nortearam a coleta.

Para representar os dados na dissertação, os quantitativos foram objeto de tratamento estatístico e representados por meio de gráficos, quadros e tabelas, conforme a relevância das informações que representam. A sua problematização foi articulada à análise dos dados qualitativos, apresentados de acordo com a sistematização das categorias explicativas da realidade.

A socialização dos resultados da pesquisa realizou-se através da elaboração da dissertação, bem como será feita na participação em eventos e seminários de pesquisa, com a publicação de artigos, além da sua devolução aos empreendimentos pesquisados. Ao se retornarem os dados da pesquisa aos sujeitos do estudo e à sociedade, afirma-se o dever ético do profissional do Serviço Social de possibilitar a compreensão das transformações societárias e das relações sociais por meio de sua prática investigativa, dando visibilidade aos processos sociais, sejam estes de contradição, sejam de resistência.

Assim, encerra-se o presente item, que objetivou explicar a construção metodológica da pesquisa, discorrendo sobre a escolha do método e de suas categorias, a metodologia e as técnicas que foram utilizadas para a análise e a interpretação dos dados. Posteriormente, realizar-se-á uma breve contextualização do funcionamento do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Porto Alegre, desenvolvido pela Prefeitura Municipal, por meio do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, para a compreensão da relação de convênio estabelecida entre ela e as associações de reciclagem de lixo existentes.

4.2 ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE LIXO E O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: UMA RELAÇÃO CONVÊNIAL

O Município de Porto Alegre está inserido em um contexto de alto crescimento populacional, comum às grandes metrópoles brasileiras, somado à crescente demanda por bens de consumo, ao qual se acrescenta o aumento da produção de resíduos sólidos descartáveis, tanto nos domicílios quanto nas indústrias, provocando a conseqüente degradação ambiental.

A geração de resíduos tornou-se um problema social e ambiental, tornando necessária a criação de formas capazes de minimizar a problemática do lixo¹³⁵ e a degradação ambiental, levando a que a coleta seletiva e a reciclagem se tornassem alternativas viáveis e necessárias. Dessa forma, percebe-se que, em decorrência da crescente consciência¹³⁶ da necessidade de reciclagem, os municípios estão ampliando as ações voltadas à conscientização da separação do lixo domiciliar e desenvolvendo programas de coleta seletiva (GONÇALVES, 2003).

Em relação à problemática social da geração de resíduos urbanos, as atividades de catar e/ou separar o lixo apresentam-se como uma manifestação da questão social, em que as condições de trabalho são extremamente insalubres, precárias e desagregadas. Sabe-se que o rendimento dos catadores e/ou carrinheiros depende do tipo e da quantidade do lixo recolhido, fazendo com que esses trabalhadores cheguem a carregar 200kg de material reciclável¹³⁷ por dia (CALDERONI, 1998). Esses indivíduos acabam tendo suas perspectivas de vida limitadas, enquanto a atividade nas ruas representa, na maioria das vezes, a única fonte de sobrevivência.

Certamente, a criação das associações de reciclagem possibilita a inserção desses catadores e demais trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, auxiliando na promoção de um destino menos poluente para grande parte dos resíduos sólidos urbanos, diariamente gerados e descartados em grande escala, mesmo que, não se esteja analisando em que medida isso possibilita a geração de renda, nem mesmo as condições em que se realiza o trabalho.

¹³⁵ O lixo é a matéria-prima, ele é a fonte de trabalho e geração de renda. Assim, “na perspectiva do pobre urbano, o lixo é fonte renovável de recursos naturais, na qual ele “garimpa” e cria mercadorias. O lixo, cada vez mais opulento [...] oferece campo para uma estratégia de sobrevivência ligada à coleta do reciclável do descarte urbano” (LESSA, 2000, p. 15).

¹³⁶ Pode-se inferir que, além da consciência quanto à necessidade ambiental e social da reciclagem, os aspectos financeiros quanto ao transporte e ao local de destinação do lixo seco e também os aspectos políticos dessa ação possuem influência significativa.

¹³⁷ Para esta análise, serão consideradas recicláveis a fração seca dos resíduos sólidos, que se destina à venda, e a fração orgânica dos resíduos sólidos urbanos, que também pode ser reciclável, através do recurso da compostagem.

Nesses locais, os trabalhadores realizam a triagem de materiais secos e embalagens, que, posteriormente, são destinados à venda. Já nas associações que realizam a triagem de resíduos secos e orgânicos, a parte reciclável é prensada e vendida, enquanto que os alimentos e a fração orgânica dos resíduos sólidos são processados, através do recurso da compostagem.¹³⁸

Nesse contexto, o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Porto Alegre é desenvolvido pela Prefeitura,¹³⁹ por meio do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, que realiza toda a coleta domiciliar e seletiva, e encaminha os resíduos para as unidades de triagem conveniadas. Destas quatorze unidades de triagem recebem lixo reciclável e uma unidade de triagem e compostagem, recebe o lixo da coleta domiciliar.

Essas unidades de triagem¹⁴⁰ são operadas por associações de trabalhadores, portanto, não existe nenhuma relação trabalhista entre estes e a Prefeitura Municipal. Quando chega às unidades de triagem, o material reciclável coletado é triado, acondicionado, prensado e armazenado, para, depois, ser encaminhado às indústrias recicladoras, através de venda direta ou via intermediários. Já o material orgânico que pode ser utilizado para compostagem é separado dos rejeitos, que são descartados. Assim, os rejeitos orgânicos são encaminhados para o aterro localizado no Município de Minas do Leão, enquanto o material orgânico propício é utilizado no processo de compostagem, que é um processo químico de produção de um tipo de adubo.

A coleta domiciliar é a mais importante das atividades fundamentais de limpeza urbana, consistindo no recolhimento e no transporte dos resíduos sólidos. A coleta domiciliar é a atividade de maior volume, realizada de forma ininterrupta, com periodicidade e horários estabelecidos. No entanto, a quantidade de resíduos produzidos e o número de seus geradores cresceram de forma tão significativa, que passaram a necessitar de uma atenção diferenciada.

Dessa forma, entrou em funcionamento no Município, no ano de 1990, o sistema de coleta seletiva, através do DMLU. Conforme dados de 2008, a coleta seletiva recolhia o lixo seco uma vez por semana em 73 bairros e duas vezes por semana em 11 bairros. No total,

¹³⁸ “A compostagem é um método antigo de tratamento de resíduos orgânicos que imita o processo da natureza transformando-os em um tipo de adubo” (GONÇALVES, 2003, p. 25).

¹³⁹ Existe o interesse e algumas ações desse órgão em, por meio de licitação, terceirizar esse serviço de coleta, através da contratação de uma empresa. Dessa forma, partindo-se da consideração de que toda a realidade, inclusive a pesquisada não é estática, será considerada para fins dessa dissertação, o convênio existente esse órgão gestor e as associações, que se fazia existente, no mínimo até o término do período dessa pesquisa, em fins de 2008.

¹⁴⁰ As unidades de triagem ou usinas de reciclagem e/ou compostagem são os locais em que os trabalhadores desenvolvem suas atividades, onde “[...] o objetivo é separar os materiais recicláveis para enfardá-los e comercializá-los, e também separar a fração orgânica para a compostagem e, com isso, aumentar a vida útil do aterro sanitário” (GONÇALVES, 2003, p.53 e 54).

eram recolhidas 60 toneladas diárias de lixo reciclável ou reaproveitável, mas que, até então, representavam apenas 10% do total de lixo seco gerado na Cidade (Lixo Brasil, 2008).

Através de convênio, a autarquia pública encarrega-se de toda a coleta e a encaminha às conveniadas, às monitorando-as através do envio de técnicos às associações e de auxílio financeiro. Assim, o DMLU faz a fiscalização permanente de cada uma dessas unidades e repassa R\$ 2,5 mil para as associações, para a manutenção das máquinas e custeio, controlando-as em seus gastos e despesas, via prestação de contas, com a apresentação das notas fiscais até o quinto dia útil do mês subsequente.

Assim, contata-se que esse modelo parte de uma política ambiental, fundamental para um município desse porte, e se articula à geração de trabalho e renda, que pode ser considerada uma das principais demandas sociais na atualidade, fazendo com que tal convênio possa ser duplamente benéfico ao Município: no destino dos resíduos e na inserção produtiva.

Até aqui, buscou-se demonstrar a forma como está organizado o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Porto Alegre, desenvolvido pela Prefeitura Municipal, por meio do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, através de convênio estabelecido entre ela e as associações de reciclagem existentes, sem a pretensão de maiores análises e/ou considerações, mas no intuito de caracterizar o seu funcionamento. Assim, na seqüência realizar-se-á a descrição da estrutura e da composição das associações, a fim de caracterizá-las, para, após, analisar as evidências empíricas das mesmas.

4.2.1 Histórico das associações de reciclagem e a definição do lócus da pesquisa

A primeira associação de reciclagem de Porto Alegre, que também foi a primeira no Rio Grande do Sul, organizou-se na Ilha Grande dos Marinheiros¹⁴¹, em 1986, historicamente uma das regiões mais pobres da Cidade, sem saneamento básico e proteção ambiental, com o nome de Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, tendo surgido no contexto de um trabalho eclesial de base da Igreja Católica.

Com o crescimento e a repercussão do trabalho desenvolvido, o DMLU interessou-se pela experiência, que passou a servir de laboratório do programa de apoio à formação de

¹⁴¹ O premiado documentário *Ilha das Flores*, do cineasta gaúcho Jorge Furtado, feito na Ilha Grande dos Marinheiros, em 1989, mostrou que, na década de 80, era comum a disputa dos habitantes mais pobres da ilha por alimentos contidos no lixo, que era levado para a criação de porcos.

associações de reciclagem, adotado no ano de 1989 (MARTINS, 2005). Com o início da coleta seletiva no Município, em 2000, ela foi a segunda Unidade de Triagem que passou a receber cargas diárias dos materiais recicláveis.

Conforme explicitado anteriormente, atualmente existem 15 unidades de triagem de resíduos que possuem parceria com o Município de Porto Alegre (DMLU), envolvendo mais de 700 trabalhadores diretamente. Nesse contexto, a responsabilidade do Município encerra-se com o recolhimento e o transporte dos resíduos até os locais de triagem, cabendo aos trabalhadores a realização da triagem e a comercialização do produto, assim como a definição da dinâmica do trabalho e de distribuição da renda.

Para fins desta pesquisa, conforme explicitado na metodologia, foram escolhidas as associações apresentadas a seguir:

A) Associação de Triagem de Resíduos Domiciliares da Lomba do Pinheiro

Localiza-se na mesma área da Estação de Transbordo de Porto Alegre, cedida pelo Município. A estação de transbordo é o local para onde vão, inicialmente, todos os caminhões da coleta domiciliar de Porto Alegre. Lá, os resíduos que não são recicláveis e que não servem para a compostagem são pesados e transferidos para as carretas (com capacidade de transporte de até 53m³), sendo, depois, levados para os aterros sanitários.¹⁴²

A associação recebe, diariamente, diversas cargas de resíduos domiciliares para serem separados, e, após isso, os resíduos secos são prensados e embalados, enquanto os orgânicos passam pelo processo de compostagem. A maioria dos integrantes trabalha no processo de triagem, alguns se revezam na limpeza dos banheiros, e duas mulheres são responsáveis pelo preparo do almoço e a limpeza do refeitório.

Essa operação conjunta com a Prefeitura iniciou gradativamente em julho de 2000, tendo como objetivo capacitar os trabalhadores e avaliar as características dos resíduos processados e dos produtos obtidos na unidade em termos de recicláveis, rejeitos e composto peneirado (Lixo Brasil, 2008). Atualmente, trabalham 120 pessoas na associação, sendo predominantemente feminina a mão-de-obra desse setor de serviços, composta por 90 mulheres e 30 homens. Além disso, no local, existem 13 servidores do DMLU, na operação

¹⁴² Os resíduos sólidos domiciliares de Porto Alegre saem da estação de transbordo e são levados para a Central de Resíduos Recreio, que é um aterro sanitário pertencente à empresa Soluções Ambientais Ltda. Esse aterro está localizado no Município de Minas do Leão, distante 113km da capital (Lixo Brasil, 2008).

de equipamentos de transporte e no auxílio técnico para a transformação do resíduo orgânico em compostagem.

Nesse local, a triagem é realizada em duas esteiras de 30 metros cada, onde todos os materiais recicláveis são separados e os rejeitos são retirados, para serem prensados os materiais recicláveis, enquanto a matéria orgânica com o maior grau de pureza (menos misturada com plásticos e demais materiais) é encaminhada ao pátio de compostagem.¹⁴³

A separação de rejeitos na esteira, tais como madeiras, trapos e outros, além dos plásticos não recicláveis, que possuem elevado volume, diminui os custos operacionais em revolvimento e peneiramento do composto. O percentual de recicláveis na Unidade de Triagem e Compostagem do Município de Porto Alegre corresponde a 8,9% (média de 2006) (Lixo Brasil, 2008).

B) Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada

Foi formada há 11 anos, inserida em um conjunto de ações relativas ao reassentamento da vila “Cai-Cai”, antiga vila existente às margens do Guaíba, que estava sofrendo com impactos sociais e ambientais em diversos aspectos, como precárias condições sanitárias, habitacionais e de saúde dessa população. Nessas ações, que foram uma escolha da população de Porto Alegre, através do Orçamento Participativo, estiveram envolvidos vários órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, tendo como objetivo o reassentamento e a melhoria das condições de vida da população, transferindo-as ao loteamento da Cavalhada.

A construção da unidade de triagem teve por objetivo garantir o sustento das famílias, que, anteriormente, eram catadoras de materiais reciclados nas ruas da Cidade, tendo na separação e na venda desses materiais a sua forma de sobrevivência. Esses trabalhadores não passaram por um processo de qualificação, pois já trabalhavam com a atividade, mas foram orientados a se organizarem em um grupo, culminando com a formação da Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada.

¹⁴³ A matéria orgânica proveniente da triagem dos resíduos sólidos domiciliares em esteira de catação é disposta no pátio de compostagem com os outros resíduos orgânicos (lodo do DMAE, lodo industrial, palhas, resíduos de hortifrutigranjeiros e resíduos de podas). O revolvimento das leiras é realizado com uma retroescavadeira, com frequência determinada pela temperatura. A umidade é controlada pela irrigação do lixiviado gerado no pátio de compostagem. É realizada a medição sistemática da temperatura das leiras e análise do composto orgânico produzido. O composto orgânico é destinado a produtores e comercializado, gerando renda à associação (Lixo Brasil, 2008).

Na época, foram construídas as casas e, em negociação entre moradores e Prefeitura, foi assegurada a construção de um galpão de reciclagem, que levou à formação da associação. Após um ano e meio, foi entregue a unidade de triagem à Associação, que começou a funcionar com o auxílio da Prefeitura e do Movimento Nacional de Catadores, que atuou na coordenação da associação até fins de 2005,¹⁴⁴ devido à forte tensão¹⁴⁵ existente entre este e o DMLU.

Com relação aos seus integrantes, trabalham 41 pessoas na associação, aparecendo novamente o predomínio da população feminina, com 31 mulheres e 10 homens. Essa associação recebe do DMLU, diariamente, de duas a três cargas de material seco para que seja separado, prensado e embalado. Além disso, recebe carga de resíduos hospitalares, que são separados em outro galpão existente no local.

Nesse contexto, o espaço físico é composto por dois galpões, sendo o maior destinado à seleção do resíduo seco, ao armazenamento e à prensa, local em que a maioria dos integrantes desenvolve suas atividades. O galpão auxiliar é onde se realiza a triagem dos resíduos hospitalares, através de uma esteira.

O presente item objetivou descrever a estrutura das associações, no intuito de caracterizá-las, para tornar possível a análise do próximo item. Assim, na seqüência, apresentam-se evidências empíricas e qualitativas da pesquisa, a fim de responder o problema de pesquisa e os objetivos, apontando as possíveis contribuições que o Serviço Social pode dar a esses empreendimentos com vistas ao fortalecimento dos sujeitos e de iniciativas dessa ordem. Por fim, são feitas algumas considerações críticas acerca da Economia Popular Solidária.

¹⁴⁴ O Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) esteve presente nessa associação por diversos anos, ocupando cargos da direção. No entanto, a partir de 2005, o Movimento foi retirado numa ação do DMLU, que exigiu a realização de votação para a formação da diretoria, já que o MNCR se posicionava contrário à prefeitura.

¹⁴⁵ A disputa entre o Movimento Nacional dos Catadores e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana existe deste o período em que o MNCR estava presente na direção dos empreendimentos, posicionando-se a respeito da situação e tencionando melhorias.

4.3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E QUALITATIVAS DA PESQUISA

Apresentam-se, neste item, alguns resultados obtidos através da realização da pesquisa empírica nos empreendimentos de Economia Popular Solidária, provenientes da realização de entrevistas individuais e de observação sistemática. Esses dados foram organizados, sistematizados e interpretados através da técnica de análise de conteúdo, privilegiando as falas dos entrevistados, que são significativas e revelam algumas considerações relacionadas à forma de organização e aos integrantes.

Conforme delimitado anteriormente, a investigação foi realizada junto a duas associações de reciclagem, com a finalidade de dar visibilidade às possíveis diferenças entre estas, seja de organização do trabalho e processos decisórios, seja na caracterização dos sujeitos. Entretanto, com a realização do estudo, foi possível perceber que esses empreendimentos e os indivíduos integrantes dos mesmos não possuem diferenças que justifiquem a realização de análise separadamente, ou mesmo que permita análises comparativas.

Destaca-se que, para a realização das entrevistas, não houve a intenção de recorte percentual ou por gênero, conforme foi explicitado na metodologia da pesquisa; no entanto, no total, foram realizadas 10 entrevistas, com cinco homens e cinco mulheres, quantificação esta, em parte, ocasional, mas também pela maior disponibilidade dos homens para participar da pesquisa, apesar de a população feminina ser predominante em ambas as associações.

Por fim, ressalta-se que a realização deste estudo possibilitou compreender os aspectos relacionados ao trabalho nas associações, que compreendem os processos e as condições de trabalho. Permitiu, também, detectar-se o perfil desses trabalhadores, suas condições e projetos de vida e, ainda, ampliar as informações sobre a Economia Popular Solidária, seu significado para os indivíduos inseridos e a forma e a condução dos processos decisórios nos empreendimentos.

4.3.1 Breve relato histórico das associações a partir das falas dos sujeitos

No início da investigação, verificou-se que as associações pesquisadas não possuíam documentos que viabilizassem a análise documental dos processos de tomada de decisões cotidianas, possuindo somente atas de eleição dos dirigentes e de fundação, mas que neste último caso, nem permanecem em posse das mesmas. Para evidenciar esse fato, utiliza-se o depoimento de um dos entrevistados:

Até onde eu saiba, todos os documentos legais da associação ficam lá no DMLU; o único documento que fica com a gente é a ata, que tá registrada em cartório, que comprova que eu sou a representante legal da associação, mas as anteriores ficam guardadas no DMLU (n.6, Associação B).

Além disso, há indicação de que esses documentos e o registro das decisões coletivas, não possuem importância, o que pode ser observado no depoimento que segue:

Eu procuro não tomá decisão sozinha, eu procuro, dependendo da decisão, em conjunto com todo mundo, opinião de todo mundo, pra mim, eu acho muito produtiva. [...] Mas a gente não coloca em nenhum lugar o que a gente resolveu, não, porque o que a gente geralmente faz é assim, pra decidi alguma coisa como o horário de trabalho, que a gente já decidiu trabalhá até as cinco e meia e não até as seis hora; tínhamos meia hora de café, então em vez disso, 15 minuto; é isso, em geral assim, não se tem um registro assim, porque a gente não faz nada assim, que precise.... a gente procura pará 15 minuto, pra não acumulá muita coisa. Só tem mesmo a ata da votação né, o número de votos que cada um foi eleito, pra que foi eleito, tudo tá documentado sim (n.6, Associação B).

Desse modo, a inexistência da documentação também impede que se avalie o processo, que se registre a história e seus avanços, retrocessos, não permitindo, a avaliação das ações e o aprimoramento das estratégias. Nesse caso, pela falta de documentação para a busca dos dados, reconstitui-se o processo pela via oral, para a apropriação da realidade pesquisada e para conhecer os diferentes processos históricos e constituintes da formação dessas associações, que é distinto, mesmo que em ambas exista, na sua formação e na sua manutenção, a presença do incentivo do poder público para sua operacionalização.

Sob esse aspecto, a associação existente no Loteamento Cavalhada foi formada por indivíduos que tinham sua história de vida marcada pela estratégia de sobrevivência relacionada aos atos de catar, separar e comercializar o material reciclável.

Desse modo, verifica-se que a associação foi criada a partir da demanda dos próprios indivíduos, que, antes mesmo de seu deslocamento, já pleiteavam a criação de um local de trabalho para manterem suas atividades, demonstrando, assim, uma consciência coletiva e

política que foi fundamental para a sua operacionalização. O relato seguinte exemplifica essa situação e ainda carrega todos os significados afetivos atribuídos ao local de origem, além da busca pelo trabalho, a insegurança, as perdas, os sofrimentos, as dificuldades e as angústias.

Olha, quando eu morava lá na Cai-Cai, onde nós morava, a gente trabalhava já com papel, mas aí, nessa época, eu ainda tinha o meu esposo, ele trabalhava fora, e a gente na ajuda. Lá, assim, eu tinha uma vida maravilhosa! Agora, a partir de que nós viemo pra cá, foi proibido trazer os carrinho de papel, que nós puxava papel, sabe... foi proibido de trazer os carrinho pra cá. Mas antes de nós vim pra cá, nós já vinha há uns dois ano, desde que eles fizeram o cadastramento das casa, a minha família, minha filha e eu, a gente já reunia as outras pessoa, e nós vinha brigando por esse galpão, e a nossa proposta foi essa: [...] que nós só sairia de lá se nós tivesse um local pra trabalhar, porque lá era nosso trabalho e quando viesse pra cá não poderia trabalhar. Era na época que era o doutor “fulano de tal”, aí ele prometeu pra nós que ia consegui fazê um galpão, que nós nem sabia como era um galpão, porque nós trabalhava por conta, né. Aí, quando nós viemo pra cá de muda, nós ficuemo um ano e meio sem trabalhá, a gente, todo mundo, largava ficha em tudo que era lugar, currículo em tudo que era lugar, pra conseguir emprego, trabalho, muitos pouco conseguiram, até porque falavam que a gente era lá da “beira do rio”, e ninguém dava trabalho... aí, cada um ia sobrevivendo como podia, né, mas eu ainda tive a infelicidade de quando eu cheguei aqui, meu esposo veio bom de lá, mas ele não queria sair de lá, ele era uma pessoa de idade avançada, eu cheguei aqui, ele veio de lá com nós caminhando bem, e, logo em seguida, dois mês depois eu perdi ele... aí a coisa ficou mais difícil, eu fiquei com quatro menor, uma hoje é da diretoria aqui, a fulana, que ela na época tinha 15, ia fazê 15 ano. Tinha a minha netinha, que é neta e filha, que ela tinha dois aninho, a outra sete ano e dois filho doente. Aí, quando a gente, um ano e meio depois que ficou pronto aqui (galpão), aí nós comecêmo a trabalhá aqui, primeiros dias, primeiros mês, foi meio... difícil, mas depois, graças a Deus, melhorou bastante (n.1, Associação B).

Já a associação existente na localidade Lomba do Pinheiro possui uma história diferenciada de formação, mais relacionada à necessidade do Município de Porto Alegre em criar um grande espaço para destino dos resíduos sólidos e orgânicos do que propriamente pela demanda e organização dos próprios trabalhadores, que, após a criação do galpão e o estabelecimento dos demais aspectos da estrutura de funcionamento, foram ingressando na mesma. Essa associação, assim como a do Loteamento Cavallhada, é composta, principalmente, por moradores das imediações, mas esses, em geral, não desenvolviam atividades como catadores, mas estavam desempregados e formaram um coletivo de trabalhadores que foi orientando a se organizarem na forma de associação.

Já faz sete ano já que tô aqui, desde o início, ih... No início, era tudo diferente, as esteira tudo... até nós não podia mexê nas prensa, as mulher da Prefeitura aqui, botavam a cadeira aqui, e nós botava as coisa na prensa, e elas que ligavam e desligavam, nós não podia botá a mão, agora a gente tá tudo à vontade, mas primeiro não, a fulana [DMLU] e outros cara iam pra esteira, ajuntavam até bicho morto aí, eles iam pra esteira também, parece mentira, mas isso aqui, primeiro trabalharam uns dois ou três mês entre uns 15, eles [funcionários DMLU] começaram com uma mixaria de gente, eles mesmo, e depois que arrumaram umas 50 pessoa pra botá aqui. Eu moro ali na "x", daí, nós moramo tudo junto, semo que nem uma irmandade ali, daí nós desempregado, viemo ali e ficamo sabendo da oportunidade né, daí viemo ali, e daí deu certo, né, viemo pra cá. Daí, quando nós começamo aqui, eles mudaram os documento nosso, daí me chamaram na Prefeitura, daí tinha a "fulana, fulana e fulana", e nós fomo lá na Prefeitura, lá perto do mercadão de peixe, lá no centro, no segundo andar, eu acho, e daí fizêmo os documento, nós assinamo tudo lá, foi daí quando nós viemo pra cá, pra tocá o serviço (n.9, Associação A).

Assim, esses aspectos históricos evidenciam as maiores diferenças entre cada uma das associações pesquisadas: uma foi formada via conscientização política dos trabalhadores, e a outra, a partir de uma necessidade existente. Porém ambas revelam que *interesse, necessidade e conveniência* ao poder público foram fatores determinantes para a criação e permanência delas e das outras associações de reciclagem criadas no período. Dito isso, os demais aspectos a serem abordados demonstram as semelhanças existentes na percepção e no significado individual e coletivo das associações, nos processos e relações de trabalho existentes e nas características dos indivíduos que integram essas experiências.

4.3.2 A Economia Popular Solidária

As associações de reciclagem pesquisadas, por suas características,¹⁴⁶ compreendem o que se delimitou por Economia Popular Solidária, no entanto, as estruturas de gestão, na prática, distanciam-se da concepção solidária apontada nos referenciais teóricos específicos, dada a realidade de gestão desenvolvida, dos processos participativos e decisórios.

Quando se investiga a estrutura comum aos empreendimentos¹⁴⁷ sob a concepção solidária, uma das principais características refere-se à forma coletiva de gestão com igualdade entre os participantes, tendo em vista que, “numa organização de autogestão, a *coletividade* exerce os poderes de governo através de *ação direta*” (CARVALHO, 1983, p. 95, grifos nossos). No entanto, percebe-se que, nas associações pesquisadas, a gestão é

¹⁴⁶ Refere-se, em especial, as características relativas aos indivíduos e à necessidade de organização coletiva para o suprimento das necessidades básicas.

¹⁴⁷ Realizada no capítulo 2

desenvolvida de forma não-coletiva, realizada pela coordenação dos empreendimentos, como descreve um próprio integrante da coordenação de um deles:

Primeiro de tudo a gente faz uma reunião com a coordenação, o que a coordenação decide é o que é feito. Daí nós fizemo [coordenação] a reunião com todo mundo, e o que a gente decidi vale pra todos. Primeiro, tudo vai pra coordenação, e o que a gente acha, a gente faz uma reunião com todo mundo e repassa. A gente procura fazê o melhor pra todo mundo, a gente procura fazê pro bem, mas sempre acabam falando o que não devem, daí é melhor que a gente decida por todos, pra evitá os tumulto aqui (n.8, Associação A).

Dessa forma, evidencia-se que a participação dos integrantes nos processos decisórios é inexistente, pois tais estruturas de gestão despotencializam o processo democrático, em que a coordenação dos empreendimentos assume a função de “chefe/patrão” dos demais, adotando todas as características de uma relação hierarquizada de trabalho, onde a coordenação decide e aos demais não é possibilitada a participação.

Ah, aqui tudo é decidido na coordenação, então eles que decidem, não faz uma reunião pra todos votá e vê se querem as coisa, não tem a apresentação das contas, sabe né, eles não apresentam pra nós quanto foi recebido menos as despesa que a associação teve. É assim, aqui é assim... sabe, aqui não existe união, se existisse a gente poderia se junta pra pedi pro DMLU colocá alguém aqui dentro, pra fiscalizá o dinheiro e a coordenação. Isso aqui dá muito dinheiro, não pra nós, quem trabalha... [risos]. Eles não se juntam pra exigí uma mudança e a prestação das conta, é dividido e pronto, porque aqui a maioria, muitos têm medo de se mandado embora (n.10, Associação A).

A partir desse fragmento da fala de um dos entrevistados, percebe-se que não há transparência dos aspectos administrativos aos integrantes em geral da associação, os quais, ao não serem comunicados das decisões, se tornam descrentes em relação à coordenação, nos aspectos financeiros, situação esta que lhes provoca indignação, mas não leva a uma atitude coletiva no sentido de exigirem uma prestação de contas e/ou fiscalização, porque existe o receio de serem afastados.

Nessa direção, as reuniões e as assembléias, quando realizadas, são para resolver conflitos internos ou relativos à produtividade, situação sobre a qual alguns trabalhadores, muitas vezes, alienados nessa relação, não possuem uma visão crítica:

Aqui é bom, o chefe é mais a “fulana” [coordenadora], ela que ta toda hora em cima da gente cobrano, né, se a gente fica parado, pra gente botá a mão, pra tentá tirá um dinherinho a mais no final do mês né, eu acho que ta certa ela, tem que ficá em cima das pessoa do jeito dela, as vez tem uns que fica parado, pára ali, e não tão trabalhando (n.7, Associação B).

Outros verbalizam a percepção de que as questões relativas à associação deveriam ser decididas por todos os integrantes, por meio de assembléia ou reuniões coletivas, por envolverem questões que interessam a todos e, até mesmo, por se refletirem, algumas vezes, nas remunerações:

Antigamente, era feito reunião pra todos decidi as coisa, depois que entrô essa cordenação aí... agora é ela [coordenadora] e ele [vice] que decide tudo ali, e nós só fiquemo sabendo por fora. Olha, acho que faz mais de dois ano que não tem reunião aqui pra decidi as coisa, mas tem muita coisa errada, eu e ele sabemo. Eles se trancam lá dentro e decidem tudo como eles querem, e a gente não participa dessas reunião [...] Mas acontece que isso daqui é uma associação! Eles têm que chamá nós e dizê “óh, a gente vai precisa tanto [R\$] pra isso, isso e isso”, daí todo mundo vai tá sabendo, mas não, é tudo por conta deles. Isso aí é errado, só que, quando a gente fica sabendo a gente vai em cima deles, mas daí já foi (n.9, Associação A).

No entanto, mesmo que parte desses trabalhadores perceba a existência de equívocos na gestão relacionados à coordenação dos empreendimentos, existem, regras criadas por eles mesmos, que lhes limitam as possibilidades de enfrentamento e resistência a partir da eleição de novos dirigentes, tendo em vista que o nível de escolaridade exigido é diferente da escolaridade média da maioria absoluta dos integrantes.

[...] ninguém pode fazê nada, porque na hora que vão fazê uma reuniãozinha pra botá alguém na cordenação, tem que tê segundo grau, e ninguém tem. Essa cordenação já tá a mais de dois ano, diz que a “fulana” [DMLU] falou que o “cicrano” [vice presidente] já era pra tê saído faz um ano, que nós tinha que trocá de cordenação, mas vai botá quem? E daí fica naquela, ninguém tem estudo pra mexê no computador, fazê as conta tudo isso, né, eu não sei nada e ninguém também (n.9, Associação A).

A partilha dos resultados econômicos dá-se mediante um processo de fiscalização das presenças, sendo as remunerações calculadas pelos dias trabalhados por cada um dos integrantes. Essa é mais uma das características apontadas pelos indivíduos que lhes permite concluir que, nessa relação, nada há de diferente do que possuir “patrão”.

Ah... tem as chamada, todo dia de manhã e de tarde, se não tá a assinatura da pessoa, é falta, se não pode vim, é falta e não recebe. Então, é por isso que eu disse pra senhora, não dá, não dá pra dizê que não é um patrão, tem um livro ponto, tem pessoa que manda [...] (n.1, Associação B).

Também, possuem a percepção de que nesse espaço, que deveria ser igualitário, algumas pessoas podem estar sendo beneficiadas pelo trabalho coletivo, ou seja, traços característicos do modo de produção capitalista ao qual estão inseridos, de utilização da

exploração do trabalho para a geração da mais-valia, que é acumulada pelos “donos dos meios de produção”.

Olha, vô te dizê que, aqui, o dinheiro é pago pelos dia que a gente trabalha, né, mas não se sabe se o dinheiro é aquele mesmo, se tá certa a conta...isso aqui é uma máquina de fazê dinheiro, muito, mas não se sabe pra quem... [risos] (n.10, Associação A).

No entanto, a concepção teórica a respeito da geração de renda nos empreendimentos de Economia Popular Solidária considera que a renda seja formada com as sobras resultantes do trabalho coletivo, divididas igualmente entre os trabalhadores, sem a perspectiva de obtenção de lucro e/ou exploração para tanto, o que é mais uma compreensão ideológica, a qual, nas experiências analisadas, não corresponde à realidade prática.

Nesse sentido, não há prestação de contas, quanto à receita e às despesas, provocando nos entrevistados a crença de que a coordenação está sendo beneficiada.

[...] é ela [presidente] quem faz, ela que faz as conta, só ela e aquela gorda que tá toda hora pra lá e pra cá, que tá desesperada pra sabê o que é que eu tô falando. Elas que fazem a partilha, às vez até essa minha [filha] que entrô aqui antes, que é da diretoria, as vez nem ela pode ficá, é sigilo, daí, dá o que dá, e a gente, se a gente reclama, daí ela [presidente] diz “não qué, vai pra rua”. É assim, e, daí, as pessoas que precisa não falam nada, pra não ir pra rua, pois elas depende disso. E tem umas que são bem mais privilegiada (n.1, Associação B).

Antigamente, tinha uma tal de “fulana” e o “cicrano”, faziam reunião tudo na “x”, pegavam dois ônibus, levavam tudo nós pra lá, mas vinha o pessoal do centro, da Prefeitura, os chefão aí, falavam no microfone tudo como é que era, e eles liam a folha [prestação de contas], “ó, deu tanto disso, tanto daquilo, foi depositado isso, quanto deu o peso das prensa”, tudo era falado, e, agora, ninguém fala mais, ninguém sabe de nada (n.9, Associação A).

Essas e outras características fazem com que o significado atribuído à Economia Popular Solidária pelos trabalhadores inseridos nesses empreendimentos não corresponda à compreensão teórica e ideológica da sua conceituação. Para esses indivíduos, fazer parte desses empreendimentos não se diferencia de qualquer espaço em que exista uma relação de cobrança por assiduidade, desempenho e produção, além de existir insegurança quanto à manutenção da vaga, e também em revelar o que ocorre:

Eu: O que significa para você fazer parte de um empreendimento de Economia Popular Solidária como a associação?

Ela: Como assim?

Eu: Que todos são donos, que não tem um chefe, é associativo, cada um... [ela me corta] e diz: mas aqui... não dá pra dizê assim!

Eu: Não?

Ela aponta para o gravador e diz: Ta gravando, né? [suspira... receosa de continuar a falar]

Eu: A Senhora pode me falar, conforme eu lhe falei, esse material que estou coletando nas entrevistas de vocês será para a minha pesquisa, e ninguém terá acesso à sua identidade, seu nome... a senhora pode ficar tranqüila.

Ela: Não dá pra dizê que não tem um chefe. Aqui “Deus o livre”, aqui, a gente teje doente, ou não, tem que trabalhá igual, é mandado, é... é descontado, é muita coisa, assim... muita pressão em cima, eu, pra mim não, eu não tenho muita queixa, assim, mas porque eu não falto serviço, é como dizem elas “falta o galpão, mas não falta eu”... (n.1, Associação B).

Além disso, conforme citado anteriormente, entre as características apontadas na compreensão teórica desses empreendimentos, está a introdução da concepção de solidariedade nas relações e nos comportamentos econômicos, como um dos principais diferenciais e significados. Isso apresenta-se nas falas como sinônimo de ajuda ao próximo, mas como algo forçado, como mais uma exigência em benefício de alguns.

Aqui, eu digo, tem respeito entre todos, mas não tem união, pra que as coisa sejam diferente. Esse negócio de se ajudá, aqui não acontece, como uma vez que o “fulano” (vice-presidente) tava doente, todo mundo tinha que dá um real pra ajudá ele comprá os remédio, porque senão tinha aquela pressão deles, e como todo mundo tem medo de sê tirado daqui, né, aqui é a única coisa que a gente ganha o sustento, né, daí a gente se obriga a ajudá, mas é só com alguns que isso acontece (n.10, Associação A).

Com relação ao convênio com o órgão gestor da coleta do Município, considera-se que seja de extrema importância aos empreendimentos, pois possibilita o material necessário para a realização do trabalho, sem que os trabalhadores necessitem “catar” nas ruas. Além disso, é disponibilizado um auxílio financeiro aos empreendimentos, para a manutenção das despesas. No entanto, esse apoio é considerado incipiente, posto que eles dizem:

[...]eles deixam muito a desejar na relação de parceiro que eles querem que a gente diga, não, não, e eu, mentira não é comigo. Eles se “gavam” de dar um repasse de R\$ 2.500,00 por mês, tu acha que dá pra quê? Esse dinheiro não é nada, não dá nem pra arrumar o que tá estragado. Tu vai ver que a realidade não é assim como eles pintam (n.6, Associação B).

Nesse contexto, o valor repassado mensalmente à manutenção dos empreendimentos pode ser também considerado insuficiente para quaisquer tipos de reformas na estrutura dos galpões, compra de equipamentos ou mesmo de melhorias nas condições de trabalho. Além

disso, esse valor é fixo para todas as associações, não reconhecendo, assim, as variações no número de integrantes ou casualidades que possam, porventura, interferir na manutenção do empreendimento ou nas condições de vida.

Ainda com relação ao convênio, os sujeitos demonstram insegurança com a condição variável de renda e com a informalidade,¹⁴⁸ estando presente em muitos relatos a compreensão de que o órgão gestor deveria contratá-los, ou, ao menos, pagar suas contribuições sociais, revelando, assim, a compreensão da importância do trabalho que realizam.

[...] nós já batemo o pé aqui com eles, porque que a Prefeitura não faiz pra nós, pra pagá um salário pra cada um de nós, e a Prefeitura toma conta aqui? Daí a Prefeitura dá um salário fixo pra nós, sei lá, uns 300-350, né; daí todo mês nós sabia que ia recebê aquilo certinho, vinha ali. Daí eles falaram que não, que aqui é uma cooperativa, que a Prefeitura não tem nada a vê com isso, né (n.9, Associação A).

Aqui eu até achava interessante que nós fosse mais reconhecido pela Prefeitura, eles deveria pagar pelo menos o nosso INSS, tava de bom tamanho, o certo que era que eles fizesse concurso ou que fosse contratado, pra agente ambiental... a Prefeitura deveria abraçar a nossa causa, porque nos tamo fazendo uma coisa pra eles (n.6, Associação B).

Afora isso, esses trabalhadores consideram que dificuldades recorrentes ao longo de toda a trajetória das associações, como a apropriação indevida da renda coletiva, seriam solucionadas com a inserção do órgão gestor na organização dos empreendimentos:

Eu acho que tem problema de muito rôbo, e daí, a Prefeitura entrando, nós pensamo que daí ia melhorá, não mexe né. De manhã cedo, eles tavam bem cedinho aqui organizando, nós achemo que ia se melhor, todos nós falemo isso, que melhora, porque, bota um aqui, roba, bota outro, roba, todos roba, toda vida foi assim, não é de hoje. Teve uma presidente aqui que a filha dela fez 15 ano, dois mês depois que ela tava na cordenação, e ela comprô 80 caixa de cerveja, de onde é esse dinheiro? Alugô salão, salgadinho, tudo, de onde? Pra nós, não sobra 50 pila pra gente compra um churrasquinho, não é verdade?(n.9, Associação A).

No entanto, a partir do exposto, pode-se pensar que esse convênio certamente oferece benefícios financeiros, políticos e ambientais ao órgão governamental, que é gestor da coleta do Município, pois, primeiramente, reduz custos na destinação dos resíduos, assim como

¹⁴⁸ Trata-se do trabalho desprotegido “sem vínculo formal, mas diretamente vinculado à produção capitalista”, sendo que, a insegurança proveniente dessa condição corresponde ao fato de que esses empreendimentos, ao desenvolverem uma modalidade de trabalho informal, “[...] em lugar de garantirem proteção social ao trabalhador, ampliam o campo da exploração do capital ao trabalho” (TAVARES, 2004, p. 52).

produz um destino ambientalmente mais benéfico, e, por fim, possibilita a geração de trabalho e renda à população.

Também, com esse convênio, o órgão gestor é desresponsabilizado por quaisquer relações e/ou situações de trabalho que ocorram com esses indivíduos, pois, estando esses trabalhadores organizados na forma de associação, inexistente um vínculo empregatício. Assim, essas ações implicam em uma “proposital inclusão precária e instável, marginal” (Martins, 2003), pois:

[...] são políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E também ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes (MARTINS, 2003, p. 20).

Nesse contexto, o Estado faz a aliança com o capital para a geração de lucro e não com o trabalho, pois, ao invés de desenvolver suas funções, participa da exploração e se beneficia dela. Nessa direção, no próximo item, analisam-se as características do trabalho nas associações pesquisadas, seus processos de trabalho, as condições em que este se realiza, sua importância e seu significado e, a renda obtida com a atividade.

4.3.3 Trabalho

Com relação aos processos de trabalho desenvolvidos nos empreendimentos, pelos sujeitos que deles participam, identifica-se que as forma de organização do trabalho e da produção são coletivas, porém cada um tem a sua função pré-determinada. Esse é um traço característico do modelo de produção Taylorista/Fordista, com distribuição das atividades para a diminuição do tempo e aumento da produtividade. Observando-se as questões de gênero e escolaridade, constata-se que os homens ficam com as tarefas que requerem maior força física, as mulheres, com as atividades de triagem, e as pessoas com maior escolaridade, nas funções de coordenação.

Cada um tem a sua função né, cada um tem o seu lugar. Lá na frente [carregamento dos resíduos e distribuição nas esteiras] é seis homem, aqui [prensa e sucata] é seis homem, se não tivé o lixão ali, não tem nada pra nós fazê, pára tudo. Quando chega o material, as máquina funcionam, as mulher separam e todo mundo trabalha, cada mulher tem o seu lugarzinho na esteira [...] (n.9, Associação A).

Enquanto que, a concepção de coletividade refere-se à compreensão do quanto cada um depende do trabalho do outro, porém, mais do que uma questão solidária, significa a necessidade de que cada um desempenhe a sua função da melhor forma possível, para que os resultados econômicos sejam satisfatórios para todos.

Nóis temo que metê a mão no serviço, pra ganhá uma renda melhor, e, pra isso, as mulher tem que separá mais no cesto, que tudo o resto vai dependê disso (n.7, Associação B).

Esses indivíduos expressam diferentes entendimentos acerca de seus processos de trabalho e demonstram o significado maior que o trabalho tem para eles, expresso em “*O jeito é abaxa a cabeça e ir à luta, trabalha, eu tenho um filho pra cria, ele vai fazê um mês dia 4 (n.7, Associação B)*”. Esse fragmento da entrevista de um dos sujeitos, que pode ser considerado singelo e breve, revela o amplo significado do trabalho para eles, que, enquanto categoria, compreende um processo determinado de produção de valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais.

Os elementos que compõem o processo de trabalho são: “1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX; ENGELS, 1989, p.202). Nessa direção, tais elementos aparecem exemplificados pelos indivíduos, a partir de sua realidade:

“1 – A atividade adequada a um fim”

*Olha, aqui todo mundo depende do outro, a gente depende que venha a coleta, o material, né, e que as mulher que trabalham na rasgação [esteira] separem tudo direito, daí tem os bombonero, que trazem tudo pra baixo e nós prensamo tudo e embalamo, **pra depois se vendido**, é isso aí (n.10, Associação A).*

“2 – A matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho”

*Aqui, cada um tem seu lugar, as guria aqui é só o **hospitalar**, lá em cima é só o **reciclável**, que vem das coleta seletiva. Tem dois guri que carregam os material que a gente separa, e os outros que ficam ali embaixo, nas prensa (n.5, Associação B).*

“3 – Os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”

*O **caminhão** chega, a gente sai do cesto, pra não cai nenhum material em cima da gente, as vez pode jogá forte, daí a gente fica aguardando até eles terminá de jogá pra gente voltá pro **cesto**, daí a gente separa as coisa, aí eles botam no... ali, no... **naqueles lugar**...e depois eles **prensa e embala** pra vendê (n. 4, Associação B).*

Entre as principais atividades e/ou tarefas desempenhadas nas associações de reciclagem estão: o trabalho de triagem nas esteiras, atividade realizada em ambas, com o

diferencial de que, em uma delas há separação do material hospitalar, e, na outra, de todo o material da coleta domiciliar; a separação dos materiais recicláveis nos cestos; a triagem e a separação do cobre na sucata e das garrafas e demais vidros; a atividade nas prensas; as fiscais de esteira e seleção; e o trabalho direto nas questões de coordenação e apoio.

Nas duas associações, o trabalho é desenvolvido diariamente, de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e da tarde, com particularidades em horários e turnos de cada uma delas. Na associação existente no Loteamento Cavallhada, o trabalho é realizado em horários e turnos diversificados, sendo destacados no relato, intervalos, horário de almoço e folga semanal:

Dias de trabalho é segunda a sexta, né. Na segunda, a gente trabalha das oito até as onze e meia, e daí pára, e daí pega a uma e vai até as cinco, na segunda. Daí, na terça-feira, já muda, pega das oito às onze e meia, pára, daí a uma hora a gente pega de novo, né, depois da parada pro almoço, e pega até as seis. Só pára no turno do café, que é as três hora. E, na sexta, nós já soltemo cedo, né, que daí eles dão essa vantagem, solta as onze e meia e fica de tarde em casa, folga de tarde em casa, na sexta (n.2, Associação B).

Já na associação da Lomba do Pinheiro, o relato feito pelo integrante mostra outros horários e turnos de trabalho desde a sua criação:

De primeiro, era só cinqüenta pessoa, né, daí nós pegava das sete da manhã a uma da tarde, daí ganhava bem assim, nós tinha uma ajuda do Governo, acho que era oitenta real pra cada quinzena, né. Daí, depois, nós trabalhava das sete às três, e, agora, mudaram, é das oito às quatro, mudaram por causa do frio, né, de segunda a sexta. E se tem um feriado na quarta ou quinta, daí eles querem que nós trabalhemo no sábado, por causa do feriado, porque a gente não ganha o feriado aqui, mas ao menos não é um dia de trabalho pra gente recebe a menos (n.10, Associação A).

Entre as questões apontadas pelos trabalhadores de uma das associações, está o fato de que a coordenação não participa efetivamente do trabalho de reciclagem, tendo esses integrantes um tratamento diferenciado dos demais, pois se envolvem apenas em funções administrativas, enquanto os outros trabalham “pesado”. Mas, no final do mês, é preciso dividir os rendimentos, o que faz com que os indivíduos tenham a percepção de que trabalham, enquanto os outros não.

De primeiro, a cordenação eram só duas, chegavam cedo aqui, uma delas ficava na cordenação, e a outra ia trabalhá na esteira, ficava uma só ali [sala/escritório], depois elas se trocavam, vinha uma pra esteira e a outra ia pra lá, era melhor, mas não tinha comida, cada um trazia de casa uma panelinha e esquentava ali. Agora, como eu te disse, tem uns 15 na cordenação e eles ficam na sala, ou então, de fiscal, mas eu não entendo por que tanto, por que por acaso, aqui é uma firma e ali é outra? A mesma fiscal podia cuidá as duas esteira, pra eles trabalhá também, né. Daí tem dois ou três que saem fazê as venda, ficam o dia todo na rua, daí tem outra mulher que tá fazendo venda na rua, vendendo outros produto, então, nenhum deles trabalham aqui. Tu vai ali no escritório, tem cinco ou seis ali o mês todo. Chega no fim do me,s a gente tem que dividi o dinheiro com aqueles que tavam ali, isso que é um pouco ruim (n.9, Associação A).

No entanto, na outra associação, essa questão não foi levantada por nenhum dos trabalhadores entrevistados, mas a coordenadora relatou ser o seu trabalho na reciclagem um diferencial desta em relação às outras associações, afirmando que, quando tem disponibilidade, se envolve diretamente na separação do material. Entretanto, tal afirmação não foi constatada durante todo o período de pesquisa nos empreendimentos.

Eu boto a mão mesmo, eu venho as vez bem dondoca, mas eu boto o meu jaleco e vô trabalhá. O pessoal da coordenação dos outros galpão ficam apavorado que eu meto a mão, porque, nos outros, os coordenador e suas família não botam a mão, essa é a realidade dos outro galpão, não é assim como tu tá achando, nos outros galpão é diferente daqui (n.6, Associação B).

Nesses locais, as condições de trabalho podem ser consideradas precárias, em razão de que as atividades oferecem muitos riscos à saúde e à integridade física dos indivíduos, que, geralmente, não utilizam equipamentos de proteção individual para a separação do material, seja pela inexistência dos mesmos – “Desde que eu tô aqui, nós nunca utilizemo, mas também nunca peguei nada (n.7, Associação B)”, seja por não terem a consciência de sua importância, relatando não gostarem de usar itens de proteção e segurança. Quando os usam, são apenas as luvas e os jalecos, não sendo utilizadas botas e demais equipamentos adequados, conforme o relato:

Antigamente, nós tinha, mas agora não. Só luva, mas óculos não, até uma vez eu peguei um “spray” e fui colocá numa camiseta manchada, só pra vê como ficava, mas veio tudo na minha cara, nos olhos, aiaiaiaiai... me queimava, me grudou os olhos, levei um susto grande, tinha que tê óculos, né? Porque aquilo é um veneno, né, eu podia tê ficado cego, né? (n.9, Associação A).

Além disso, esses sujeitos são submetidos a situações adversas de trabalho, arriscando-se ao subirem em “montanhas” de sacolas plásticas, com vários metros, onde estão os resíduos, para facilitar a sua separação. Ainda existe o perigo de acidentes nas prensas e de doenças contraídas pelo contato com objetos cortantes, veneno e uma infinidade de objetos,

restos e coisas infectadas e/ou em estado de putrefação que encontram, além das transmitidas por diversos animais – zoonoses – que habitam o local, como os ratos, além dos cães em péssimo estado de saúde.

Dessa forma, compreende-se que as transformações no mundo do trabalho têm relação direta com as características encontradas nessa atividade, uma vez que a atual conjuntura societária favorece a aceitação, por parte desses trabalhadores, dessas condições. No entanto, com relação ao trabalho com o lixo, a grande maioria não o considera ruim, seja por já desenvolvê-lo há muito tempo, na maioria das vezes como catadores, seja por terem a consciência ambiental da importância do trabalho realizado.

Assim, com relação ao significado atribuído ao trabalho, nessa atividade, os sujeitos revelam orgulho pelo desenvolvimento de uma atividade socialmente necessária, valorização pelo cuidado com o meio ambiente, pelas amizades construídas, pelas roupas e objetos encontrados e pela possibilidade de saciar as “necessidades de estômago”.

Eu gosto muito. Eu vô te dizê uma coisa, a metade da minha ropa eu levo daqui, eu digo porque é verdade, muitas vezes acho e eu me visto daqui, daqui do lixo, eu me sinto bem aqui (n.8, Associação A).

Trabalhá com isso, ah... pra mim, é muita coisa né, vô tá fazendo um bom ato de tá ajudando, limpando o meio ambiente, ajudando as pessoa a não tê o lixo jogado na rua, pra mim, é isso aí, meu ato é esse, tá ajudando as pessoa a cuidá do meio ambiente (n.2, Associação B).

Ah, eu gosto desse trabalho, uma coisa que eu gosto de fazê, eu sei separá, dá pra comê (n. 10, Associação A).

De forma semelhante, são as suas considerações sobre o que é mais importante em relação à atividade laboral, em que destacam novamente o cuidado com o meio ambiente e avançam, indicando a geração de renda, o respeito conquistado e a segurança que a atividade lhes proporciona.

Pra mim, eu acho a renda, né, aí pude melhorá um pouco a vida, a comida em casa e comprá meu terreninho, né, depois, quero vê se consigo fazê uma casinha. Tem também o meio ambiente, que é muito bom, todo esse lixo que não vai pra poluí tudo, né. Eu penso assim (n.10, Associação A).

Pra mim, é... cuidado com o meio ambiente, pra mim, é o mais importante, é isso. Não tem outra coisa. Hoje em dia o cara caminha aí pelas praça, ali, principalmente o cara vê lixo jogado na rua, então, pra mim, o mais importante é o meio ambiente, né, preservá a natureza, né, não jogá lixo na rua, né (n.2, Associação B).

Quanto à percepção de como sua atividade é vista pela sociedade, alguns pensam que de forma normal, como qualquer trabalho, enquanto outros dizem ser estigmatizados e alvo de preconceito. Ao mesmo tempo, acreditam que as pessoas consideram (ou deveriam considerar) seu trabalho digno, por ser uma atividade socialmente aceita, por não estarem roubando e por estarem auxiliando nas questões ambientais e econômicas do Município.

[...] vamo dizê assim, a maioria até já compreendem que esse serviço é um serviço digno, mas têm muitas pessoas que ainda não se conscientizaram que esse nosso trabalho é um trabalho digno e é um trabalho que ajuda o próprio cidadão da cidade, porque a senhora já pensou se essa quantidade de material que a gente trabalha aqui, que a gente recicla aqui, fosse tudo solto dentro da cidade? (n.1, Associação B).

Muita gente critica, falam mal, e muita gente não tão nem aí, muita gente não tão nem aí... muita gente fala “ah, tu tá trabalhando, não tá robando, seja feliz” (n.8, Associação A).

Ah, eles vê como um trabalho normal, né, que antes esses lixo aí eram tudo enterrado, eles faziam aterro pra ele, agora, é tudo reaproveitável, até as fábrica ganham muito com isso aí, né. O meio ambiente também ganha lucro, com vários tipo de material que não vão pra ele (n.10, Associação A).

Assim, mesmo em um contexto cotidiano de sofrimentos objetivos e subjetivos, pelo desrespeito, muitas vezes, de seus direitos, e pelo esforço de sobrevivência, a dignidade dos indivíduos é reafirmada a cada oportunidade, especialmente pela via do trabalho (YAZBEK, 2003).

Nesse sentido, a atividade de reciclagem do lixo passou a ser considerada por esses sujeitos como uma atividade digna, ao passo que, na atualidade, a sociedade como um todo compreende que ela possui relevância ambiental, econômica e social, com implicações que se desdobram nas esferas da organização espacial, preservação ambiental, conservação geração de trabalho e de renda (CALDERONI, 1998).

Esses indivíduos, quando indagados acerca de sua profissão, a verbalizam a partir do significado socialmente atribuído a ela, variando desde o entrevistado que diz não possuir uma profissão, os que a atrelam à sua principal atividade, até os que reconhecem no desempenho de suas atividades uma profissão, a qual denominam reciclador, para a metade dos entrevistados. Como exemplos de cada uma dessas diferentes visões, apresentam-se, os depoimentos que seguem:

A minha profissão... hã... profissão eu não tenho nenhuma, né, o que eu tenho aqui, agora, é essa aqui, de bombonero, né, levá, carregá bombona, prensá, trabalha na prensa, é... profissão variável (n.2, Associação B).

Aqui é fazer tudo, é prensá, bombona também, puxar bombona, limpeza, ajudo em tudo aí (n.7, Associação B).

A minha profissão é recicladora (n.1, Associação A).

Já sobre a compreensão do trabalho que desempenham, é consensual a ênfase nos tipos de materiais e processos que permitem o reaproveitamento do que antes seria considerado sem valor e que passa a ser a fonte de geração de renda e cuidado com o meio ambiente, sendo, para tanto, fundamental o trabalho de cada um dos integrantes.

Eu acho esse um trabalho importante, pra nós, pras pessoa, pra todo mundo. Reciclá é ajudá o meio ambiente e consegui a renda pra vivê (n.10, Associação A).

Ah, eu sei que o que é separado aqui vai se aproveitado de novo, né, vai pra se feito de novo as coisa (n.4, Associação B).

Sob esse aspecto, uma das integrantes relacionou a compreensão desse trabalho como destinado àquelas pessoas que estão inseridas nesses empreendimentos, ou seja, tem se configurado como uma alternativa para as pessoas discriminadas na sociedade e também no mercado de trabalho, que são vítimas de preconceito por diversos aspectos, seja pela idade, seja pela questão racial, seja por dependência química, dentre outros:

Quem trabalha na associação, eu costumo dizer, que são um grupo de pessoas rejeitadas da sociedade, porque ou tu não consegue emprego porque tu é muito velho, ou tu não consegue emprego porque tu é preto, ou porque tu é gorda. Aqui, tu pode ver, nós temos pessoas obesas, nós temos pessoas alcoólatras, nós temos ex-presidiários, nós temos ex-drogados, nós temos o meu caso, que é o mais visível, né, uma transexual operada, graças a Deus, hoje, eu consegui trocar os meus documentos tudo, mas isso não muda a realidade, não deixo de ser discriminada por causa disso. Então aqui, nós somos aqueles grupinho das pessoas rejeitadas da sociedade (n.6, Associação B).

Essa consideração vem ao encontro das considerações possibilitadas pelas entrevistas individuais, onde os indivíduos integrantes desses empreendimentos demonstram, de certa forma, características comuns e singularidades, que serão analisadas no próximo item.

4.3.4 Os trabalhadores e sua condição de vida

Os indivíduos inseridos nas associações de reciclagem são considerados População Economicamente Ativa¹⁴⁹, com faixa etária entre 20 e 50 anos, sendo que, dos 10 entrevistados, oito possuíam entre 19 a 36 anos, o que revela que esses empreendimentos têm se configurado como uma alternativa de trabalho e renda para essa população.

A inserção nos empreendimentos pesquisados aparece atrelada a duas principais motivações individuais, quais sejam, a falta de opções de outras alternativas de trabalho e renda, e, para atender às suas necessidades de sobrevivência, como se expressam nas falas desses trabalhadores:

“Foi a necessidade, né...(n.4, Associação B)”;

“Vamo dizê que necessidade. Porque eu precisei, e a última porta que eu achei... que eu nunca esperava trabalhá aqui dentro, mas sem querê, foi a única porta que eu achei (n.8, Associação A)”.

Desses indivíduos, parte trabalhava com reciclagem anteriormente, porém de forma individual, como catadores. Os demais eram trabalhadores excluídos do mercado formal, que, por falta de oportunidades ou qualificação, recorreram a essa ocupação:

“Antes de eu trabalha aqui eu puxava carro, carrinho, né, depois me motivou mais a trabalha aqui né, com os outros daí, a minha mãe trabalhava aqui também, daí foi o que me motivou mais, puxava carrinho e aí, sem mais, sem menos, comecei a trabalha aqui” (n.2, Associação B).

Para a identificação das condições de vida desses indivíduos, levou-se em consideração, para fins desta pesquisa, as condições de habitação, água, saneamento, saúde e formação educacional, apesar de se compreender que tal conceito é bem mais complexo e abrangente.

Com relação às situações habitacionais, foram reveladas precariedades, pois, mesmo que grande parte possua casa própria ou residam com parentes, elas são, predominantemente, localizadas em áreas irregulares e/ou de risco, como as áreas verdes. Também, as condições de luz elétrica, saneamento básico e coleta de lixo demonstram que esses indivíduos se

¹⁴⁹ Salienta-se que a População Economicamente Ativa integra uma conceituação mais ampla, que é a População em Idade Ativa (PIA). A PIA é uma classificação etária que compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercerem uma atividade econômica, ou seja, a força de trabalho. No Brasil, a PIA é composta por toda a população com 10 ou mais anos de idade e divide-se em: População Economicamente Ativa (PEA) e População não Economicamente Ativa (PNEA).

encontram em situação de vulnerabilidade e, por vezes, até mesmo de insalubridade, conforme se destaca na fala de um dos entrevistados (n. 9, Associação A) sobre essas questões:

Habitação:

É... nós temos uma casinha, é de madeira. Até o chão não é nosso, é uma área verde, até nós moremos em área de risco, eu moro lá há 17 anos, e eles falam pra nós que não é pra fazer banheiro de material, que nós vamos sair, nós vamos sair [reassentamento para outro local].

Luz elétrica:

A nossa luz é carente, é luz fraca, nós queremos que põe luz ali, porque desde que eu vim da Restinga, faz 17 anos, e não colocaram, então, os cabos a Prefeitura tinha dado, tava na creche, daí, eles disseram “esses cabos vão de volta, porque não tem ninguém que vai no mato corta uns pau”, daí, eu disse, não, peguei e convidei uns três ou quatro e cortamos uns pauzinhos assim e finquemos um aqui, um logo ali, assim foi, e já pegamos aqueles cabos e espichamos. No mesmo dia, quando eu cheguei em casa, a mulher tava fazendo a ligação em casa, e daí eu ajudei ela, e daí, pronto, já faz 14 anos disso.

Água:

A água é potável, apesar que, na rua que eu moro, nem água não tem, mas, essa semana, passaram lá e falaram que iam botar água pra nós lá. Nós puxamos água da vizinha, eu comprei um cano, 30 metros de cano, e nós puxamos água de lá, daí, quando vem o pagamento, vem no nome dela, se vem 10, 15 reais, daí nós damos o dinheiro pra ela.

Saneamento:

Não, esgoto é fossa, eu mesmo que faço uns buracos e ligo ali e fica ali, quando tá cheio tem que fazer de novo outro buraco.

Coleta de lixo:

Não, só na faxa, daí a gente tem que trazer ali, não é tão longe, mas é um buraco, mas tem gente que joga tudo na beira da casa, cria rato e uma sujeirama.

Essa situação apresentada põe em evidência aqueles que, de forma permanente, estão sendo privados do acesso as mínimas condições de vida, manifestação histórica de descaso do poder público em respeitar e criar as condições para que se possibilite a dignidade humana e a garantia dos direitos sociais.

Já as condições de suprimento das necessidades aparecem atreladas à geração de renda, revelando a situação de risco a que esses indivíduos estão submetidos e a forma precária com que são supridas as suas necessidades básicas¹⁵⁰ e de suas famílias. De outro lado, para eles, as condições de vida estão entrelaçadas com o preconceito vivido e o orgulho pelo desempenho de um trabalho digno, expresso em:

¹⁵⁰ O conceito de necessidades humanas básicas já foi apresentado nesta dissertação. Para maior esclarecimento ver PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

[...] Não é assim pra gente dizê, assim, que a gente mantém uma casa com 300, 340 real, 300 e pouco, 300 real, não tem. A gente sobrevive, porque a gente trabalha dignamente. Como eu digo, ó, tem pessoas que dizem “ah, trabalha no lixo”, tá certo, mas, pra mim, eu considero um trabalho digno (n.1, Associação B).

Nesta direção, os trabalhadores, quando indagados a respeito da renda possibilitada pela atividade, verbalizam-na de forma e com valores diferentes, o que pode ser compreendido como sendo uma renda incerta e variável, a qual, certamente, oferece poucas condições de suprimento das necessidades básicas:

[...] tira na base de uns 320, 330, por aí, sem falta né, e se alguém falta tem também o racha que é dividido entre o pessoal, daí a gente tira mais (n.2, Associação B).

Ah, não tem uma renda fixa né, as vez da 250, as vez da 300 (n.10, Associação A).

No entanto, mesmo com essas condições de trabalho e renda explicitadas, evidencia-se, que a busca e/ou a permanência na atividade é justificada pela baixa escolaridade, e, portanto, de outras oportunidades, assim como, essa renda é importante para o suprimento das necessidades, considerada por eles de média a ruim:

“Ah, pra mim, eu vô te dizê que é médio, entendeu, porque aqui, sem condições, do jeito que a gente vive aqui, é... pra o cara pegá um serviço melhor o cara tem que tê um estudo né, já fui em vários outros e nunca consegui (n.2, Associação B)”.

Ainda com relação ao suprimento das necessidades, aparece relacionado ao poder de compra e crédito em lojas possibilitado pela atividade, assim como, a melhoria das condições de alimentação e sobrevivência. Isso tudo representa a expressão da cidadania, conquistada através da renda, e de pertencimento à sociedade, que passa a se dar via consumo, mesmo com suas limitações:

É... eu vivo, eu me sinto fraco, que a gente vê as coisa e não consegue comprá, né, daí a gente faiz as continha, pra pagá, né. Esses tempo nós tinha comprado nas Casas Bahia, uma cama e um colchão, tá... paguei até Natal, levei oito ou nove mês. Agora, comprei dois cobertor, dois bem bonitão, bem grossão, oito vez, paguei a treis, é R\$60 por mês, mas eu compro no cartão hipercard, as guria do cartão tiveram aí e fizeram o cartão, é muito bom o cartão, qualqué loja que tu vai eles aceita o cartão, só que daí, no fim do mês tem que pagá, né, e isso é o mais difícil, eu fico agoniado, porque meu cartão vence amanhã, mas eu tô com o dinheiro guardado, mas daí quero evita compra de novo, claro que uma coisinha ou outra sempre tem, mas, quando vê, já tem um monte pra pagá (n.9, Associação A).

Nesse contexto, a ilusória sensação de pertencimento social via consumo é uma das estratégias criadas pelo próprio do modo de produção capitalista, que depende de uma sociedade de consumo¹⁵¹ para ampliar a produção e o consumo ilimitado, normalmente de artigos supérfluos, que compreendem falsas necessidades individuais.

Indo além, compreende-se que a inserção nessa sociedade de consumo se dá, justamente, pela utilização dos descartes dessa mesma sociedade consumista. Nesse sentido, o capitalismo, enquanto um sistema que pressupõe a marginalização e o desemprego, desencadeia uma população excluída, que vive à beira da marginalidade e que vai buscar estratégias de sobrevivência e inserção social, principalmente na forma de “[...] trabalho precário, instável, sujo, difícil, usando muitas vezes como matéria-prima as migalhas e os dejetos da sociedade de consumo, como o lixo das ruas e os entulhos” (FALEIROS, 1999, p. 157).

Com relação à saúde¹⁵² dos indivíduos que trabalham com a reciclagem, a grande maioria revela achar-se em boas condições, sendo que alguns mencionam certas alterações, porém apenas um fez relação direta entre o lixo e as possíveis doenças resultantes dessa atividade: “[...] *vem o bagulho de hospital, as vez, vem aquelas seringa cheia de sangue, aqueles cano, e aí pode transmitir alguma coisa (n.7, Associação B)*”.

Os demais não compreendem que acidentes ou doenças possam ser resultantes dessa atividade, fazendo, em um dos casos, referência à saúde com relações pessoais e à renda:

Graças a Deus eu tenho saúde, me sinto bem ai e tudo, só uns dois ou três que eu não me dão muito bem aqui, mas gostam de mim, eu me do bem com o pessoal, eu faço o que eu quero, me sinto bem aqui, só o salário que é pouco, dinheiro é pouco, mas sem esse pouco não dá pra vive, vai chega o fim do mês e vai fazer o que? (n.9, Associação A).

Ainda sob o aspecto da saúde, destaca-se uma situação revelada em uma das falas, em que a entrevistada diz estar contaminada com o vírus HIV¹⁵³, ao mesmo tempo em que ratifica seu descrédito e nega essa possibilidade, apresentando argumentos sobre a sua condição:

¹⁵¹ A sociedade de consumo, historicamente, é uma situação própria dos países altamente industrializados, caracterizada pela produção e pelo consumo ilimitado, sendo que “o próprio conceito de sociedade de consumo traz sem si uma posição crítica, que se projetou nas análises econômicas, políticas e sociais da atualidade, feitas a partir da década de 1960. [...] Atualmente a crítica à sociedade de consumo e ao consumismo que ela engendra, e do qual depende produtivamente, parte de uma análise das próprias características do capitalismo em sua fase monopolista: a mercantilização de toda a atividade humana e de suas necessidades materiais e espirituais. Nesse contexto, toda ação produtiva e consumista tem como alvo o indivíduo, e não o grupo social” (SANDRONI, 2003, p. 570).

¹⁵² Adota-se a caracterização de saúde presente na Lei 8080/90, que determina, em seu Art.3: “A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”.

¹⁵³ Salienta-se que, se uma pessoa é portadora do vírus HIV não significa, necessariamente, que está com AIDS. Nesse sentido, compreende-se que o HIV é “[...] o vírus da imunodeficiência humana HIV-1 e HIV-2 são membros da família

Ah... é meio problemático, eu tenho o vírus HIV. Primeiro, né, eu fiz o exame e deu isso aí... eu tô por fazê outro, porque sintomas nenhum que aparece em aidético não aparece em mim, né, aí eu tô pra fazê outro exame, em outro lugar, pra vê se realmente é mesmo, porque esse exame eu fiz lá no postão da vila “x”, e geralmente os aidético vão tudo pra lá fazê exame... De repente foi aquela troca de sangue, e acabaram me dando o sangue de outro com esse problema, daí não tô fazendo o tratamento que tem, né (n.3, Associação B).

Com isso, se realmente está infectada, essa pessoa não está tendo acesso ao tratamento, seja por não estar recebendo um acompanhamento da equipe de saúde onde a doença foi detectada, seja pela sua resistência e/ou negação em aceitá-la. No entanto, é importante esclarecer que “a infecção pelo vírus HIV leva a uma imunossupressão progressiva, especialmente da imunidade celular, e a uma desregulação imunitária” (AIDS BRASIL, 2008), ou seja, o fato de ela estar negando a constatação clínica pode estar ocorrendo em função de que, por essa doença ter tais características, os sintomas clínicos podem não terem aparecido ainda, mas isso não diminui a responsabilidade do local em que foi diagnosticada, de informá-la sobre todos esses aspectos e sobre as formas de transmissão, para que possa tomar medidas preventivas, até mesmo em seu local de trabalho.

No que se refere à formação educacional, percebe-se que a maioria não possui ensino fundamental completo, variando entre analfabetos e os que estudaram até a quarta e quinta séries, sendo que apenas duas cursaram o ensino médio; uma delas com o ensino médio incompleto e a outra com ele completo. Assim, o fragmento de uma das entrevistas traduz essa característica comum à maioria desses trabalhadores:

Ah, eu estudei até a quinta, fiz o supletivo, da quarta e quinta série. Não é que eu não tinha tempo, é que eu trabalhava pra ajudá a minha mãe e não tinha muito tempo de ir pro colégio. Estudei pouco, mas me arrependo, né; hoje em dia, até pra varrê a rua o cara tem que tê escola (n. 10, Associação A).

Nesse sentido, a questão educacional revela a situação peculiar do ensino nessa parcela da população, que não eventualmente precisa assumir parte da responsabilidade pelo sustento da família, o que se efetiva no trabalho infantil¹⁵⁴, “Com 10 anos... 10 anos eu comecei a puxar carrinho com o meu irmão” (n.3, Associação B), que submete crianças e

Retroviridae, na subfamília dos lentivírus”, enquanto que AIDS é “[...] a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), é uma manifestação clínica avançada da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV-1 e HIV-2) (AIDS BRASIL, 2008).

¹⁵⁴ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 7, inciso XXXIII, prevê a proibição do trabalho a crianças e adolescentes, nas seguintes disposições: “[...] proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos” (CF 88, grifos nossos). Assim também o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 – prevê, em seus artigos 60 a 69, sobre o direito dos adolescentes, respeitadas as idades mencionadas acima, a profissionalização e a proteção no trabalho, reafirmando a proibição a trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, prejudiciais à moralidade, realizados em horários e locais que prejudiquem a frequência à escola, bem como todos os demais trabalhos prejudiciais ao desenvolvimento físico e psicológico.

adolescentes ao trabalho muito cedo, pulando essa importante fase do desenvolvimento cognitivo.

Essa incorporação infantil ao trabalho os lança precocemente no modo de vida adulto, sendo que “[...] a supressão da infância não é temporária. Ela se insere no complicado e perigoso exército industrial de reserva, que torna descartável e sem esperança parcelas amplas da humanidade” (MARTINS, 1991, p. 15).

Além disso, o trabalho infantil, agravado pelas condições precárias, pode ser apontado como uma das causas para a reprodução da pobreza entre as gerações de uma família, pois crianças que trabalham estudam menos e, por serem submetidas a situações tão degradantes precocemente, tornam-se mais vulneráveis à submissão e à aceitação de condições precárias na vida adulta, além de reproduzirem a condição de pobreza e do recurso à mão de obra infantil de seus filhos, para a garantia das condições de subsistência.

Esses trabalhadores, em geral, não tiveram capacitação para a atividade, sendo que, com a inserção nas duas associações, somente alguns dos primeiros associados receberam treinamento para o desenvolvimento das tarefas, pois a metade dos entrevistados e, conforme informado por eles, a maioria dos integrantes das associações já desenvolviam esse tipo de trabalho anteriormente, como catadores nas ruas e bairros da cidade. Essa constatação vem reforçar ser essa, uma mão-de-obra com baixa escolaridade e pouco especializada, que se submete a desenvolver todo tipo de atividade.

De outro modo, esses indivíduos que anteriormente desenvolviam suas atividades, em sua maioria, como catadores, relataram alterações nas suas condições de vida, relacionadas ao atual trabalho, que, apesar de suas limitações e situações adversas, representam um avanço, que se expressa em:

É, pra mim modifíco, né, já me ajudô mais, né, antes de eu vim pra cá, eu não tenho vergonha de dizê, eu trabalhava com carrinho de papel, eu puxava carrinho de papel, como catador, né, daí dava pra tira 20-30 até 40 pila por dia eu tirava, mas é muito cansativo, tem que caminha, caminha, caminha, em vários lugar né, eu pegava aqui num depósito aqui perto (Lomba do Pinheiro) e as vez eu ia até a Oswaldo Aranha, Cidade Baixa, ia na zona do lixo seco que eu sabia, né, porque cada zona tem um lixo seco, né, tem uns que é segunda, quarta e sexta, outros é terça, quinta e sábado, daí eu sabia mais ou menos, daí tinha que saí cedo, né (n. 10, Associação A).

Esses trabalhadores também mencionaram alterações nas suas condições de vida a partir da inserção na associação, especialmente no que se refere ao consumo, assim como à possibilidade de uma alimentação mais adequada e à melhoria da renda familiar. Sob esse aspecto, destaca-se:

“Existe, já melhorei bastante, né, compro as minhas roupa, que eu não podia compra antes, né, tenho minhas coisas, abri conta em loja, que eu não podia, me ajudô bastante aqui, não vô dizê que não me ajudô, porque me ajudo, entendeu? (n.2, Associação B)”.

Ainda no que diz respeito as alterações nas condições de vida, complementa-se com o relato de uma das entrevistadas, que reitera o orgulho que sente pelo desenvolvimento de uma atividade que considera honesta – também presente nas falas de outros entrevistados –, que lhe dá a possibilidade de se manter afastada dos caminhos do crime ou da prostituição como meio de sobrevivência. Destaca-se ainda, os “achados” da atividade, que lhe possibilita encontrar diversos objetos, como celulares, roupas e “bibelôs”, conforme segue:

Olha, graças a Deus, eu posso dizer que a minha vida e de algumas pessoas daqui também, mudou bastante. Eu arrumei aqui um modo de vida sem eu precisá me prostituí ou tê que me drogá ou te que matá ou te que fazê qualquer coisa... Eu trabalho honesto, eu ganho o meu dinheirinho, o qual eu sustento a minha casa, eu tenho os meus móveis, tudo direitinho, eu digo, a minha estante é cheia de bibelô, tem mais de 100 bibelô na minha estante, tudo daqui do galpão, a minha casa é cheia de enfeites, tudo do galpão, tudo do lixo seco (n. 6, Associação B).

Já os seus projetos de vida, que podem ser compreendidos como um conjunto de expectativas ou de objetivos, aparecem relacionados ao consumo. E, assim como grande parte da população, esses indivíduos possuem como sonhos e/ou projetos de vida a casa própria, o trabalho formalizado, com carteira assinada, e uma situação trabalhista mais segura e estável, conforme está representado a seguir:

Ah sim, eu tenho uns projeto de vida... tê minha casa, minha casa própria. Sai daqui também, tem que pegá um serviço de carteira assinada, porque daí é outra coisa, daí tu tem teus direito, né, tudo, porque se tu sai daqui, tu não ganha nada não tem direito a nada, não tem carteira assinada. Só quando a gente se acidenta tem direito a ficá uns dia em casa, que nem uma vez, eu quase perdi meu braço, eu mesmo pensei meu braço na prensa, não sei como, esqueci meu braço e fui prensando, quando vi meu braço tava ali e daí quando vê eu tirei e “o loco”... daí me levaram no hospital, tinha um cara aí de carro e me levaram, né... um da diretoria e nós de casa, daí eu fiquei uns 15 dias em casa (n.7, Associação B).

Assim, o modo de vida desses indivíduos, mesmo carregado de premências e dificuldades, que revelam as formas como vivem, no limite da sobrevivência, não se constitui em impedimento para a busca de uma vida melhor e para realizar algumas aspirações e projetos de vida (YAZBEK, 2003).

Nessa direção, os projetos e as histórias de vida desses trabalhadores permitem que se reconheça nesses indivíduos uma população subalterna¹⁵⁵, tradicionalmente demandante e atendida pelo Serviço Social.

Todos os “achados” da pesquisa são evidências de situações de instabilidade ocupacional e incertezas de uma condição precarizada de trabalho e de renda, por sujeitos que possuem em comum, realidades de vida marcadas pela destituição de direitos e pela subalternidade, além da experiência da pobreza e das identidades construídas na carência.

Os empreendimentos pesquisados, embora não se configurem teoricamente como relação tipicamente capitalista de produção, na prática, realizam-se e utilizam-se de suas estratégias, definindo-se no movimento do capital e participando do conjunto de suas relações, de forma subordinada a ele e à sua reprodução.

Assim, é possível afirmar que os trabalhadores buscam renda e inserção produtiva, quando se filiam aos empreendimentos, mas a qualidade dessa renda e da inserção não pode ser compreendida como um processo de inclusão social na sua plenitude. As falas dos trabalhadores anunciam a todos o desafio que é, nesse mundo contemporâneo, pensar na inclusão. Nesse contexto, os determinantes do capitalismo contemporâneo, sob os influxos do neoliberalismo, misturam-se às formas mais primitivas de organização do trabalho e geram experiências com pouca qualidade política, se essas não forem problematizadas.

Os trabalhadores desses empreendimentos, ao serem questionados, demonstram através de suas falas, compreender a incompletude da experiência como elemento de inclusão social, ao mesmo tempo em que demonstram valorizá-las como alternativas viáveis à sua condição social. Reconhecem-se como sujeitos que necessitam ser amparados, seja pelo Estado, via convênio com a Prefeitura, seja pelos profissionais, como os Assistentes Sociais. Sonham e almejam a inclusão via trabalho formal e aceitam as determinações dessa forma de organização por não enxergarem outra alternativa.

A categoria inclusão social é bastante polêmica, uma vez que responde a várias determinações. Na perspectiva da fala dos trabalhadores, está acorrentada a concepção capitalista construída na égide do Estado de Bem-Estar-Social, ou seja, estar incluído socialmente é determinado pela vinculação ao mercado formal de trabalho. Nesta dissertação é trabalhada essa categoria na perspectiva de que estar incluído socialmente significa:

¹⁵⁵ A categoria subalternidade é um legado gramsciano, por sua expressividade, que dá conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação. Desse modo, “a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política” (YAZBEK, 2003, p. 18).

[...] poder usufruir dos valores, bens materiais e simbólicos de uma sociedade e sentir-se parte (pertencimento), ter seus valores, suas crenças, modo de ser reconhecido e respeitado, é poder expressar-se, participar dos processos de decisões, enfim, participar das diversas instâncias da vida social, cultural, econômica, política da sociedade e dos grupos com os quais convive (PRATES, 2007).

Além disso, é preciso lembrar que, para a efetiva busca da inclusão social se torna fundamental a “[...] garantia dos direitos sociais já conquistados ou mesmo os exigidos pelas necessidades do momento. O instrumento para tanto, no contexto do estado democrático de direito, é a legislação que preserve a garantia dos direitos” (REIS, 2007, p.46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos trabalhadores resta, por enquanto, na urgência dos problemas de sobrevivência, moverem-se no interior do possível estabelecido por essas limitações excludentes. E tentar a transformação social a partir daí e da perspectiva que essa nova situação abre e propõe (MARTINS, 2003, p. 15).

Iniciam-se as considerações finais com essa citação de Martins, pois ela aponta uma importante consideração que deve ser feita após todo esse processo de investigação: a de que essas alternativas de trabalho têm se configurado como uma estratégia de sobrevivência e que, portanto, se movem no interior do possível estabelecido pelas limitações da exclusão. Assim como, pode-se dizer que a busca pela transformação social e a perspectiva que essa inserção propõe é polêmica, pois a re-inclusão fornecida por essas atividades pode ocorrer na esfera econômica, mas não necessariamente na social.

A década de 70 foi marcada por uma nova reorganização do capitalismo. O longo período de acumulação que precedeu essa década esgotou-se. Suas conseqüências podem ser observadas mais drasticamente principalmente no que se refere à saturação do modelo de gestão do trabalho e do Estado de Bem-Estar Social. Constrói-se sob a égide do referencial teórico e ideológico neoliberal uma proposta de reorganização do modo de produção capitalista, retirando-se do trabalho as prerrogativas de proteção social afiançadas pela luta dos trabalhadores. Busca-se, também, uma redefinição do papel do Estado, que deve reduzir-se em suas funções de proteção social; da gestão e organização do trabalho, através de relações mais flexíveis; e das políticas sociais, que, agora, devem ser focalizadas e perdem sua condição de direito de cidadania. Essa nova forma implica criar relações que busquem a manutenção dos pilares de acumulação do capital, a partir de inserção dos trabalhadores no processo produtivo.

Entre as alternativas apresentadas pela nova etapa de acumulação do capital à gestão do trabalho, encontram-se as propostas de Economia Social e seus desdobramentos, como alternativas de inclusão dos trabalhadores “sobrantes”.

A Economia Popular Solidária, enquanto forma de organização produtiva e econômica de parcelas dos setores populares, vem sendo interpretada, na atualidade, como resposta necessária às demandas resultantes do conjunto de transformações produtivas e das crescentes manifestações da questão social resultantes, em especial, ao desemprego.

No entanto, parte-se da compreensão, baseada na categoria totalidade, de que essas formas de organização não constituem um modo de produção à parte, estando inseridas dentro do modo de produção capitalista e subordinadas ao capital. Desse modo, as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva, que incidem no mundo do trabalho, vão redefinindo as relações de produção e o modo como os trabalhadores nelas se inserem, especialmente através do uso flexível do trabalho, em relações informais, que provocam uma “nova” modalidade de exploração e precarização do trabalho.

Sob esse aspecto, uma das características próprias dessas experiências está na existência da pressão por produtividade – característica principal, da qual depende a remuneração – própria do modo de produção capitalista, portanto, nada há de alternativo nestas, mas sim, a manutenção das formas de exploração e alienação da classe trabalhadora, sob novas e inéditas expressões.

Nesse sentido, os empreendimentos de Economia Popular Solidária e, dentro destes, as associações e cooperativas, assentadas em relações informais de trabalho, compreendem as múltiplas e contemporâneas formas de subordinação do trabalho ao capital, sendo produção e incorporação do movimento de acumulação do capital.

Tavares (2004, p.52), destaca que “[...] nenhuma forma de trabalho pode ser mais flexível que o trabalho informal”, e assim faz parte totalmente do atual padrão de acumulação. A flexibilidade do trabalho oculta as contradições do sistema e realça, em sua superfície, o aparente, em que ressalta a suposta autonomia das experiências, enquanto a relação capital *versus* trabalho vai sendo obscurecida.

Sob esse aspecto, ao longo das etapas de realização da pesquisa, foi possível compreender-se a proposta presente na Economia Popular Solidária, assim como se considerar que a concepção teórica é repleta de potencialidades para o estímulo do desenvolvimento autônomo dos sujeitos sociais, mas, na prática, essa constatação não encontra guarida, uma vez que as condições de vida, a precarização do trabalho e do rendimento, e a falta de atenção às necessidades básicas, oferecem poucas condições para tal. Assim, é evidente que os aspectos ideológicos presentes em diferentes tendências precisam ser considerados, pois servem de fundamento à concepção de organização, no entanto, o real é ocultado, ao passo que existem extremos ideológicos que não correspondem à realidade prática.

Nesse contexto, pode-se considerar que os dados da pesquisa nos empreendimentos, assim como os dados do mapeamento nacional mostram que essas alternativas de geração de trabalho e renda se apresentam como uma forma de *inclusão marginal* aos excluídos do

mercado formal de trabalho. Tal constatação, que responde ao problema de pesquisa, significa que, do ponto de vista econômico e social, essas alternativas possibilitam respostas emergenciais e paliativas de sobrevivência e de subsistência,¹⁵⁶ ou seja, nem mesmo permitem a satisfação das necessidades básicas desses trabalhadores e estão muito longe de ser uma possibilidade de prover vida com mais qualidade, com acesso à renda e aos demais direitos sociais.

Assim, mesmo que a inserção relacionada à renda seja minimamente superior à que os trabalhadores dispunham antes, ou que ofereça melhores condições de alimentação e permita algumas realizações de consumo, essa inserção produtiva oferece poucas possibilidades de inclusão social. Nesse sentido, não se está considerando apenas as condições e as possibilidades de geração de renda, pois a Economia Popular Solidária não pode ser vista somente como um movimento econômico, até mesmo porque a privação a que esses indivíduos estão submetidos não compreende apenas a dimensão econômica, mesmo que, se considere a renda uma condição fundamental e necessária para a garantia da subsistência e, mais do que isso, uma das principais causas que levam os indivíduos a buscarem formas de alcançá-la, através do estabelecimento dessas experiências.

Nessa direção, os indivíduos que participam dessas experiências passam a ser efetivamente inseridos nesses empreendimentos, entretanto, essa concepção de inserção¹⁵⁷ não pode ser entendida como o acesso às instâncias que possibilitam a efetiva inclusão social, pois o fato de estarem inseridos num grupo, numa comunidade, numa instituição ou organização, não garante a inclusão social. Assim, uma das grandes contradições dessas experiências refere-se à forma de inclusão possibilitada pela inserção precária e instável nos empreendimentos.

O convênio com o órgão gestor da coleta no Município traz aos trabalhadores, certamente, menores benefícios do que a ele, além do que o estímulo recebido através de uma taxa mensal para o custeio das despesas das associações de reciclagem traria efetivamente maiores benefícios, se fosse pensado enquanto uma política de trabalho articulada com as demais. Nesse sentido, verifica-se que, ao contrário, o Estado faz a aliança com o capital para a geração de lucro e não com o trabalho, pois, ao invés de desenvolver suas funções, participa da exploração e dela se beneficia.

¹⁵⁶ Salvo por experiências pontuais bem sucedidas.

¹⁵⁷ A categoria inserção, nesta pesquisa, designa a participação dos indivíduos nos empreendimentos de Economia Popular Solidária, tendo-se consciência de que essa categoria abrange uma conceituação ampla.

Para mudar esse cenário, seria necessário o fomento e a viabilização financeira adequada ao tamanho e à necessidade e/ou à expectativa das experiências; a capacitação e a assessoria aos empreendimentos; bem como o ensino prático de gestão, que acompanhasse todo o processo de produção, circulação, comercialização e distribuição dos resultados. Assim, reconhece-se a necessidade de articulação entre as políticas de trabalho, assistência social, saúde, habitação e segurança, para a melhoria tanto das condições de manutenção dos empreendimentos como das condições de vida dos indivíduos.

Nesse caso, o Estado deveria assumir a centralidade da responsabilidade no acesso a essas políticas. A experiência aponta, também, a forma como o Estado tem assumido seu papel frente às demandas dessa população, revelando um deslocamento, previsto pelo ideário neoliberal, de papel protetor do Estado para financiador das demandas do capital.

Diante desse contexto de transformações societárias, alguns desafios estão postos aos Assistentes Sociais, que estão desafiados a repensar sua atuação, sua compreensão e seus campos de trabalho, pois pode ser uma das profissões chamadas a contribuir com esses empreendimentos, visando à busca da garantia dos direitos. Portanto, torna-se necessário pensar algumas contribuições do Serviço Social aos indivíduos e a iniciativas dessa ordem.

Com relação à perspectiva interventiva do Assistente Social nos empreendimentos, as respostas profissionais vão depender da apropriação teórico-metodológica para a leitura dos processos sociais, dos princípios éticos, da clareza quanto às competências e atribuições e do domínio de habilidades adequadas ao trabalho realizado, o que condiciona a eleição das estratégias acionadas à qualidade e ao resultado dos serviços prestados.

Para decifrar as novas possibilidades de atuação profissional, torna-se fundamental que o Assistente Social esteja informado, seja crítico e propositivo. Através do instrumental técnico-operativo, as ações profissionais realizadas nesses empreendimentos situam-se na assessoria, consultoria, pesquisa e acompanhamento, pautando-se na formulação de estratégias que auxiliem nas dificuldades de gestão e manutenção dos empreendimentos, através de planejamento e avaliação das ações. Mas o mais importante é que, o Assistente Social, chamado a intervir profissionalmente neles, conheça a realidade do empreendimento e tenha na intencionalidade de sua ação a busca pelo fortalecimento e pela mobilização dos indivíduos, a fim de ampliar a gestão participativa.

Nesse sentido, com vistas a contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos e a inclusão social, considera-se que, somente com a articulação de políticas públicas integradas e o fortalecimento das específicas, em todos os níveis de governo, que envolvam as esferas social e econômica, tornar-se-á possível a busca pela garantia de melhores condições de vida e

de trabalho aos indivíduos, assim como de superação das possibilidades apresentadas atualmente pelos empreendimentos.

Como campo contraditório, as experiências de Economia Popular Solidária podem representar aquilo que Martins (2003) aponta no início dessas considerações. Há que se reconhecer o potencial dessas experiências e de sua formulação inicial. Pois, se o investimento nas relações democráticas for acentuado, se poderá intervir na direção de criar uma consciência crítica, que pode, sim, alterar a relação desses trabalhadores com o trabalho e com sua vida.

Dessa maneira, com relação às possibilidades apresentadas pela Economia Popular Solidária, objetivo geral de análise desta pesquisa, considera-se que, mesmo pequenas, devam ser compreendidas como mais uma estratégia de luta do movimento popular pela inclusão social¹⁵⁸, mas que, somente com o fortalecimento dos sujeitos e com sua mobilização política, se tornará possível pensar na transformação dessas experiências.

Assim, como já sinalizavam Marx e Engels¹⁵⁹, *“O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente”*, ou seja, as possibilidades de conscientização coletiva pela reivindicação dos direitos e a busca pela cidadania.

¹⁵⁸ “[...] é importante estarmos atentos a formas diversas de organização que, ainda que percebidas como incipientes na sua forma e frágeis nas suas possibilidades, são as formas concretas por meio das quais novas respostas têm sido enunciadas e ensaiadas, permitindo a formação de associações, propiciando coesões e possibilidades de lutas” (ALGEBAILLE, 2005, p. 94).

¹⁵⁹ Trecho de O Manifesto do Partido Comunista.

REFERÊNCIAS:

AIDS BRASIL. Disponível em: <<http://www.aidsbrasil.com/>> Acesso em: 22 de janeiro de 2009.

AGUIAR, Cristina Silveira. *Economia Popular Solidária: Alternativas às Transformações no mundo do trabalho*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 2002.

ALBUQUERQUE, Paulo P. Autogestão. In: CATTANI, Antônio (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 20-26.

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. As ações da sociedade civil e do Estado diante da pobreza. In: VALLA, Victor Vicent et al (Orgs). *Para Compreender a Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 73-99.

AMARO, Rogério Roque. *A exclusão social hoje*. Instituto São Tomás de Aquino – ISTA, n 9. São Paulo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005^A.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005^B.

BAUER, Martin e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; Yazbek, Maria Carmelita (orgs.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: Fapema, 2006.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: 1979.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Luciano G. Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974. In: BELUZZO, Luiz.Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil*. Brasília: UNB, 2006.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL, LEI nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ecivil_03/Leis/L8080.html](http://www.planalto.gov.br/ecivil_03/Leis/L8080.html)> Acesso em: 22 de janeiro de 2009.

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 . Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 22 de janeiro de 2009.

CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanistas, 1998.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 6ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

CARVALHO, Nanci Valadares de. *Autogestão: o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, R.A; PIRES, S.D. Para além dos aspectos econômicos da economia solidária. In: GAIGER, L.I. (org.). *Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____ Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti (Orgs). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas*. Lajeado: Univates, 2005.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. In: *Coletânea de Leis*. CRESS 10ª Região – Gestão 1999/2002. Porto Alegre, 2000.

COSTA, Lúcia Cortes da. O dilema brasileiro da desigualdade social. In: SOUZA, M.A.; COSTA, L.C da. (Orgs.). *Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI*. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2006.

DANIGNO, Evelina (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEDECCA, C.S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M.W; HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Unep; Campinas: Unicamp, 2003.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/>> Acesso em: 20 de agosto de 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do Serviço Social na era da globalização. In: *Serviço Social & Sociedade, Nº 69*, São Paulo: Cortez, 1999. P.152-183.

FIORI, José Luís. *60 Lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (org). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.135-142.

_____ Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto: 2000, p. 267-286.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GONÇALVES, Pólita. *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. In: *Serviço Social & Sociedade*, n°69. São Paulo: Cortez, 2002. p. 73 – 106

GUERRA, Pablo. Economía de la Solidaridad: Consolidación de un concepto a veinte años de sus primeras elaboraciones. Chile, In: *Revista Oikos año 8*, número 17, 2004. Disponível em: http://www.edicionesucsh.cl/oikos/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=9.

HAYEK, Friedrich August Von, 1889. *O Caminho da servidão*. Tradução de Leonel Vallandro. 2 ed. São Paulo: Globo, 1977.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 1992, p.140.

HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1980.

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetórias e desafios. In: MOLINA, Maria Lorena. *La cuestión social y la formación profesional en Trabajo social em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004ª.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A questão Social no capitalismo. In: *Temporalis /Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, n. 3(jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001, p. 9-32.

_____. Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social. In: *Ser Social: questão social e Serviço Social*. Departamento de Política Social da UnB. Brasília, n.6, p.45-78, jan./jun.2000.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____ O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 15-54.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: *A outra economia*. Antonio David Cattani (org). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.101-108.

IRION, João Eduardo. *Cooperativismo e Economia Social*. São Paulo: STS, 1997, 343p.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 49-54.

JULIANI, Luis. *Potencialidades e limites dos empreendimentos autogestionários como alternativa para o desenvolvimento do setor agropecuário na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, Ijuí, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

KLIKSBERG, B. *Desigualdade na América Latina. O debate adiado*. Trad. Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez. Brasília: UNESCO, 2001.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 15-37.

LAUREL, Asa Cristina. Avançando na direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAUREL, Asa Cristina (org.). *Estado e Política Social no Neoliberalismo*. Revisão técnica de Amélia Cohn; tradução de Rodrigo Leon Contrera. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. In: *Revista Katálysis*. Economia Solidária e Autogestão. Vol. 11, n.1 – janeiro/junho-2008. Florianópolis: UFSC.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal e lógica dialética*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e Trabalho: do que se trata? In: *Temporalis 2*, Brasília, ABPESS, 2000.

LISBOA, Armando Melo de. *A Economia Popular no contexto da grande transformação*. Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. Economia Popular. In: *Dicionário de Ética Econômica*. São Leopoldo: Unisinos, 1997, p. 669-672.

LIXO BRASIL. Disponível em: <<http://www.lixobrasil.com.br/>> Acesso em: 25 de agosto de 2008.

MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Técnicas de Pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Clitia Helena Backx. *Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional*, 2005. On-line. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2005/artigo4.pdf>. Acessado em: 23 de maio/2007.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 5v.

_____; ENGELS.F. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 13 ed. Livro I. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____; ENGELS.F. *O Manifesto do Partido Comunista*. In: MARX, ENGELS, COUTINHO, et al. *O manifesto comunista 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS, TESES, DISSERTAÇÕES. Disponível em: <<http://webapp.pucrs.br/bcmodelos/LoginControl>> Acesso em: 27 de janeiro de 2009.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Disponível em: <<http://www.movimentodoscataadores.org.br/>> Acesso em: 01 de setembro de 2008.

NASCIMENTO, Aline Fátima do; REIS, Carlos Nelson dos. *Formas Alternativas de la economía solidaria: algunas evidencias de las restricciones impuestas por la concurrencia del mercado*. In: *IX Congreso Internacional de la asociación española de historia económica*. Murcia, 2008.

_____. *Formas Alternativas de economia solidária: algumas evidências das restrições impostas pela concorrência do mercado*. In: *Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. IV Jornadas Uruguayas de Historia Económica, Montevideo, 2007.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. p.56-87. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Pobreza e exclusão social - expressões da questão social no Brasil*. *Temporalis /Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, n. 3(jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.p. 33-40.

OLIVEIRA, Francisco de. *Globalização e antivador: uma antiintrodução ao antivador*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *A Reinvenção do Futuro*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, Marcio. *Rumos da política do trabalho no Brasil*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; Yazbek, Maria Carmelita (orgs.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: Fapema, 2006.

_____. (org.) *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. In: *Revista Temporalis*, Ano V, nº. 9, Janeiro a Junho de 2005.

_____. O método Marxiano. In. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social*. Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.

_____. *Retomando algumas categorias a partir de uma perspectiva dialética*. Material Didático elaborado para aula de Pesquisa Social – mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

PONTES, Reinaldo N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2002.

RAZETO, Luis Miguel. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993, p. 34-58.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.) *O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, Paul. *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

STOTZ, Eduardo Navarro. Pobreza e capitalismo. In: VALLA, Victor Vicent et al (Orgs). *Para Compreender a Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 53-72.

TAUILLE, J., RODRIGUES, H. Economia Solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*. Brasília, Ipea, setembro de 2005.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A exploração travestida de cooperação. In: VIEIRA, Ana Cristina de Souza; AMARAL, Maria Virginia Borges (Orgs). *Trabalho e Direitos Sociais: bases para discussão*. Maceió: EDUGAL, 2008.

TIRIBA, Lia. *Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia (s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí, 2001.

TURATO, Egberto Ribeiro. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis: VOZES, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

VALLA, Victor Vicent. Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, Victor Vicent et al (Orgs). *Para Compreender a Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a Política Social*. São Paulo, Cortez, 2004.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 12. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2003, 647p.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Programa Economia Solidária em desenvolvimento. Brasília: Senaes/MTE, 2004.

_____ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília, MTE, Senaes, 2006.

_____ Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): termo de referência. Brasília: Departamento de Estudos e Divulgação/ Senaes/MTE, 2005.

_____ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007. Brasília, MTE, Senaes, 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/>

_____ Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES): Relatórios SIES 2005/2007: Regionais, Estaduais e Municipais; Relatório Nacional. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003^a.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003^b, 116-124.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo-cooperativa. SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 63-71.

WAUTIER, Anne Marie. Economia Social na França. In: CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.109-115.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da idéia de solidariedade. In: *Revista Katálysis*. Economia Solidária e Autogestão. Vol. 11, n.1 – janeiro/junho-2008. Florianópolis: UFSC.

APÊNDICES

Apêndice A: Carta de Aceite da Pesquisa – Associações de Reciclagem.....	150
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Individual.....	151
Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Associações de Reciclagem.....	153
Apêndice D: Instrumento de Pesquisa 1 - Formulário de entrevista com os participantes das experiências de economia popular solidária.....	155
Apêndice E: Instrumento de Pesquisa 3 – Observação Sistemática.....	159
Apêndice F: Roteiro de Análise Documental.....	161
Apêndice G: Fotos Associação de Triagem de Resíduos Domiciliares da Lomba do Pinheiro.....	163
Apêndice H: Fotos Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada.....	165

Apêndice A: Carta de Aceite da Pesquisa – Associações de Reciclagem



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E ECONOMIA SOCIAL (NEPES)

Porto Alegre/RS, _____ 2008.

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu _____, representante da Associação _____, conheço o protocolo da pesquisa **“ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - NA PERSPECTIVA DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA”** da Mestranda do programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, Aline Fátima do Nascimento, sob orientação e responsabilidade do Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis, e aprovo a coleta de dados nesta associação após a aprovação do referido projeto pelos órgãos competentes (Comissão Científica e Comitê de Ética em Pesquisa).

Representante Associação

Carlos Nelson dos Reis
Pesquisador Responsável

Aline Fátima do Nascimento
Pesquisadora

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Individual



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E ECONOMIA SOCIAL (NEPES)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa **“ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA”**, que tem como objetivo analisar as possibilidades apresentadas pela Economia Popular Solidária, no segmento de reciclagem de lixo de Porto Alegre, em constituir-se como alternativa de geração de trabalho e renda, com vistas a contribuir para o fortalecimento destes empreendimentos e a inclusão social. Será desenvolvida pela Assistente Social Aline Fátima do Nascimento, sob a orientação e responsabilidade do pesquisador - Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis, vinculados ao Núcleo de Estudos de Política e Economia Social – NEPES do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Sua colaboração é fundamental, para compor as informações da pesquisa, possibilitando maior visibilidade dos empreendimentos da Economia Popular Solidária, do segmento de reciclagem de lixo. Assim como, conhecer os indivíduos que fazem parte desses empreendimentos e o que pensam frente à geração de trabalho e renda nesta perspectiva, visando dar visibilidade às possíveis contribuições que o Serviço Social pode dar a estes empreendimentos, com vistas ao fortalecimento dos sujeitos e das iniciativas dessa ordem. Os procedimentos utilizados para a realização desta pesquisa serão: entrevistas individuais com os trabalhadores dos empreendimentos, observação sistemática e análise documental, sendo que estes não oferecerão desconfortos e riscos, nem oferecerá benefícios aos participantes. Os resultados da pesquisa serão socializados através da elaboração da Dissertação, que estará à disposição na universidade ao término da pesquisa, prevista para março de 2009, bem como pela participação em eventos e seminários de pesquisa, com a publicação de artigos.

Por intermédio deste termo estão garantidos os direitos de: retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto lhe traga qualquer prejuízo; solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa entrando em contato com a pesquisadora (Telefone Celular: 55 91318788 – NEPES: 51 33203500 R. 4178, residencial: 51 33375492); ser devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; sigilo absoluto sobre seus dados pessoais; a ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a sua integridade física, moral e social.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo; poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abduo direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo”.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2008.

Nome do Pesquisado: _____

Assinatura do Pesquisado: _____

Associação de Reciclagem _____

Carlos Nelson dos Reis
Pesquisador Responsável

Aline Fátima do Nascimento
Pesquisadora



Campus Central

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900

Porto Alegre - RS - Brasil

Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606

E-mail: servico-social-pg@pucrs.br

www.pucrs.br/fss/pos

Apêndice C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Associações de Reciclagem



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E ECONOMIA SOCIAL (NEPES)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar a participação desta Associação de Reciclagem, na Pesquisa: **“ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - NA PERSPECTIVA DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA”**, que tem como objetivo analisar as possibilidades apresentadas pela Economia Popular Solidária, no segmento de reciclagem de lixo de Porto Alegre, em constituir-se como alternativa de geração de trabalho e renda, com vistas a contribuir para o fortalecimento destes empreendimentos e a inclusão social. Será desenvolvida pela Assistente Social Aline Fátima do Nascimento, sob a orientação e responsabilidade do pesquisador - Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis, vinculados ao Núcleo de Estudos de Política e Economia Social – NEPES, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A colaboração deste empreendimento é fundamental, para compor as informações da pesquisa, possibilitando maior visibilidade dos empreendimentos da Economia Popular Solidária, do segmento de reciclagem de lixo. Assim como, conhecer os indivíduos que fazem parte desses empreendimentos e o que pensam frente à geração de trabalho e renda nesta perspectiva, visando dar visibilidade às possíveis contribuições que o Serviço Social pode dar a estes empreendimentos, com vistas ao fortalecimento dos sujeitos e das iniciativas dessa ordem. Os procedimentos utilizados para a realização desta pesquisa serão: entrevistas individuais com os trabalhadores dos empreendimentos, observação sistemática e análise documental, sendo que estes não oferecerão desconfortos e riscos, nem oferecerá benefícios aos participantes. Os resultados da pesquisa serão socializados através da elaboração da Dissertação, que estará à disposição na universidade ao término da pesquisa, prevista para março de 2009, bem como pela participação em eventos e seminários de pesquisa, com a publicação de artigos.

Por intermédio deste termo, estão garantidos ao empreendimento, os direitos de: retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto lhe traga qualquer prejuízo; solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa entrando em contato com a pesquisadora (Telefone Celular: 55 91318788 – NEPES: 51 33203500 R. 4178, residencial: 51 33375492); ser devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; sigilo absoluto sobre os dados pessoais; a ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a integridade física, moral e social de qualquer participante e do empreendimento.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, entendendo que o empreendimento será resguardado pelo sigilo absoluto dos dados pessoais e da participação dos integrantes na Pesquisa; podendo retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto traga qualquer prejuízo; podendo pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre a Pesquisa; ao qual fui devidamente esclarecido, enquanto representante desta associação, sobre seus objetivos, de maneira clara e detalhada; recusando-me a dar informações que julgue prejudiciais à esta associação. Permito a gravação das entrevistas, que serão transcritas, lidas e utilizadas na referida pesquisa de forma integral ou em

partes, bem como a realização de observação sistemática e análise documental com os integrantes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdicando-se direitos autorais desta associação e de seus membros, subscrevendo o presente termo”.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2008.

Associação de Reciclagem _____

Nome do Representante: _____

Assinatura do Representante: _____

Este formulário foi lido para _____
em __/__/__ pela Aline Fátima do Nascimento, enquanto eu estava presente.

Nome da Testemunha

Assinatura da Testemunha

Carlos Nelson dos Reis
Pesquisador Responsável

Aline Fátima do Nascimento
Pesquisadora



Campus Central

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

Apêndice D: Instrumento de Pesquisa 1 - Formulário de entrevista com os participantes

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E ECONOMIA SOCIAL (NEPES)

**PESQUISA: ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - NA PERSPECTIVA DA
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

Autora: Aline Fátima do Nascimento

Orientador: Dr. Carlos Nelson dos Reis.

Formulário de entrevista com os participantes das experiências de Economia Popular Solidária do segmento de reciclagem de Porto Alegre.

Instrumento de Pesquisa 01

Trabalhadores

Nº. do instrumento:.....

Data:.....

Bloco 1 – Dados de identificação:

1.1 Do entrevistado (a)

Sexo: () F () M Idade:.....

Nome do empreendimento ao qual faz parte:

Profissão:.....

Cargo/função:.....

Média de renda:.....

Outras fontes/apoio/benefícios:.....

Quantas pessoas dependem da renda:

1.2 Condições de vida

1.2.1 Habitação () própria () alugada () cedida

1.2.2 Água potável () S () N

1.2.3 Saneamento básico () S () N

1.2.4 Separa o lixo em sua casa? () S () N

Por quê?

1.2.5 Existe coleta seletiva de lixo em sua rua? () S () N

Por quê?

1.2.6 Condições de suprimento das necessidades mínimas () boas () média () precária

1.2.6 Saúde: () com problemas freqüentes/crônicos () sem problemas.

1.2.6.1 Especificar:.....

1.2.7 Diversão () S () N

Caso sim especificar:..... Caso não, por que:.....

1.2.8 Alterações nas condições de vida a partir da inserção na Associação:

.....

1.3 Formação educacional:

1.3.1 Qual é o seu nível de escolaridade?

() Analfabeto

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() outro. Qual?.....

1.3.2 Fez algum treinamento específico sobre a atividade de separação de resíduos e reciclagem?

() Sim. Qual? () Não

1.3.3 Gostaria de fazer algum treinamento ou curso?

() Sim. Qual?..... () Não

1.3.4 Alterações no seu projeto de vida a partir da inserção no empreendimento:

.....

Bloco 2 – A experiência na economia popular solidária e seu significado para os trabalhadores (o que pensam sobre):

2.1 O que levou a trabalhar nesta atividade? O que motivou?

2.2 Com que idade você começou a trabalhar nesta atividade?

2.3 Há quanto tempo trabalha neste empreendimento?

2.4 Por ordem de prioridade, qual item consideras mais importante em relação a sua atividade na associação de reciclagem:

() segurança () respeito () renda () cuidado com o meio ambiente () outro. Qual?

2.3 Qual a sua compreensão sobre o trabalho de separação de lixo e reciclagem?

2.4 Como pensa que esta atividade é vista pela sociedade?

2.5 O que significa trabalhar com a separação de resíduos e reciclagem?

2.6 Qual significado de estar inserido na Economia Popular Solidária?

Bloco 3 – Processos e relações de trabalho:

3.1 Como é realizado o trabalho?

3.2 Turnos e dias de trabalho na associação?

3.3 Total de horas trabalhadas por semana na associação:

3.4 Que tipo de tarefa faz com mais frequência?

3.5 Utiliza equipamentos de segurança:

() Sim. Quais:

() Não

3.6 Como é realizada a tomada das decisões na associação?

3.7 Participa das reuniões e da tomada das decisões na associação:

() Sim () Não

Por que?

3.8 Como é realizada a partilha dos resultados do empreendimento?

Bloco 4 – Possíveis contribuições do Assistente Social:

4.1 Qual o significado da assistência social para você?

4.2 Você já foi atendido pelo Serviço Social ou recebe algum benefício?

4.3 Na sua opinião, como este profissional poderia contribuir junto aos trabalhadores e ao empreendimento de economia popular solidária?

**Campus Central**

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre – RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

Apêndice E: Instrumento de Pesquisa 2 – Observação Sistemática.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E ECONOMIA SOCIAL (NEPES)

**PESQUISA: ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - NA PERSPECTIVA DA
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

Autora: Aline Fátima do Nascimento

Orientador: Dr. Carlos Nelson dos Reis.

Formulário de entrevista semi-estruturada com os participantes das experiências de economia popular solidária do segmento de reciclagem de Porto Alegre.

**Instrumento de Pesquisa 03
Observação sistemática**

Nº. do instrumento:.....

Data:.....

Bloco 1 – Dados de identificação:

Nome da Associação:.....

Número de pessoas trabalham na associação atualmente? Quantos homens e mulheres?

.....

O Trabalho:

1. Como está sendo realizada a tarefa mais frequentemente executada na associação? Está sofrendo alguma alteração?

.....

.....

2. Processos de Trabalho (explicitação de habilidades, competências e atividades desenvolvidas no empreendimento)? Como é realizado o trabalho? Ele é individual ou coletivo?

.....

.....

3. Como se dá e quais são as formas de participação no processo decisório da associação?

.....

.....

4. Princípios apresentados (da Economia Popular Solidária - ex: cooperação, solidariedade - implícitos e explícitos)?

.....
.....

5. Como é realizada a partilha dos resultados econômicos da associação?

.....
.....

6. Existência de princípios da Economia Popular Solidária presentes nos processos de trabalho?

.....
.....

7. Condições de trabalho? Espaço físico?

.....
.....

8. Quais são os principais desafios enfrentados pela associação?

.....
.....

9. Possibilidades de inclusão social pela inserção no empreendimento?

.....
.....

10. Outras informações importantes:

.....
.....

Apêndice F: Roteiro de Análise Documental



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E ECONOMIA SOCIAL (NEPES)

Pesquisa: **ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

Autora: Aline Fátima do Nascimento

Orientador: Dr. Carlos Nelson dos Reis

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL:

* **Identificação do documento**

Tipo de documento: ex: Ata da Associação

Local e Data: Porto Alegre (xx/xx/xxxx)

* **Breve resumo:** (do documento)

* **Contexto em que o documento foi produzido:** (reunião, assembléia, votação)

Parte I – Princípios da Economia Popular Solidária:

1.1 Inserção dos integrantes (qual a forma de inserção dos participantes, aspectos relacionados a inclusão social).

1.2 Princípios apresentados: (da Economia Popular Solidária - ex: cooperação, solidariedade - implícitos e explícitos).

1.3 Forma de utilização dos princípios: (relações estabelecidas, reduções, fundamentação, etc.).

1.4 Valores explicitados: (orientações ético-políticas, divisão dos resultados econômicos, opções).

1.5 Recondução dos dirigentes: (como está prevista nos regulamentos - número de vezes, período, forma de eleição, etc.)

Parte II – Operacionalização da Organização

2.1 Identificação do processo decisório: (forma como são tomadas as decisões)

2.2 Forma e frequência da escolha dos dirigentes.

2.3 Frequência nas reuniões: (Elementos que lhe aportam legitimidade: número e forma participação dos integrantes).

2.4 Compradores da produção (quem são, como se dão as vendas, existe contrato, dentre outros.)

2.5 Volume médio de resíduos que entra no galpão: (por dia ou mês)

2.6 Faturamento médio mensal da associação

2.7 Como é o processo de repartição dos resultados do empreendimento

2.8 Outras observações relevantes



Campus Central

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre – RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

Apêndice G: Fotos da Associação de Triagem de Resíduos Domiciliares da Lomba do Pinheiro



Estrutura de triagem



Localização de prensas e separação da sucata



Separação e bombonas



Esteiras



Compostagem



Unidade de transbordo

Apêndice H: Fotos da Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada

Galpão 1 – Triagem resíduos secos



Gaiolas de separação



Prensas e material embalado



Galpão 2 – Triagem lixo hospitalar



Chegada de materiais da coleta hospitalar



Animais que habitam o local

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)